



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA

AMANDA GAZOLA TARTUCI

**A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* EM TESTEMUNHOS DA
CAMPANHA #CHEGADESILÊNCIO NO SUPERBLOG**

**São João del-Rei
2017**



Amanda Gazola Tartuci

A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* EM TESTEMUNHOS DA
CAMPANHA #CHEGADESILÊNCIO NO *SUPERBLOG*

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de pesquisa: Discurso e representação social

Orientadora: Profa. Dra. Dylia Lysardo-Dias

Amanda Gazola Tartuci

A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* EM TESTEMUNHOS DA
CAMPANHA #CHEGADESILÊNCIO NO SUPERBLOG

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em: 25 de Agosto de 2017

Profa. Dra. Dylia Lysardo-Dias – UFSJ (Orientadora)

Prof. Dra. Ivanete Bernardino Soares - UFOP

Prof. Dr. Cláudio Márcio do Carmo - UFSJ

A todas as 104 mulheres que testemunharam suas histórias na #ChegaDeSilêncio do Superblog

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo apoio e amor incondicional de sempre. Aos meus pais, Armando e Araci, obrigada por caminharem lado a lado comigo, seja qual for o desafio, vocês me encorajam a tentar, a dar o meu melhor e a vencer. Obrigada, sobretudo, pela paciência, pelo carinho, pelo amor e pelo cuidado durante este tempo de luta para mim. Sem vocês, nada disso seria possível! À minha irmã Letícia e ao meu cunhado Lucas por serem meus companheiros de lutas e alegrias.

À minha orientadora Dylia Lysardo-Dias que, desde a graduação, tem me acompanhado e me ensinado a caminhar com minhas próprias pernas. Obrigada pelas lições, às vezes, difíceis de serem aprendidas. Saio deste mestrado mais madura como profissional e como pessoa.

Aos meus colegas e aos professores do Promel pela convivência, pela troca de conhecimento e de vida que tivemos. Em especial, aos colegas que se tornaram grandes amigos: Natália, Anelisa, Edu e André. Sou muito grata por ter vocês caminhando de perto comigo, este trabalho também é de vocês.

Aos meus amigos que me acompanham em qualquer situação, que se alegram e choram comigo, que fazem a minha vida mais rica e alegre. Tenho que agradecer a muitos, mas não poderia deixar de citar alguns que me acompanharam mais de perto nesta fase: Thaís, Társila, Valéria e família, Jessica, Juliani, Gabi, Karina, Paula, Renata, Helena, Luciana e Feuron.

A Deus por me fortalecer e capacitar, pelo socorro bem presente na tribulação, pela misericórdia, bondade e amor no cuidado diário comigo.

À CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar a construção do *ethos* nos testemunhos de mulheres vítimas de violência sexual que se manifestaram no *Superblog na #ChegaDeSilêncio*; propõe-se relacionar essa construção à questão da violência de gênero e dos estereótipos que os testemunhos mobilizam. Para o estudo do *ethos* foram utilizadas as formulações de Ruth Amossy (2007, 2016), Dominique Maingueneau (1997, 2001, 2008, 2016), Chaïm Perelman (2005) e Oswald Ducrot (1987); para o estudo dos estereótipos, as formulações de Dylia Lysardo-Dias (2006, 2012, 2014, 2016) e para uma reflexão sobre violência de gênero, as proposições de Joan Scott (1995), Judith Butler (2015), Cecília Macdowell Santos e Wânia Pasinato Izumino (2005) e Heleieth Safiotti (2004). O material de análise é composto de oito testemunhos, que foram descritos conforme os modos de organização enunciativo, descritivo e narrativo propostos por Patrick Charaudeau (2004, 2008, 2012) com o objetivo de identificar como se materializa a presença do sujeito discursivo. A pesquisa evidenciou que as mulheres vítimas de violência sexual, ao narrarem a violência que sofreram, justificam suas ações e buscam se mostrar credíveis. Os *ethé* que mais predominam nos testemunhos são os que possuem um tom de justificação de conduta ética e moral das locutoras, como os *ethé* de (i) vítima geralmente desacreditada, de (ii) mulher idônea, mas vulnerável e desacreditada e de (iii) ser humano traumatizado por algo que é irreparável.

Palavras-chaves: *Ethos*; violência de gênero; estereótipos; escritas de si; testemunho.

ABSTRACT

The goal of this work is to identify and analyze how the *ethos* of women that were victims of sexual violence is constructed in testimonial texts produced for the *Superblog* during the campaign #*ChegaDeSilêncio*; we propose to highlight how this phenomenon is related to gender violence and women stereotypes. Our study of the *ethos* was guided by the works of Ruth Amossy (2007, 2016), Dominique Maingueneau (1997, 2001, 2008, 2016), Chaïm Perelman (2005) and Oswald Ducrot (1987). Regarding our study of stereotypes, we turn to the work of Dylia Lisardo-Dias (2006, 2012, 2014, 2016). For an understanding of gender violence, to the works of Joan Scott (1995), Judith Butler (2015), Cecília Macdowell Santos and Wânia Pasinato Izumino (2005) and Heleieth Safiotti. The data hereby analyzed is composed of eight testimonial texts, described in terms of their enunciative, descriptive and narrative modes of organization, as proposed by Patrick Charaudeau (2004, 2008, 2012) with the goal of identifying how texts materialize the presence of the discursive subject. Our research has showed that women, who are also victims of sexual violence, narrate the violence they have suffered in a way that tries to justify their actions and project themselves as credible and trustworthy sources. The most predominant *ethé* found in these testimonials are the ones that justify the ethical and moral conduct of their authors, such as the *ethé* of: (i) generally disbelieved victim; (ii) morally adequate woman, but vulnerable and disbelieved in; (iii) human being traumatized by an irreparable event.

Keywords: *Ethos*; gender violence; stereotypes; writing of the self; testimonial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<i>Figura 1- Postagem inicial do Superblog. Fonte: Superinteressante (On-line).</i>	12
<i>Figura 2- Links da postagem inicial do Superblog. Fonte: Superinteressante (On-line).</i>	13
<i>Figura 3- Encenação do ato de linguagem. Fonte: CHARAUDEAU, 2012, p. 52.</i>	20
<i>Figura 4- Postagem inicial do Superblog. Fonte: Superinteressante (On-line).</i>	21
<i>Figura 5- Postagem inicial do Superblog. Fonte: Superinteressante (On-line).</i>	21
<i>Figura 6- Perfis dos jornalistas. Fonte: Superinteressante (On-line).</i>	23
<i>Figura 7- Postagem inicial do Superblog. Fonte: Superinteressante (On-line).</i>	62
<i>Figura 8- Testemunho 1. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	64
<i>Figura 9- Continuação do Testemunho 1. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	64
<i>Figura 10- Continuação do Testemunho 1. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	65
<i>Figura 11 - Testemunho 2. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	73
<i>Figura 12- Continuação do Testemunho 2. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	73
<i>Figura 13 – Testemunho 3. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	77
<i>Figura 14- Testemunho 4. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	79
<i>Figura 15- Continuação do Testemunho 4. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	79
<i>Figura 16- Testemunho 5. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	82
<i>Figura 17- Continuação do testemunho 5. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	82
<i>Figura 18- Continuação do testemunho 5. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	83
<i>Figura 19- Testemunho 6. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	86
<i>Figura 20- Continuação do Testemunho 6. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	86
<i>Figura 21- Testemunho 7. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	89
<i>Figura 22- Continuação do Testemunho 7. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	90
<i>Figura 23- Continuação do Testemunho 7. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	90
<i>Figura 24- Continuação do Testemunho 7. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	91
<i>Figura 25- Testemunho 8. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	96
<i>Figura 26- Continuação do Testemunho 8. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	97
<i>Figura 27- Continuação do Testemunho 8. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	97
<i>Figura 28- Continuação do Testemunho 8. FONTE: Superinteressante (On-line).</i>	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O <i>SUPERBLOG</i> E A <i>#CHEGADESILÊNCIO</i>.....	17
1.1 Teoria Semiolinguística	17
1.2 O Silêncio e o silenciamento.....	25
1.3 As redes sociais.....	27
1.4 O <i>blog</i> e o <i>Superblog</i>	33
1.5 A violência de gênero	40
2 ANÁLISE DO <i>ETHOS</i>	50
2.1 O <i>ethos</i>	50
2.2 Os modos de organização do discurso	56
2.2.1 Modo enunciativo	57
2.2.2 Modo descritivo.....	58
2.2.3 Modo narrativo	60
2.3 A análise.....	61
2.3.1 Testemunho 1.....	63
2.3.2 Testemunho 2.....	73
2.3.3 Testemunho 3.....	77
2.3.4 Testemunho 4.....	79
2.3.5 Testemunho 5.....	82
2.3.6 Testemunho 6.....	86
2.3.7 Testemunho 7.....	89
2.3.8 Testemunho 8.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
APÊNDICE	113

INTRODUÇÃO

Movimentos feministas têm promovido várias campanhas nas redes sociais nos últimos dois anos a respeito da violência contra a mulher, numa tentativa de trazer visibilidade à causa. Temos, como exemplo, o caso do *Coletivo Olga* que, em novembro de 2015, lançou a campanha *#PrimeiroAssedio* para que mulheres e homens testemunhassem, através de redes sociais como o *Twitter* e o *Facebook*, a primeira vez que sofreram um assédio sexual. Após quatro dias que a campanha tinha sido lançada, já havia 82.000 mensagens de mulheres contando que foram violentadas por amigos, vizinhos, parentes. Através dos dados obtidos com essa campanha, calculou-se que a média de idade do primeiro assédio é de 9,7 anos¹.

Outro caso que ficou muito conhecido é do o *Coletivo Não Me Kahlo* com a campanha *#MeuAmigoSecreto*, também de novembro de 2015, que fez um paralelo com a brincadeira típica de final de ano, o amigo oculto. Tal campanha foi criada com a finalidade de expor atitudes machistas que passam despercebidas, como cantadas constrangedoras que mulheres recebem na rua, a discriminação que sofrem em cargos predominantemente masculinos, entre várias outras atitudes².

Ao ler os testemunhos, pude observar como falar de si se tornou importante para as mulheres que o faziam. Foi aí que surgiu a questão: como as redes sociais estão sendo utilizadas para as vítimas de violência sexual testemunharem o ocorrido? A partir desse episódio, comecei a perceber as várias formas que a mídia e as escritas de si têm sido utilizadas como um espaço para que as vítimas falem.

A primeira obra que me chamou a atenção foi a autobiografia de Maria da Penha, intitulada “Sobrevivi, posso contar”, publicada em 1994, que contava como ela foi vitimada por seu então marido, Marco Antonio Heredia Viveros. Com um tiro nas costas enquanto dormia, Maria da Penha ficou paraplégica e seu ex-marido, por duas vezes, foi julgado e condenado, mas saiu em liberdade devido a recursos impetrados por seus advogados de defesa.

Em 1998, essa autobiografia serviu de instrumento para, em parceria com o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) e Centro pela

¹ROSSI, Marina. As mulheres brasileiras dizem basta. *El País (on-line)*, São Paulo, 04 nov. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/03/politica/1446573312_949111.html>. Acesso em: 27 maio 2017.

²VISCONTI, Harumi. *#MeuAmigoSecreto*: nova campanha na internet denuncia o machismo do dia a dia. *Época (on-line)*. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2015/11/meuamigosecreto-nova-campanha-na-internet-denuncia-o-machismo-nosso-de-cada-dia.html>>. Acesso em: 27 maio 2017.

Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), denunciar o Brasil para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Essa denúncia resultou na condenação internacional do Brasil pela tolerância e omissão estatal com que, de maneira sistemática, eram tratados pela justiça brasileira os casos de violência contra a mulher. Com essa condenação, o Brasil foi obrigado a cumprir algumas recomendações, dentre as quais se destaca a de mudar a legislação brasileira para permitir, nas relações de gênero, a prevenção e proteção da mulher em situação de violência doméstica e a punição do agressor.

Ao ver tamanha importância dos testemunhos em casos de violência contra a mulher, comecei a pesquisar *blogs* em que as mulheres tivessem um espaço reservado para testemunharem a violência que sofriam e/ou sofrem. Sendo assim, a escolha pela publicação *#ChegaDeSilêncio* do *Superblog*, de 07 de julho de 2015, se deu por ser um material rico de testemunhos de mulheres que sofreram violência sexual.

O *corpus* desta dissertação é uma postagem do *Superblog* que surgiu a partir de uma reportagem de capa da revista *Superinteressante* sobre estupro no dia 1º de julho de 2015. Nesse mesmo dia, de acordo com os autores da postagem, foram publicadas cinco imagens na página do *Facebook* da revista que tinham como objetivo “combater a quietude do tema”. A matéria de capa da revista em questão conta a história do estupro sofrido por uma mulher chamada Lucineide S. Outra mulher, ao ler essa história, resolveu também contar a sua nos comentários do *Facebook* da revista. A partir disso, os administradores da página da *Superinteressante* nesta rede social pediram que a mulher entrasse em contato com eles via mensagem privada (*inbox*). Esse pedido fez com que, em quatro dias, várias outras mulheres também contassem suas histórias via mensagem privada, resultando na postagem que conta com 104 testemunhos. Ao testemunharem o surgimento dessa postagem, os autores do *blog* interpelaram os leitores a se juntar a eles numa discussão a respeito de estupro, lançando a campanha *#ChegaDeSilêncio*.

Ao abrir a página do *blog*, tem-se a seguinte postagem (FIG. 1):



Figura 1- Postagem inicial do Superblog. Fonte: Superinteressante (On-line).

No alto da página do *Superblog*, há o nome da revista que comanda o *blog*: trata-se da revista *Superinteressante*. Criada em outubro de 1987, em versão impressa, pela Editora Abril³, a revista tem a seguinte proposta:

De forma clara, direta, acessível ao mais leigo dos leitores, Superinteressante mostrará o conhecimento científico não como um tesouro a que só alguns privilegiados têm acesso, por sua cultura, mas como algo que passa pelo cotidiano de todos nós, influenciando e modificando até mesmo os momentos mais simples de nossa vida. (SUPERINTERESSANTE, s.d.)

De acordo com o *site* Publiabril, que oferece informações gerais e técnicas de todos os títulos da editora Abril, a revista, em sua versão impressa e digital, conta com 2.805.000 leitores. Ainda de acordo com o *site*, a “SUPER enxerga tendências, faz análises detalhadas, inova nas abordagens e enfrenta polêmicas para que o leitor debata, reflita e forme uma opinião sobre o assunto” (PUBLIABRIL, s.d.). Além disso, ela se coloca como uma revista “essencial para entender o mundo em que vivemos” (ibid.). O público da revista é definido como “as cabeças

³ Disponível em: <http://publiabril.abril.com.br/marcas/superinteressante>. Acesso em 15 abril 2017.

quem têm fome de conhecimento, inovação e novidades” (ibid.). Mais especificamente, eles afirmam que o público é composto, em sua maioria, por adolescentes e jovens adultos.

A *Superinteressante* não é composta apenas da revista impressa, mas também engloba *blogs*, fóruns de discussão, redes sociais, infográficos interativos e games. É uma revista que estimula a participação de seus leitores em todas essas ferramentas descritas, chamando seus leitores a comentarem o que acharam das matérias, qual a opinião deles a respeito de algum assunto e, como no caso do nosso *corpus*, pedindo que fossem enviados testemunhos de vítimas de violência sexual. O uso de tais ferramentas mostra que não só os leitores participam da revista, influenciando no conteúdo de suas publicações, mas que também a revista pode participar do cotidiano de seu público.

Os *blogs* da *Superinteressante* são mantidos por jornalistas e editores da própria revista ou por jornalistas convidados. Atualmente, os *blogs* que estão no ar são: *Literal*, *Ciência Maluca*, *Serial*, *Como as Pessoas Funcionam*, *Conta Outra*, *Crash*, *Re:Bit*, *Se Conselho Fosse Bom*, *Supernovas* e *Oráculo*. O *Superblog* foi tirado do ar recentemente e seu conteúdo foi distribuído nesses vários outros *blogs*. A *Superinteressante* propôs o *Superblog* em consonância com o nome da revista (*Super*). O *Superblog* apontava curiosidades e tendências da Internet, sendo utilizado como uma forma de abordar assuntos recorrentes ao universo da revista, de forma mais ágil e interativa.

Abaixo do nome da revista, aparecem os *links* que apresentam os temas do *blog*: cotidiano, ideias, ciência, tecnologia, cultura, comportamento e história.



Figura 2- Links da postagem inicial do *Superblog*. Fonte: *Superinteressante* (On-line).

Esses conteúdos abordados pelo *blog* constroem uma imagem de revista que foca na vida cotidiana de seus leitores e que se coloca como uma fonte que pode trazer conhecimento. Forma-se também uma imagem de que seus leitores gostam de inovar e que estão atentos às novidades que podem influenciar em suas vidas cotidianas.

Esses testemunhos foram escolhidos pelo fato de serem mulheres falando delas mesmas e que utilizaram o ciberespaço do *Superblog* para romperem com o silenciamento sobre violência sexual. A escolha pela análise de testemunhos em *blog* foi feita com base no entendimento de que ele é uma rede social que abriu um espaço para que as mulheres se sentissem seguras e acolhidas

para falarem de si ao verem histórias semelhantes às delas.

Traçamos como objetivo da presente dissertação identificar e analisar a construção do *ethos* nos testemunhos de vítimas de abuso sexual que se manifestaram no *Superblog* e relacionar como os estereótipos de gênero e de vítima que as mulheres dos testemunhos escolhidos da publicação do *Superblog* #*ChegaDeSilêncio* constroem de si, seja para rompê-los ou para reforçá-los. Os objetivos específicos são: (i) caracterizar discursivamente o *Superblog*; (ii) analisar os elementos linguístico-discursivos que mostram o *ethos* e (iii) relacionar os *ethé* com questões articuladas à linguagem e à violência de gênero.

Essa proposta se justifica à medida que busca analisar como os testemunhos do *Superblog* constroem a imagem da vítima. Analisar tais imagens de si nos testemunhos, sobretudo da mulher vítima de violência sexual, poderá servir para promover um debate do tema nas redes sociais e, conseqüentemente, na sociedade. Assim, tentaremos mostrar de que forma a escrita de si no ciberespaço do *Superblog* se constituiu em um novo espaço de enunciação que funciona também como um espaço de denúncia, considerando que a denúncia formal de casos de violência sexual ainda é pequena.

A Análise do Discurso (AD, doravante) permite observar o discurso como um objeto de várias dimensões fruto da interação do mundo e da linguagem, considerando que, o discurso não pode ser estudado fora de uma esfera situacional que oferece as condições em que o enunciado aparece. Esta é uma análise dos testemunhos publicados no *Superblog*, *blog* da revista *Superinteressante*. Procuramos contemplar o ponto de vista da vítima para abordar as representações relativas ao universo temático da violência sexual. O levantamento dos dados foi feito linearmente, testemunho por testemunho, até conseguirmos uma repetição de categorias de análise que nos fornecessem os mecanismos mais frequentes utilizados para a construção do *ethos* das testemunhantes. No total, foram os oito primeiros testemunhos, dentre os 104 que constituem a publicação #*ChegaDeSilêncio*.

A pesquisa parte da construção teórica proposta por Amossy (2007, 2016), que não pensa o *ethos* como uma atividade apenas languageira, mas que também se ancora nos lugares que os sujeitos ocupam nas práticas sociais, conjugando elementos prévios e discursivos. Isso será feito porque a #*ChegaDeSilêncio* não é composta por apenas um sujeito enunciadador que seja conhecido popularmente, permitindo que sua imagem prévia seja recuperada, mas trata-se de

várias testemunhantes, que partilham uma mesma sociedade, logo sujeitas aos mesmos os estereótipos sobre vítimas de violência sexual.

Em relação ao nível discursivo, a investigação aborda os três modos de organização do discurso, conforme a Teoria Semiociológica (TS, doravante) proposta por Patrick Charaudeau (2012): (i) o modo de organização narrativo, (ii) o modo de organização descritivo e (iii) o modo de organização enunciativo. Em cada testemunho, cada um destes modos foi identificado e analisado a partir das seguintes categorias: (i) papéis actanciais dos personagens como categorias pertencentes ao modo de organização narrativo; (ii) componentes de nomeação, localização e de qualificação dos personagens, como categorias pertencentes ao modo de organização descritivo. Foram analisados, ainda, os componentes (i) alocutivo, (ii) elocutivo e (iii) delocutivo que integram o modo enunciativo, também em conformidade com as proposições de Charaudeau (2012).

Os excertos analisados foram numerados em ordem crescente e, na análise, consta o testemunho ao qual pertencem, pois ela foi feita de forma linear. Por exemplo, a nomenclatura *T1/a* mostra que se trata do *testemunho 1* e da primeira parte dele, *a*.

O primeiro capítulo apresenta o material de análise e o suporte teórico utilizado para realizar uma descrição discursiva do *Superblog*: a Teoria Semiociológica para analisar (i) as visadas discursivas, (ii) o contrato de comunicação e (iii) os sujeitos de fala. Aborda-se, ainda, questões em torno do silêncio e do silenciamento a partir dos estudos de Eni Orlandi (2007). Tem-se a descrição do *Superblog* como uma rede social com base nas formulações de Raquel Recuero (2009) sobre os atores e as conexões dessa rede; são utilizadas as contribuições de Pierre Levy (1999); Lucia Santaella (2013) e Maria Cristina Gobbi (2013) para melhor caracterização do ciberespaço. Em um segundo tópico, o *blog* é apresentado como uma escrita de si através das formulações de Paula Sibila (2008), Denise Schittine (2004) e com uma dimensão autobiográfica dos testemunhos, com base em Philippe Lejeune (2008), Leonor Arfuch (2010), Dylia Lysardo-Dias (2006, 2012, 2014, 2016) e Alfredo Bosi (1995). As questões relacionadas ao gênero ficaram a cargo de Joan Scott (1995) e Judith Butler (2015); no que se refere à violência de gênero, foram utilizadas as contribuições de Cecília Macdowell Santos e Wânia Pasinato Izumino (2005) e de Heleieth Safiotti (2004).

O segundo capítulo apresenta a análise da construção do *ethos* nos testemunhos, conforme as formulações de Ruth Amossy (2007, 2016), Dominique Maingueneau (1997, 2001, 2008,

2016), Patrick Charaudeau (2008, 2012), Chaim Perelman (2005), Oswald Ducrot (1987) e Aristóteles (1998). Em relação às categorias de análise do *ethos*, a investigação contemplou os modos de organização do discurso narrativo, descritivo e enunciativo, segundo a TS (CHARAUDEAU, 2008 e 2012). A partir dessas categorizações, foram analisados os elementos linguístico-discursivos que mostram o *ethos*, verificando (i) como eles emergem na obra e quais são as representações e os estereótipos que o falar de si faz emergir nos testemunhos e (ii) qual sua relação com a caracterização da violência de gênero.

Por fim, as considerações finais baseadas em algumas reflexões que resultaram do que foi analisado no decorrer da dissertação. Os *ethé* que mais predominam nos testemunhos são os que possuem um tom de justificação de conduta ética e moral das locutoras, como os *ethé* de (i) vítima geralmente desacreditada, de (ii) mulher idônea, mas vulnerável e desacreditada e (iii) ser humano traumatizado por algo que é irreparável. A pesquisa evidenciou que as mulheres vítimas de violência sexual se justificam perante seus leitores e se mostram credíveis para falarem sobre a violência sofrida. O testemunho de cunho autobiográfico cria um efeito de proximidade com o interlocutor e de confiança, em que este deposita no seu interlocutor a confiança e a esperança de que, a partir de sua história, ele seja sensível ao tema tratado no *Superblog*.

Além disso, apesar da grande frequência de *ethé* que deixaram entrever a situação de fragilidade, culpa e submissão, dessas mulheres, muitas deixaram entrever nos testemunhos a imagem de mulher forte, capaz de reagir e engajada. Dessa forma, vemos que há um movimento de contra-cultura em alguns desses testemunhos, pois as locutoras demonstram saber dos estereótipos vigentes, mas dispostas a mostrar que eles são errôneos; elas indicam que não são o “sexo frágil”, pois conseguem se recuperar, lutar por seus direitos e até mesmo ajudarem umas às outras.

1 O SUPERBLOG E A #CHEGADESILÊNCIO

1.1 Teoria Semiollingística

A Semiollingística é uma teoria de Análise do Discurso que tem como principal objeto de estudo a linguagem associada ao seu contexto psicossociocomunicativo. *Semio* - advém de *semiosis*, uma vez que evoca o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem por meio de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional e social, num determinado quadro de ação. Assim, Charaudeau (2012) concebe a linguagem como tridimensional, possuindo o âmbito cognitivo, em que se pressupõe e percepção e a categorização do mundo; o psicossocial que abrange a troca dos signos e valores de influência dos fatos da linguagem e a semiótica em que se relaciona a construção dos sentidos com a construção das formas.

Essa teoria concebe o discurso como um “jogo enunciativo” entre a sociedade e suas produções “lingueiras”. Charaudeau (2012) chama esse jogo entre os atores sociais de “*mise-en-scène*” (encenação). Poderíamos afirmar, então, que a abordagem discursiva aqui defendida seria sociocomunicativa, pois considera qualquer ato de linguagem um fenômeno interativo, procurando estabelecer uma relação entre linguagem e o meio social.

O discurso, então, nessa teoria, é tido como resultado da interação do mundo, enquanto realidade, com a linguagem, enquanto produção social de forma e de sentido. Por conseguinte, a significação discursiva será o resultado da articulação entre o circuito interno (linguístico/discursivo) e do circuito externo (situacional).

Charaudeau (2012), ao articular espaços interno e externo visa a analisar o discurso a partir de três dimensões: a situacional, a discursiva e a linguística. A (i) competência semiollingística, que “consiste em saber organizar a encenação do ato de linguagem de acordo com determinadas visadas [...], recorrendo às categorias que cada língua nos oferece” (CHARAUDEAU, 2012, p.7); (ii) a competência situacional, pois todo ato de linguagem está em uma situação de comunicação; e (iii) a competência semântica, aquela em que se sabe “construir sentido com a ajuda de formas verbais (gramaticais ou lexicais), recorrendo às categorias que cada língua nos oferece” (ibid.).

Ao propor uma visão sociointeracionista da linguagem, Charaudeau (2012) afirma que

todo projeto de fala é dotado de uma intencionalidade, na medida em que as trocas linguageiras são fundamentadas na execução desse projeto. Para tanto, o locutor põe em prática estratégias de comunicação na sua expedição para atingir o outro. Além disso, o ato de linguagem não é visto como um processo de comunicação direta e transparente entre emissor e destinatário, mas sim como um processo de encenação no qual os seres sociais estão em “uma expedição e uma aventura” e o sujeito comunicante organiza seu dizer com o propósito de atingir seu destinatário (CHARAUDEAU, 2012, p.56).

É uma “expedição” em relação ao projeto global que o sujeito comunicante elabora, organizando competências, contando com a liberdade e as restrições que possui no processo comunicativo. Assim, para ter sucesso nessa expedição, tal sujeito utilizará estratégias em conformidade com o contrato estabelecido entre os parceiros do ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2012). Para o autor, o contrato “pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais” (CHARAUDEAU, 2012, p. 56). O sujeito comunicante projeta que seu interlocutor tenha uma competência linguageira equivalente à sua. Já a noção de estratégia considera que o sujeito comunicante idealiza, planeja e põe em cena “suas intenções de forma a produzir determinados efeitos – de persuasão ou de sedução – sobre o sujeito interpretante (TUi)” (ibid.), de forma a fazer com que o sujeito social se identifique com o sujeito de fala projetado pelo sujeito comunicante.

Segundo Charaudeau (2004), a análise dos gêneros deve se apoiar em uma teoria do discurso que leve em conta os diferentes níveis do fato linguageiro. O “princípio de influência” se encontra dentre tais níveis, referentes às noções de contrato e de estratégias discursivas e coloca na origem das “visadas discursivas”. Elas orientam as estratégias que o falante vai utilizar em seu projeto de fala com a finalidade de ser compreendido pelo seu interlocutor e representam as instruções situacionais que o falante se guia para captar seu interlocutor e se legitimar perante esse. Essas instruções provem da ‘identidade’ dos parceiros e do lugar que eles ocupam na troca. Todavia, os parceiros, nessa troca, devem se reconhecer (reciprocamente) como produtores legítimos do discurso que estão proferindo, que é conhecido como princípio da alteridade. No *Superblog*, essa alteridade é garantida às locutoras por elas falarem a partir da experiência própria sobre violência sexual, sobretudo, por estarem se manifestando em um espaço que se propõe uma quebra de silêncio a esse respeito. Assim, se o Eu comunicante (EUC) não for reconhecido pelo

Tu interpretante (TUi), sua legitimidade ficará comprometida. Porém, a ‘finalidade’ do ato que liga os parceiros da troca comunicativa, do propósito que pode ser convocado e das circunstâncias materiais nas quais a troca se realiza vai ser responsável por esse reconhecimento.

As visadas discursivas estão fundadas nas instruções da situação de comunicação, que vão ser o ponto de partida para que se chegue a uma forma de unir o domínio de prática social com a atividade discursiva. Essa é a principal proposta de Charaudeau e é pelas visadas que ele inicia a análise:

Destes componentes, (a “identidade” dos parceiros e o lugar que eles ocupam na troca, a “finalidade”, o “propósito” e as “circunstâncias materiais” nas quais a troca se realiza) me deterei mais particularmente, aqui, no da finalidade, porque é ele que, selecionando um tipo de finalidade, determina a orientação discursiva da comunicação. Este nível é metodologicamente aquele pelo qual deve começar a análise dos discursos. (CHARAUDEAU, 2004, p.22) (ênfases do autor)

Charaudeau (2004, p. 23-24) mostra que essas visadas podem ser classificadas de seis formas. A primeira é a visada da prescrição, que é caracterizada pelo fazer-fazer, em que o Eu quer mandar fazer e tem autoridade para poder sancionar, enquanto o Tu se encontra em posição de dever-fazer. A visada da solicitação é caracterizada pelo fazer-saber, em que o Eu quer saber e se encontra em posição de inferioridade de saber diante do tu, todavia sua solicitação é legitimada, portanto, o Tu é colocado em situação de dever-responder. Em seguida, temos a visada de informação em que o Eu quer fazer-saber e se encontra legitimado em sua posição de saber, o Tu se encontra na posição de “dever saber” alguma coisa sobre a existência dos fatos, ou sobre o porquê ou como de seu surgimento.

A quarta visada é a da instrução, em que o Eu quer “fazer saber fazer” e se encontra em posição de autoridade para transmitir o saber fazer, o Tu encontra-se então em posição de dever saber-fazer, segundo um modelo (uma receita de como fazer ou modo de emprego). Na visada da demonstração, o Eu quer estabelecer uma verdade por meio de provas, estando em uma certa posição de autoridade de saber (cientista, especialista), enquanto o Tu está na posição de ter que receber e avaliar uma verdade. Por fim, na visada da incitação, como na visada da prescrição, o Eu quer mandar fazer (fazer fazer). Todavia, o sujeito enunciador não se encontra em posição de autoridade para tal e para cumprir seu objetivo ele deve fazer o Tu “fazer crer”, por meio de persuasão, fazendo-o agir acreditando que ele será o beneficiário de seu próprio ato.

Para Charaudeau (2004), cada situação de comunicação utiliza uma ou mais “visadas” de acordo com seu propósito, ajustando a identidade dos parceiros ao propósito e as circunstâncias

em que se inscreve. No caso do *Superblog*, percebemos uma predominância da visada da informação, em que as locutoras dos testemunhos querem fazer-saber suas histórias e se encontram legitimadas em sua posição de testemunhas do vivido, colocando seus interlocutores em posição de dever-saber a existência de fatos sobre a vida de alguém que sofreu violência sexual.

Na TS, o discurso é tido como um “jogo enunciativo” entre a sociedade e suas produções “linguageiras”. Jogo este chamado de representação social de “*mise-en-scène*” (encenação), em que é encenado por duas entidades: os sujeitos de fala e os sujeitos agentes, como mostra o esquema a seguir:

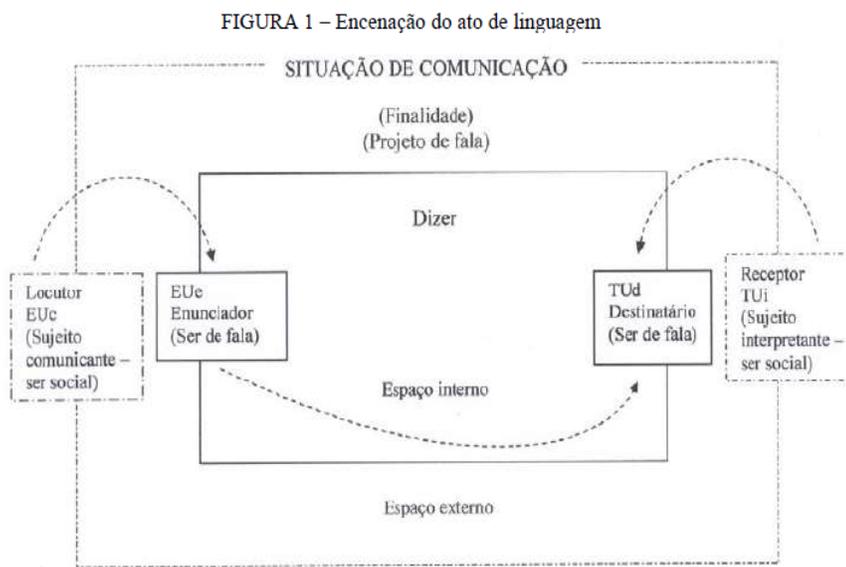


Figura 3- Encenação do ato de linguagem. Fonte: CHARAUDEAU, 2012, p. 52.

Assim, segundo Charaudeau (2012), o ato de linguagem não é visto como um processo de comunicação direta e transparente entre emissor e destinatário, mas sim como um processo de encenação por um projeto de comunicação idealizado pelo EUC, que organiza suas competências e deseja que seu ato tenha sucesso para que haja uma coincidência nas interpretações do TUI e do TUd.

Sobre os sujeitos da situação de comunicação e o contrato do *Superblog*, começaremos sua análise com o texto explicativo de como a postagem *#ChegaDeSilêncio* surgiu:

Superblog | #ChegaDeSilêncio – 104 histórias de leitores que sofreram abuso sexual e/ou estupro - Mozilla Firefox

Superblog | #ChegaDeSilêncio

super.abril.com.br/blogs/superblog/chegadesilencio-104-historias-de-leitores-que-sofreram-assedio-eou-ab

SUPER INTERESSANTE ASSINE

santa *boa moça* *puta*

Escreva para o autor

Pela Web

- Aprenda a duplicar sua renda investindo Trovo Academy
- Milionário do mercado financeiro revela Veja o que Trovo Academy
- A Bovespa vai subir ou cair? Veja o que Toro Radar
- O que é DevOps? Cloud Z1
- Quando é a hora de migrar para a tecnologia da Cloud Z1
- 20 coisas acerca de Angelina Jolie que irmão bocalista/pt

A reportagem de capa da SUPER deste mês trata de um assunto espinhoso e pouco discutido: estupro.

No dia primeiro de julho, publicamos em nossa página do Facebook cinco imagens combatendo a quietude do tema, juntamente com os dois primeiros parágrafos da matéria. A história de Lucineide S., uma

Pesquisar na Web e no Windows

22:11 07/08/2016

Figura 4- Postagem inicial do Superblog. Fonte: Superinteressante (On-line).

Superblog | #ChegaDeSilêncio – 104 histórias de leitores que sofreram abuso sexual e/ou estupro - Mozilla Firefox

Superblog | #ChegaDeSilêncio

super.abril.com.br/blogs/superblog/chegadesilencio-104-historias-de-leitores-que-sofreram-assedio-eou-ab

SUPER INTERESSANTE ASSINE

tecnologia da Cloud Z1 que irao bocalista/pt

Recomendados para Você

- Não deixe seu cachorro lambem você
- 10 histórias bizarras que aconteceram em
- Nasa descobre 'mensagem' escrita na
- A verdade sobre Maria Madalena
- Sim, aliens existem (ou existiram).
- 7 dicas da neurociência para melhorar a sua

Recomendado por @outbrain

ARQUIVOS

- Agosto 2015
- Julho 2015
- Junho 2015

cinco imagens combatendo a quietude do tema, juntamente com os dois primeiros parágrafos da matéria. A história de Lucineide S., uma cabeleireira de Guarulhos, comoveu nossos fãs. Você pode ler [aqui](#).

Uma pessoa ficou especialmente tocada pelo assunto e compartilhou sua história em detalhes, revelando publicamente que foi vítima de estupro. O relato dela chamou a nossa atenção, e pedimos que entrasse em contato conosco por mensagem privada. Queríamos continuar a conversa sem expô-la.

Depois desse pedido, dezenas de outros leitores também nos enviaram sua histórias pela rede social. Entre quarta-feira e domingo, recebemos 104 mensagens, sendo 70 delas denunciando assédio e/ou abuso sexual. Reproduzimos todas abaixo integralmente, apenas omitindo os nomes das vítimas.

Se você também acredita que o estupro deve ser discutido abertamente, junte-se a nós.

#ChegaDeSilêncio

Pesquisar na Web e no Windows

22:13 07/08/2016

Figura 5- Postagem inicial do Superblog. Fonte: Superinteressante (On-line).

Excerto 1:

A reportagem da capa da SUPER deste mês trata de um assunto espinhoso e pouco discutido: estupro.

No dia primeiro de julho, publicamos em nossa página do Facebook cinco imagens combatendo a quietude do tema, justamente com os dois primeiros parágrafos da matéria. A história de Lucineide S., uma cabeleireira de Guarulhos, comoveu nossos fãs. Você pode ler aqui.

Uma pessoa ficou especialmente tocada pelo assunto e compartilhou sua história em detalhes, revelando publicamente que foi vítima de estupro. O testemunho dela chamou a nossa atenção, e pedimos que entrasse em contato conosco por mensagem privada. Queríamos continuar a conversa sem expô-la.

Depois desse pedido, dezenas de outros leitores também nos enviaram suas histórias pela rede social. Entre quarta-feira e domingo, recebemos 104 mensagens, sendo 70 delas denunciando assédio e/ou abuso sexual. Reproduzimos todas abaixo integralmente, apenas omitindo os nomes das vítimas.

Esse texto inicial antes dos testemunhos estabelece um contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2012) com o leitor, pois, no *blog*, a relação entre blogueiro(a) e seu leitor é estabelecida por meio da linguagem empregada na escrita dos posts e das respostas aos comentários dos visitantes. Se a linguagem é usada a partir de interesse, intencionalidade e finalidade específicos de cada atividade (CHARAUDEAU, 2012), os enunciados linguísticos se realizarão de maneiras diversas, inclusive num mesmo espaço, pois, de início, teremos um contrato de comunicação entre o *blog* e seus leitores e depois teremos um entre as testemunhantes e seus leitores.

Utilizando dessa proposição, consideramos que é dessa forma que o locutor do *blog* (EUC) explicita um contrato com seu interlocutor para que ele compreenda o teor dos testemunhos. No *Superblog*, os jornalistas responsáveis por ele (EUC) possuem uma identidade civil e social, principalmente no que se refere à identidade social desses sujeitos. Dessa forma, a apresentação desses jornalistas logo no início da postagem (FIG. 6) identifica o sujeito comunicante, traçando de maneira resumida seus perfis (Lucas Baptista e Otavio Cohen).



ESCRITO POR

Lucas Baptista

Jornalista, zoeiro e músico viciado em rock 'n roll. A palavra "inovação" é o seu lema.



ESCRITO POR

Otavio Cohen

Jornalismo, literatura, quadrinhos, música, TV, cinema e os anos 90:
todos os clichês reunidos

Figura 6- Perfis dos jornalistas. Fonte: Superinteressante (On-line).

Já o EUE, para Charaudeau (2012, p.51) é o desdobramento do EUC, um sujeito de fala, responsável pela enunciação, “[...] é sempre uma imagem de fala que oculta em maior ou menor grau o EUC”. O circuito interno de fala é composto então, pelo EUE e pelo TUD, seres de fala ligados às representações linguageiras das práticas sociais. O circuito externo corresponde aos seres agentes da prática social (EUC e TUi), sujeitos do mundo, ele é uma “testemunha do real”.

O sujeito enunciador dessa introdução da postagem *#ChegaDeSilêncio*, se apresenta como responsabilidade de dois jornalistas (os sujeitos comunicantes) e se funde em apenas uma voz, que é o sujeito enunciador, constituído pela voz do *Superblog*, que dá as direções e estabelece o contrato de como os testemunhos devem acontecer.

Na instância de recepção, o EUC, através do EUE, estabelece um projeto de fala sobre o TUD (CHARAUDEAU, 2012), um leitor idealizado, alguém supostamente interessado no assunto tratado na postagem. Todavia, é o TUi, ser real no mundo, que é o responsável pela interpretação do ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2012).

Segundo Charaudeau (2012, p. 56), o sujeito comunicante faz uso de um contrato de comunicação que “pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas

sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais”. Esse sujeito lançará mão de estratégias com o objetivo de organizar e encenar suas intenções para produzir certos efeitos em seu interlocutor, ou sujeito interpretante (CHARAUDEAU, 2012).

A partir disso, podemos observar no excerto um a proposta de contrato pelo EUE, que explica como surgiu essa postagem e o que se espera dela, para que os interlocutores participem dos efeitos de sentido esperados pelo locutor. Essa projeção de um TUD pelo EUE é verificada no seguinte excerto:

Excerto 2:

Se você também acredita que o estupro deve ser discutido abertamente, junte-se a nós. #ChegaDeSilêncio

Neste excerto, através do verbo no imperativo (junte-se), acontece a interpelação do interlocutor. Desse modo, o locutor espera que o interlocutor reaja à sua interpelação e participe da campanha *#ChegaDeSilêncio*, atribuindo a si um estatuto de quem está autorizado a interpelar o outro

No entanto, no *Superblog*, o leitor efetivo pode corresponder ao TUD projetado pelo EUE, que podem ser as próprias testemunhantes, os leitores frequentes do *blog* ou interessados pela questão do combate à violência sexual. Não havendo a correspondência por parte do EUE, ocorre, assim, a quebra de contrato (CHARAUDEAU, 2012).

Outra questão importante abordada por Charaudeau (2012) é a situação de comunicação, que não deve ser confundida com a noção de contexto. Para o autor, a situação “se refere ao ambiente físico e social do ato de comunicação” (CHARAUDEAU, 2012, p. 69), enquanto o contexto é relacionado “ao ambiente textual de uma palavra ou de uma sequência de palavras” (ibid.). Ou seja, o contexto é interno ao ato de linguagem, enquanto a situação é externa a este ato. Dentro dos componentes da situação de comunicação, o locutor é o centro dela, se colocando em relação a um interlocutor.

Nesse sentido, consideramos que os parceiros da troca verbal no *blog* são múltiplos e estão dispostos distanciadamente do ponto de vista físico, já que os testemunhos passaram de uma rede social para outra: do *Facebook* para o *blog*.

A característica de troca comunicativa de nosso *corpus* é monologal, pois os parceiros não estão presentes fisicamente um ao outro, impossibilitando a troca instantânea. Sendo assim, os parceiros podem organizar suas palavras progressivamente, de forma contínua e hierarquizada, além de “uma explicitação necessária, quando o canal de transmissão é gráfico, daquilo que poderia ser significado através da entonação e da mímica” (CHARAUDEAU, 2012, p. 72). Dessa forma, os sinais de pontuação, a disposição do texto, o uso de maiúsculas, tudo isso é importante no processo de significação de uma situação monologal escrita de comunicação.

Os atores são elementos importantes nessas redes sociais, juntamente com seus processos dinâmicos e são representados pelos nós, ou seja, são as pessoas abarcadas na rede analisada. Eles interagem e constroem laços sociais, dando forma às estruturas sociais que fazem parte, como veremos ainda neste capítulo. Todavia, Raquel Recuero (2009) alerta que, no estudo dessas redes na Internet, deve-se considerar que os atores são mediados pelo computador, sendo assim, há um distanciamento nos envolvidos nessa interação social.

Há uma nova situação de comunicação que se estabelecerá entre as testemunhantes e os leitores/leitoras do *Superblog*. O EUc será constituído pelas testemunhantes que enviaram suas histórias via *Facebook* para a página da *Superinteressante*, ou seja, seres sociais, sujeitos do fazer. O EUe é autor-narrador-personagem do texto de cunho autobiográfico. Isso é o que Phillippe Lejeune (2008) denomina de pacto autobiográfico, uma identidade definida entre autor, narrador e protagonista, obrigatória e que se estabelece por meio do nome próprio comum a todos. Esse contrato, mesmo sendo por um nome omitido na postagem, gera um efeito de realidade nos testemunhos (LEJEUNE, 2008). O TUd e o TUi são os mesmos da primeira situação de comunicação, apenas acrescentando que, agora, a revista *Superinteressante* também se torna um interlocutor.

1.2 O Silêncio e o silenciamento

A *#ChegaDeSilêncio* afirma que o estupro deve ser discutido abertamente, como no excerto abaixo:

Excerto 3:

Se você também acredita que o estupro deve ser discutido abertamente, junte-se a nós. #ChegaDeSilêncio

O *Superblog* se posiciona contra o silenciamento que ocorre normalmente quando se trata desse assunto, dificultando a denúncia de vítimas desse crime que, às vezes, nem compreendem que foram abusadas. Silêncio e silenciamento são palavras constantes quando se aborda o tema da violência sexual, a começar no título da postagem em análise. Eni Orlandi (2007) defende que todo o processo de significação das coisas do mundo, realizado pelo ser humano, se dá por meio da linguagem, sendo assim, para a autora, o que rege todo esse movimento dos sentidos é o silêncio fundante. O silêncio, nessa perspectiva, não é tido como falta, porém a linguagem é tida como excesso. A palavra é pensada como um movimento em torno do silêncio. O silêncio fundador, para Orlandi (2007), garante o movimento dos sentidos que é necessário na relação da língua com a ideologia, porque sempre diz a partir de uma historicidade, em que são produzidas as representações do mundo.

Além do silêncio fundador, Orlandi (2007) distingue a política do silêncio, subdividida em: silêncio constitutivo e silêncio local. No primeiro tipo, os sentidos são desenvolvidos através da inserção do sujeito em certas formações discursivas historicamente determinadas que dão sentido ao dizer. Ao dizermos algo, apagamos os outros sentidos possíveis em uma determinada situação discursiva. Assim, o dizer e o silenciamento se fazem inseparáveis. Já no silêncio local, o sujeito é impedido pela censura de dizer o que pode ser dito, gerando um enfraquecimento nos sentidos. Podemos ver este segundo tipo de silêncio, o local, na *#ChegaDeSilêncio*, pois, na visão do *Superblog*, o estupro ainda é um assunto em que há uma censura por parte da sociedade como um todo que impede a discussão do tema e as denúncias por parte das vítimas.

A linguista compreende a censura objetiva como fato de linguagem e uma política da palavra. Assim, a censura como silêncio imposto por um grupo dominante intervém na formação e no movimento dos sentidos. O silenciamento, definido por Orlandi como “pôr em silêncio” (ORLANDI, 2007, p. 12), é um processo de produção de sentidos silenciados e que trabalha na divisão entre o não-dizer e o dizer, impossibilitando sujeito e sociedade de construir as identidades e produzirem historicamente os sentidos. Sendo assim, o silêncio local é muito presente em casos de violência sexual, pois a vítima sofre censura de várias instâncias para não denunciar seu agressor.

A começar pela censura interna (da pessoa contra ela mesma), a vítima, muitas vezes, tem vergonha de ter sido estuprada e, talvez, até se culpe de alguma forma pelo ocorrido.

Excerto 4:

[...] dessa vez eu não quis contar para minha mãe, tive medo.

Os familiares, amigos e autoridades responsáveis por acolherem essas pessoas que foram violentadas exercem também grande parte nessa censura, pois, nem sempre, estão preparados para lidarem com esse tipo de violência, ou seja, não sabem os procedimentos mais adequados para tratarem tais vítimas.

Excerto 5:

Esse assunto nunca mais foi tocado e de certa forma, sempre fui forçada ao convívio com ele. Ninguém nunca tomou uma atitude, e me induziram a calar.

Excerto 6:

[...] minha mãe ainda me obrigou a pedi desculpa para ele por ter inventado aquela situação, mas não foi mentira passei anos sendo abusada até que um dia ela separou dele.

Excerto 7:

Fiquei desesperada foi aí que o inspetor se convenceu e intimou o cara, apesar de afirmar que aquilo não adiantaria de nada. Minha família me impediu de fazer a ocorrência.

Para Aline Bianchini (2011, *on-line*): “embora supostamente a mulher esteja hoje mais protegida legalmente, a maioria dos entrevistados nas pesquisas sobre violência doméstica não confia nas pessoas responsáveis por fazer cumprir a lei e, decorrentemente, proteger a mulher agredida.” Por fim, temos a censura que o próprio agressor perpetua através de ameaças, operando pelo medo, ou seja, de forma que a vítima tema por sua vida ou de alguma pessoa querida, até mesmo por sua reputação. Todos esses processos podem ser considerados silenciamentos, ao atuarem no sentido de pôr a vítima em silêncio, impedindo-a de se expressar e impedindo, então, o movimento dos sentidos.

1.3 As redes sociais

Segundo Recuero (2009), entre as vantagens da Internet está “a possibilidade de expressão e sociabilização através das ferramentas de comunicação mediada pelo computador (CMC)” (RECUERO, 2009, p. 24). De acordo com a autora, uma rede social é definida por seus atores (pessoas, instituições ou grupos) e por suas conexões (interações ou laços sociais). Assim, a

metáfora da “rede” permite observar as formas regulares de conexão de um grupo social, a partir das conexões de seus atores, tendo como foco a estrutura social. Nesse contexto, o estudo das redes sociais na Internet:

[...]Foca o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações mediadas são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam essas estruturas (RECUERO, 2009, p. 24).

Podemos dizer que as interações que ocorrem em nosso *corpus* são mediadas de várias formas. Assim, temos o *blog* como moderador entre seus leitores e as testemunhantes. Essas interações geraram fluxos de informações pessoais a respeito das leitoras e testemunhantes e informações de cunho social sobre como é ser vítima de violência sexual em nossa sociedade. Essa troca de informações é também uma troca social, pois impacta a estrutura vigente de forma a dar um espaço de fala para se discutir a violência sexual da perspectiva das vítimas, espaço que é pouco dado a elas.

Lucia Santaella afirma que antes das redes sociais, já havia uma tendência na Internet de agrupamentos humanos que foram chamados de comunidades virtuais. Tais comunidades eram definidas como “grupos ou redes que possibilitavam aos indivíduos se comunicarem na Internet, na qual estava aberto o potencial para experienciar os benefícios de uma vida em comunidade, sem nenhuma de suas cargas presenciais” (SANTAELLA, 2013, p. 25). Nesses espaços se permitia falar de interesses pessoais ou grupais em que os outros poderiam responder o que achavam sem o constrangimento que a presença física impõe.

As comunidades virtuais, destaca Recuero (2009), foram populares no ciberespaço por algum tempo, mas diminuíram em quantidade e força à medida que os usuários aderiram às redes sociais. Com o surgimento da “web 2.0”, que “ficou conhecida como a web da cooperação, com redes de relacionamento, *emoticons*, *blogs*, transferência de arquivos, marketing viral, social *bookmarking* (folksonomia), webjornalismo participativo, escrita coletiva, velocidade e convergência” (SANTAELLA, 2013, p. 27), surgiram também as produções independentes, os ativismos políticos, artísticos e os cidadãos mais conectados.

Todos esses movimentos ocorrem no ciberespaço, termo baseado na obra de Pierre Lévy que o define da seguinte forma:

O ciberespaço (que também chamarei de ‘rede’) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 1999, p. 15).

De acordo com o sociólogo, o crescimento desse espaço parte de jovens de todo mundo que buscarem novas formas de se comunicarem, além daquelas propostas pela mídia clássica. Além disso, Lévy defende que é de nossa responsabilidade que as potencialidades positivas desse novo espaço de comunicação sejam exploradas tanto nos planos econômico e político quanto no cultural e humano. Essa é uma responsabilidade social que é sempre imputada pela sociedade às grandes mídias brasileiras e é dessa forma que a revista *Superinteressante*, através do *Superblog*, toma para si a responsabilidade de ser um agente que promove debates sobre a violência sexual e vai contra o silêncio em que é posto tal assunto.

Com o crescimento do ciberespaço, há o surgimento da cibercultura, provocado pelos avanços tecnológicos das telecomunicações. Lévy (1999, p. 17) afirma que o termo “especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. Neste sentido, estaríamos passando por um processo de universalização da cibercultura, pois estamos cada vez mais imersos em novas relações de comunicação que ela nos oferece.

Atualmente, a ebulição dessa cultura, que é mediada pelo computador, está nas redes sociais. São nessas redes sociais digitais que surgem novos espaços e meios de sociabilidade que, apesar de diferentes dos tradicionais, são estruturalmente semelhantes, havendo apenas uma reinvenção e apropriação dos códigos convencionais. As redes de relacionamentos no meio digital (*Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Blogs*) giram em torno de temas que interessam a todos os participantes e que devem ser cultivados para que não se perca o interesse nelas.

Santaella (2013) destaca que as mídias sociais favorecem a criação de ambientes de convivência instantânea entre as pessoas, instaurando uma cultura participativa, “onde cada um conta e todos colaboram, portanto, uma cultura integrativa, assimilativa, cultura da convivência que evolui de acordo com as exigências impostas pelo uso dos participantes” (SANTAELLA, 2013, p. 29). O *Superblog*, em especial a postagem que estamos analisando, contou com os usuários de suas redes sociais para produzir os testemunhos e o conteúdo a respeito de violência sexual. Foi aberto um espaço de convivência entre as narrativas das testemunhantes, em que elas

colaboraram com o *blog* no sentido de produzir um conteúdo que fosse interessante para abordar o tema e que desse visibilidade às vítimas, indo ao encontro dos interesses de ambas as partes.

Os atores são elementos importantes nessas redes sociais, juntamente com seus processos dinâmicos e são representados pelos nós, ou seja, são as pessoas abarcadas na rede analisada. Eles interagem e constroem laços sociais, dando forma às estruturas sociais que fazem parte. Podemos compreender, então, que, no nosso material de análise, temos o *Superblog*, as testemunhantes e os leitores do *blog* incluídos como atores dessa rede social.

Todavia, Recuero (2009) alerta que, no estudo dessas redes na Internet, deve-se considerar que os atores são mediados pelo computador, sendo assim, há um distanciamento nos envolvidos nessa interação social. Os atores, portanto, são uma representação ou uma construção identitária do ciberespaço, ou seja, “pode ser representado por um weblog, por um fotolog, por um twitter ou mesmo por um perfil no Orkut” (RECUERO, 2009, p. 25). Isso quer dizer que o *Superblog* é escrito por jornalistas contratados pela *Superinteressante* e representam a revista na encenação do ato comunicativo, assim como as testemunhantes são representadas pelos perfis que traçam de si nos testemunhos e o leitor é uma projeção dos enunciadores.

Um primeiro aspecto relevante no estudo dos atores sociais é a expressão pessoal ou pessoalizada na Internet. A ferramenta citada acima funciona como “espaços de interação, lugares de fala, construídos pelos atores de forma a expressar elementos de sua personalidade ou individualidade” (RECUERO, 2009, p. 25 e 26). Para que o processo comunicativo aconteça, é essencial que haja uma “personalização do Outro” dentro da narrativa do *blog*, “através de elementos identitários e de apresentação de si” (RECUERO, 2009, p. 26). É dessa forma que os *blogs* funcionam “apropriações individuais do ciberespaço”, fazendo desse processo uma “construção de si” contínua (ibid.).

O “eu” que fala nas redes sociais, portanto, é uma apropriação do ciberespaço, fazendo dele um lugar do público e do privado, ao mesmo tempo. Sibilia (2004) nomeia a necessidade de exposição pessoal de nossa sociedade como “imperativo da visibilidade”. De acordo com a autora, tal imperativo é resultado direto da globalização, fenômeno que acentua o individualismo, pois, para existir no ciberespaço é necessário ser visto.

Assim, no caso do nosso *Superblog*, apesar das testemunhantes não se identificarem nominalmente, mas por meio de descrições de si e da situação de violência que sofreram, elas demonstram necessidade de que a história delas seja conhecida e de que o assunto seja tratado.

Isto é, elas se apropriam daquele ciberespaço e fazem dele um lugar para tornar público algo que é do espaço privado delas. Como no ciberespaço há ausência de elementos próprios da comunicação face a face, a percepção do Outro se dá por meio de suas palavras. Sendo assim, o *blog* necessita que haja uma identificação dos indivíduos que se expressam por meio dele, pois é preciso dar uma “cara”, uma individualidade aos atores sociais.

Recuero (2009) elige também como fundamental, no estudo das redes sociais na Internet, as conexões. Elas são formadas por laços sociais, que são cultivados na interação social entre os atores e é a variação dessas conexões que altera as estruturas sociais dos grupos. Isto posto, os elementos de conexão explorados são: a interação, as relações e os laços sociais. A interação “tem um caráter social perene e diretamente relacionado ao processo comunicativo” (RECUERO, 2009, p. 31). No ciberespaço, há particularidades no processo de interação diferentes da comunicação face a face. Primeiramente, os atores não se dão a conhecer sem mostrar também a linguagem não verbal e a interpretação do contexto de interação. O outro fator importante é que a multiplicidade de ferramentas para a comunicação proporciona uma interação permanente, mesmo quando o ator se desconecta do ciberespaço.

A interação no ciberespaço pode também estar relacionada aos laços sociais, pois ela une pares de atores e mostra qual tipo de relação eles possuem (RECUERO, 2009). Outra característica da interação mediada pelo computador é a sua migração, sendo que os atores sociais podem estar em várias plataformas de comunicação. É o que acontece na constituição da *#ChegaDeSilêncio* no *Superblog*, pois os testemunhos foram enviados para o perfil da *Superinteressante* no *Facebook* e publicados no *blog* da revista. Sendo assim, uma última característica da interação mediada é que ela gere e mantém relações complexas na Internet que podem gerar relações sociais que gerarão laços sociais.

Recuero (2009) mostra também que, assim como a interação, as relações também podem ser mediadas pelo computador. Para a autora, a relação social independe do conteúdo da interação, todavia o conteúdo de uma ou várias interações ajuda a estabelecer o tipo de relação social que há entre os atores. Os testemunhos que analisaremos, como já dito, estão em torno do tema violência sexual, todavia não se estabelece uma relação social próxima entre as testemunhantes, mas há uma identificação entre elas por terem passado pelo mesmo tipo de violência.

Nesse sentido, Maria Cristina Gobbi, em seu artigo *Comunicação em redes de afetos e emoções*, destaca a importância de não perder a dimensão do outro para uma comunicação efetiva.

Ela afirma que:

A comunicação e suas interseções nas diversas mídias configuram (des)limites; estabelecendo pontos de tensão entre o que se produz e o público que consome, marcado por uma nova fruição, repleta de subjetividade que aponta para as intervenções resultantes dos afetos e das emoções, gerando significações singulares, mas não únicas, capazes de incorporar mídia, redes, procedimentos, técnicas e comunicação em um processo de mediação, que reconfiguram, cotidianamente, nossa prática comunicativa (GOBBI, 2013, p. 156).

Assim, a autora traz para as redes sociais a dimensão da subjetividade e dos afetos na utilização das redes sociais, mostrando que eles se manifestam no campo da expressão, que é a comunicação manifesta em vários processos, meios e cenários, podendo ocorrer para pequenos ou grandes grupos. Podemos dizer que o *Superblog* funcionou como um espaço para um grupo explorar a dimensão da subjetividade no uso das redes sociais, tratando um assunto de interesse público, que é a violência sexual, por meio de afetos e emoções projetados nos testemunhos.

O título da postagem: *#ChegaDeSilêncio – 104 histórias de leitores que sofreram abuso sexual e/ou estupro* é iniciado por uma *hashtag*, que é definida por Gobbi (2013) como:

Uma palavra ou uma frase precedida do símbolo # (é comum chamar o símbolo ASCII # de (cerquilha) de sustenido). [...] São mensagens curtas, utilizadas principalmente como uma espécie de moderador ad-hoc nos fóruns de discussão. Qualquer combinação de caracteres liderados por um sinal sustenido é uma *hashtag* (GOBBI, 2013, p. 170).

De acordo com a autora, há *tags* que são afetivas, buscam partilhar informações pessoais, afetivas, sentimentos, etc. Essas *tags* (e nelas incluem-se as *hashtags*) têm a capacidade de formar comunidades, agrupando pessoas por sentimentos de afeto e de manifestação de emoções (GOBBI, 2013). É o que acontece em nosso material de análise, em que as testemunhantes foram agrupadas pela experiência de terem sido vítimas de violência sexual e por encontrarem no *blog* um espaço de fala que aceitasse seus testemunhos sem expô-las.

O *#ChegaDeSilêncio* também traz um verbo no imperativo que, de acordo com Domingos Paschoal Cegalla (2008), “exprime ordem, proibição, conselho, pedido” (CEGALLA, 2008, p. 195). Sendo assim, ao utilizar um tom de ordem, exigência e pressão, a revista, se coloca numa posição de autoridade e convoca seus leitores a romperem o silêncio que envolve o assunto tratado, colocando-os como capazes de falarem com experiências próprias sobre. Há também um tom de desabafo, como se houvesse um movimento daquelas mulheres em dar um basta na situação que se encontram.

Entre as várias formas de uso que as redes sociais têm tido, uma tem despontado nos últimos anos que é o ativismo nas redes ou ciberativismo, afirma Santaella (2013). Como as redes não são monolíticas, e sim um espaço com múltiplas faces e atividades, o ciberativismo é uma dessas atividades e é definido por Lemos (2003) como “práticas sociais associativas de utilização da Internet por movimentos politicamente motivados, com o intuito de alcançar suas novas e tradicionais metas” (LEMOS *apud* SANTAELLA, 2013, p. 33).

O ciberativismo busca apoio para suas causas (geralmente de cunho ambiental, político e social) através da Internet, principalmente. O movimento busca divulgar e abrir espaço para discussões, procurando estabelecer, muitas vezes, uma rede de solidariedade entre os participantes. A utilização da Internet para tal fim se deu por meio de sua grande visibilidade, baixo custo e eficácia nas respostas que podem ser de curto, médio e longo prazo. O *Superblog* utiliza-se desse movimento na *#ChegaDeSilêncio*, todavia, é preciso que também haja um ativismo real, pois um movimento depende muito do outro (o real e o virtual), operando numa forma de complementariedade. É preciso que o ativista tenha conhecimento e comprometimento com a causa na qual está lutando, para não gerar um efeito de que apenas deseja mais cliques em sua página, mas, que mostre que, de fato está cumprindo seu papel social.

O *#ChegaDeSilêncio* se mostrou como um espaço de denúncia não-formal, com grande visibilidade no ciberespaço, oferecendo às testemunhantes o acolhimento do espaço aberto para suas histórias, já que denúncias formais e/ou conversar sobre com a família se mostram muito mais complicados, pois não podem ser feitos de forma anônima.

1.4 O *blog* e o *Superblog*

O *blog* é uma rede social que pertence a esse intenso desenvolvimento da cibercultura e que já passou por diversas modificações desde o seu surgimento até os dias de hoje. Ele é uma plataforma pioneira que mantém uma evolução constante e uma adesão muito grande dos internautas. O termo *weblog* foi utilizado pela primeira vez pelo estadunidense Jorn Barger em 1997. No Brasil, “o fenômeno começou a se desenrolar no início do ano 2000, embora já tivesse surgido em outros países” (SCHITTINE, 2004, p.12).

O surgimento do *blog* se deu por uma passagem do diário do papel para o plano virtual. Tal passagem ocasionou uma grande mudança nas relações de quem escreve e quem o lê, ou seja, os interlocutores aumentaram e se modificaram. Antes, apenas o diarista lia seus escritos, ele

escrevia para si, talvez com uma motivação diferente de se entender, de ressignificar alguns acontecimentos, entre outras possibilidades (SCHITTINE, 2004). Com o advento da Internet e suas redes sociais, o diarista passou a escrever para um leitor externo, através de uma tela de computador que o protege de ser visto e até conhecido e um público que pode ler e dar sua opinião sem terem que estar cara a cara para isso. Denise Schittine (2004) afirma que tal mudança interfere no que era considerada esfera íntima, tornando-se esfera pública.

A abertura da intimidade nas redes sociais faz parte de um movimento contrário ao ocorrido no movimento burguês de conquista da esfera íntima, aponta a autora, pois a mudança dos ambientes dentro das casas burguesas para que cada um tivesse seu espaço íntimo não contava com o espaço virtual, que através de redes sociais como o *blog*, faz com que os sujeitos tornem público o que é de seu foro íntimo. Contudo, a autora aponta que, mesmo com essa abertura da esfera íntima, ainda assim as pessoas “[...] se fecharam em si mesmas. De tal maneira que elas até aceitam a observação externa, contanto que ela venha de longe, que seja difusa” (SCHITTINE, 2004, p. 34). Os sujeitos precisam se enxergar no outro, como num espelho, sentirem que não estão sozinhos, é por isso que se abrem para o público.

Porém, como vimos na análise das redes sociais, devemos levar em consideração que essas modalidades de interação entre *blog* e seus leitores são complexas e variadas. O *Superblog* não possui esse formato de diário, não cobre o cotidiano contínuo de apenas um indivíduo, mas fala de assuntos cotidianos comuns na vida das pessoas e, além disso, não é escrito apenas por um jornalista. A escrita de cunho autobiográfico é de autoria das testemunhantes com participação do *blog*, pois este as interpelou a testemunharem e veiculou o resultado disso.

Ainda assim, o *corpus* apresenta conflitos na relação entre o público e o privado⁴. Schittine (2004) traz à baila os estudos de Richard Sennett para tratar sobre isso:

Para ele, vivemos numa sociedade em que o sentimento íntimo virou o padrão de realidade para diversas finalidades. A confusão entre o público e o privado volta a acontecer, mas desta vez por que as pessoas usam os sentimentos pessoais para lidar com assuntos públicos. (SCHITTINE, 2004, p. 54)

Ao convocar mulheres que já sofreram violência sexual para testemunharem em

⁴ Em seu estudo, *Mudança estrutural da esfera pública*, Habermas relatou o nascimento, a consolidação e a decadência do que foi chamado por ele de *esfera pública burguesa*. No capítulo V desse livro, o filósofo traça um panorama sobre público e privado.

primeira pessoa suas histórias, como já dito, o *Superblog* utiliza a experiência e os sentimentos pessoais delas para tratar de um assunto de ordem pública: o estupro e o silêncio das vítimas. Assim, há um conflito do que é da ordem pública, como o escrivão não cumprindo sua função de apenas receber o testemunho do ocorrido sem fazer julgamento de valores, e do que é da ordem do privado, o escrivão atuando em seu cargo público lidando com uma situação de violência contra a mulher através de suas crenças pessoais sobre relacionamentos. Esse conflito é revelado nos excertos abaixo:

Excerto 8:

Quando contei o que estava acontecendo o escrivão virou-se para mi e me perguntou: vc tem certeza que quer fazer um B.O. por causa disso? depois vcs se entendem, fazem as pazes, isso é “briguinha” de marido e mulher... acho que muitas mulheres desanimam de tomar atitude por causa disso... nunca dá nada para os agressores e nós é que ficamos com toda a parte ruim... tudo! desde ter que passar pela humilhação da atitude deles, a humilhação de ter que contar isso pra alguém, as pessoas não acreditarem na gente, nos julgarem, acharem que estamos “inventando” para chamar atenção ou por vingança [...]

Excerto 9:

Desta vez tomei coragem, fui à delegacia da mulher com todas as provas possíveis de que ele me perseguia, gravações, cópias das tentativas de contato dele, minhas roupas rasgadas como a atendente do 180 (o telefone de denúncias de violência à mulher) me orientou. O funcionário da polícia que me atendeu não me deu crédito. Quando eu estava esperando para fazer a ocorrência ele ainda me ligou ameaçando me seguir no trabalho, na faculdade e que naquele dia ia me esperar na porta da minha casa. Fiquei desesperada foi aí que o inspetor se convenceu e intimou o cara, apesar de afirmar que aquilo não adiantaria de nada.

Narrativas instituídas, como o dito popular “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, expressam que deve haver uma resistência a essas ideias, pois seu uso restringe a violência de gênero à esfera privada e familiar. Todavia, tornar esse um problema público, alvo de políticas sociais, faz com que haja uma ruptura de uma verdade instituída que é muito negativa para a própria sociedade.

Um novo elemento que o *blog* trouxe é que o público interfere na criação da escrita e as fronteiras entre autor e leitor já não são tão delimitadas e acabam se misturando. Esse público que não é conhecido pelo autor, muitas vezes, serve para uma proteção à rejeição que esse teme. O *blog* fornece essa cumplicidade entre interlocutores que têm sentimentos e histórias parecidas,

mas que o diarista “nunca conheceria se não se expusesse pela Internet” (SCHITTINE, 2004, p. 71). A autora define como *blog*:

O blog é uma adaptação virtual de um refúgio que o indivíduo já havia criado anteriormente para aumentar o seu espaço privado: o diário íntimo. O mais interessante é que, apesar de todos os avanços técnicos, continua sendo um diário baseado na linguagem escrita. Se inclui a imagem, ainda é com uma padronização técnica e uma criatividade inferiores, e muito, á bricolagem que caracteriza o diário no papel. Cabe então ao texto, e principalmente a ele, a criação do ambiente e da personalidade virtuais. (SCHITTINE, 2004, p. 60 e 61)

Todavia, os *blogs* já ultrapassaram o rótulo que lhes foi dado de diários virtuais e hoje, devido à possibilidade de se postar a qualquer momento em tempo real, eles se tornaram importantes fontes de informação para o público virtual. Sendo assim, as próprias revistas impressas já bem estabelecidas no país, como a *Superinteressante*, utilizam desse meio digital para terem uma aproximação maior de seus leitores, além de conquistarem outro público através dessa rede social. Há também a questão dos jornalistas responsáveis pelo *blog* poderem utilizar uma escrita mais informal, que “converse” mais com seu público e que atenda aos interesses desse, dando espaço e voz a quem mais entende do tema que eles abordaram na publicação: mulheres que sofreram violência sexual.

Por fim, Schittine (2004) traz a dificuldade de definir em que área atua o *blog* e em como os gêneros se misturam nessa rede social, fazendo com que não seja possível traçar um perfil homogêneo para algo tão heterogêneo. Segundo Marcuschi (2004), “os gêneros são formas sociais de organização e expressões típicas da vida cultural” (MARCUSCHI, 2004, p. 16). Assim, o *blog*, que pode abrigar diferentes gêneros não pode ser considerado um gênero, além disso, o autor afirma que é preciso haver cautela ao determinar e identificar gêneros digitais, já que a natureza de sua tecnologia avança em grande escala e pode invalidá-los com grande rapidez.

Os *blogs* têm modificado a forma como lidamos com nossas confissões, pois a escrita nos diários íntimos do século passado era considerada uma “escrita do segredo” (SCHITTINE, 2004, p. 62). O falar de si mesmo nos diários íntimos se aproxima em muito do que hoje é objeto de estudo por várias correntes de estudos distintas, são as chamadas ‘histórias de vida’. O leitor que se sente motivado a ler os escritos do ‘outro’ o faz por razões diversas, afirma a autora, e uma delas é a necessidade de reconhecimento, de perceber que esse alguém que provavelmente nunca conhecerá vive situações semelhantes às suas.

A escrita intimista e de cunho autobiográfico pode concretizar-se, entre outros, através de memórias, diários, autobiografias, cartas e até mesmo textos poéticos e é bem peculiar no que diz respeito ao seu modo de produção e às suas pretensões. Essa peculiaridade pode ser entendida em função do contrato, ou pacto, existente entre o leitor e o autor. Lejeune (2008) define autobiografia da seguinte forma: “Narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p. 17). Sendo assim, o sujeito autor-narrador-personagem é o fundador desse pacto autobiográfico. Sibilia (2004) chama esse conceito de “pacto de leitura” e diz que é através dessa crença do leitor de haver uma coincidência entre autor-narrador-protagonista que os gêneros autobiográficos se distinguem dos demais textos.

Tradicionalmente, as narrativas de si existiam sob a forma de livros, diários e filmes, mas com a popularização da Internet “[...] vão surgindo nas redes sociais autobiografias breves e sintéticas, que denominamos “perfis autobiográficos”” que são definidos como “uma modalidade de testemunho curto, cujo objetivo é narrar de maneira resumida um percurso de vida” (LYSARDO-DIAS, 2016, p. 1210).

Os testemunhos da *#ChegaDeSilêncio* estabelecem um “pacto de leitura” com seus leitores, pois há uma explicação inicial de como essa postagem surgiu, especificando que são indivíduos que, de livre e espontânea vontade, resolveram contar um ou alguns determinados episódios de violência sexual que sofreram.

Os testemunhos nas redes sociais, sobretudo o caso do *Superblog*, têm sido aceitos como autênticos e verdadeiros por supor-se tratar de experiências de uma pessoa real. As escritas de si são consideradas verídicas e verificáveis, pois há sempre um desejo de se recuperar uma “originalidade perdida” (SIBILIA, 2008, p. 37). Segundo a autora, isso pode acontecer porque os testemunhos estão envoltos por uma “certa autenticidade”, implicando, assim, a referências a verdades, ou seja, um elo com a vida real de quem assina o que narra e o que viveu.

Sendo assim, dizemos que as histórias que essas mulheres narram são testemunhos, que fazem parte das “escritas de si”, porque, de acordo com Alfredo Bosi:

O testemunho quer-se idôneo, quer-se verídico, pois aspira a certo grau de objetividade. Como tal, casa memória individual com história. Mas o testemunho também se sabe obra de uma testemunha, que é sempre um foco singular de visão e elocução. Logo, o testemunho é subjetivo e, por esse lado, se aparenta com a narrativa literária em primeira pessoa. (BOSI, 1995, p. 309-310)

O autor defende que qualquer que seja a estilística do testemunho, a subjetividade é sua marca. Fernando Kolleritz (2004, p. 73) afirma que o testemunho é um gênero e que se refere a uma experiência vivenciada presencialmente: “viu-se, ouviu-se algo que agora se transmite sob forma escrita ou oral”. Todavia, para esse autor, o testemunho não está reduzido “à tradução pura do empírico e sensorial; o ponto de partida, entretanto é este: o que vi, o que senti, onde doeu” (ibid.). É assim que não se costuma duvidar das testemunhas, suas experiências nutrem esse efeito de realidade.

Arfuch (2010), afirma que há pouco mais de dois séculos, temos uma “obsessão por deixar impressões, rastros” (ARFUCH, 2010, p. 15), o que revelaria como característica marcante desse tempo o interesse pela singularidade e, ao mesmo tempo, uma busca de transcendência. Para a autora, na contemporaneidade, a experiência da escrita autobiográfica se generaliza e se materializa, conforme ressalta a autora numa pluralidade de gêneros discursivos e textuais já consagrados, aos quais vêm se juntar novos gêneros, produzidos no âmbito da cultura contemporânea.

A proliferação desses gêneros do biográfico leva a autora a postular a existência, atualmente, de um “espaço biográfico”, entendido como um “espaço comum de inteligência” dessas formas variadas, um “horizonte de inteligibilidade”, e não um espaço em que se verifica apenas a soma de novos gêneros aos já estabelecidos, definidos, pois todos os gêneros mencionados se hibridizam, impossibilitando a existência de fronteiras muito bem demarcadas na atualidade. O *Superblog* é um caso de um “espaço biográfico” em que tantos gêneros se hibridizam e convivem sob um mesmo ciberespaço. Como dissemos, consideramos que as histórias contadas são testemunhos, todavia, foram escritos por meio de conversas privadas no *Facebook*. Sendo assim, é um gênero que não tem suas fronteiras fechadas, pois circula num espaço com tantos outros gêneros, como é o *Superblog*.

De acordo com Sibilia (2004), o “eu” que protagoniza as narrativas de si pode ser explicado da seguinte maneira:

Uma unidade ilusória construída na linguagem, a partir da multiplicidade caótica de toda e qualquer existência individual. [...] É uma ficção necessária, pois somos feitos desses relatos: eles são a matéria que nos constitui enquanto sujeitos. A linguagem nos dá consistência e relevos próprios, pessoais, singulares, e a substância que resulta desse feixe de narrativas se (auto)denomina “eu”. A experiência de si como um eu, portanto, deve-se à condição de narrador desse sujeito que é capaz de organizar a sua experiência na primeira pessoa do singular (SIBILIA, 2004, p.31).

As experiências vividas pelo “eu” tomam significado através da linguagem, da significação que o narrador dá para o acontecido. Sobretudo, ao testemunharem por escrito em um *blog* suas histórias, as testemunhantes do *Superblog* dão novas significações para os ocorridos, tirando a limitação que eles tinham do âmbito pessoal para servirem de testemunhos para se discutir publicamente a violência sexual.

Esse “eu” é o centro da narrativa e é heterogêneo, pois a heterogeneidade é inerente ao sujeito e à enunciação e não há comunicação e linguagem sem a presença do outro. Sendo assim, a autora coloca esse “eu” como “uma entidade frágil e complexa, primorosamente costurada na linguagem [...]” (SIBILIA, 2004, p. 3) e como um centro no qual a própria existência se funda em torno dele. É dessa forma que dizer é agir no mundo, é construir, sobretudo, narrar realiza a vida, lhe dá sentido, forma. Surge, assim o “efeito-sujeito” dado pela linguagem que, nas narrativas de si, encontra um terreno fértil para estudar essa formação do “eu”.

Todavia, o eu sofreu um deslocamento no decorrer dos anos. Passou-se a se interessar mais pelas “vidas comuns” do que pela vida de celebridades, além de dissolver e modificar as barreiras do que era âmbito íntimo e privado. O que se pode dizer e o que se pode mostrar estão cada vez mais sendo ampliados em tempos de redes sociais, de forma que a esfera pública tem sido esvaziada com tamanha inflação da intimidade (SIBILIA, 2004). Além disso, a autora também chama atenção para o distanciamento que está ocorrendo na linguagem utilizada para se narrar uma vida, estamos deixando os padrões literários que vigoravam na era industrial para nos encaixarmos em padrões audiovisuais muito presentes em nosso cotidiano, sobretudo nas narrativas cinematográficas. O padrão informal das redes sociais tem sido valorizado, como na *#ChegaDeSilêncio*, pois oferece um maior efeito de veracidade sobre o que é ali testemunhado, usando uma linguagem simples, caracterizada pelo tom das conversas cotidianas.

A “democratização” dos meios midiáticos, ocasionada a partir da mudança do modelo de comunicação onde havia um emissor para vários receptores para a comunicação todos para todos, onde todos podem ter voz, possibilitou a introdução de novas mídias digitais no cotidiano das pessoas e, assim, incentivou o fenômeno da espetacularização da sociedade. As redes sociais fazem parte de uma evolução da Internet, a web 2.0, assim, o *blog* também faz parte desse novo modelo que “confia nos usuários como co-desenvolvedores” (SIBILIA, 2008, p. 14) do ciberespaço e transformam todas as formas de influência e criatividade em mercadoria. Sobre essa questão Lysardo-Dias (2016) pontua:

Se há, por um lado, uma banalização desse tipo de narrativa e uma exposição pessoal mais intensa, por outro, temos a democratização de uma manifestação de si que abre espaço para a presença de diferentes sujeitos na memória social, uma memória que sempre favoreceu as elites pelo acesso historicamente privilegiado que tiveram aos espaços de produção e difusão dos discursos (LYSARDO-DIAS, 2016, p. 1210).

Essa democratização do ciberespaço e, conseqüentemente das escritas de si, também vai contra uma ordem vigente de garantir *locus* de fala apenas para uma elite, colocando todos para falarem (levando em consideração que a parcela da população mundial com acesso à Internet ainda é baixa). Essa mobilidade abre caminho para uma participação mais ampla e com um viés democrático, um tipo de cidadania conquistada pela representatividade no espaço coletivo.

Os artefatos tecnológicos têm influenciado cada vez mais a forma que pensamos, escrevemos, lemos e nos comunicamos, além disso, têm modificado a forma de narrarmos a nós mesmos, de enxergarmos as nossas vivências e de experiencarmos o mundo. De acordo com Lysardo-Dias (2016), o sujeito que é testemunha da própria existência destaca algumas experiências ao invés de outras ao mesclar memórias individuais a memórias coletivamente construídas. Para a linguista, as experiências “são ressignificadas ao serem discursivizadas e que são postas como representativas de uma vida vivida” (LYSARDO-DIAS, 2016, p. 1207).

Narrar a violência sexual sofrida em um espaço de um *blog* de uma grande revista do país pode ser entendido como um movimento descentralizado para entender e dar sentido ao vivido e pode também gerar “outras formas de negociação intersubjetiva para que outros sujeitos se (re)signifiquem socialmente” (LYSARDO-DIAS, 2016, p. 1217). Por outro lado, esses testemunhos também funcionam como um posicionamento político de uma representatividade dessas mulheres que pouco falam sobre a violência sofrida e, menos ainda, a denunciam.

1.5 A violência de gênero

De acordo com a Declaração Sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993⁵, a violência de gênero é:

[...] qualquer ato de violência de gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres,

⁵ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/mulheres>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada. Caracteriza-se pelo uso e abuso de poder e controle nas esferas públicas e privadas e está intrinsecamente ligada com os estereótipos de gênero que estão subjacentes e perpetuam tal violência.

A Lei Maria da Penha, considerada pela ONU como uma das melhores do mundo para o combate de violência de gênero, surgiu em 2006 e já é bem conhecida no país, apenas 2% da população brasileira nunca ouviu falar nela. Mas isso não significa que todas as mulheres recorram a ela quando precisam, ainda falta muita informação enquanto sobram vergonha e medo. Lara et al. (2016) mostram que o estupro só entrou para o Código Penal do Império do Brasil em 1830, com a pena de prisão de um mês a dois anos para estupros de prostitutas e de três a doze anos se a vítima fosse uma “mulher honesta”. A lei ainda diferenciava estupro com cópula carnal ou sem cópula carnal, além da extinção da pena se o estuprador se casasse com a vítima, fato que só foi retirado da lei em 2005. Todavia, essa lógica patriarcal se repetiu no código penal de 1940, sendo mudada apenas em 2009 quando o estupro passou a ser um crime contra a vítima e não mais contra a “honra do marido e da família”. As autoras ainda destacam que, apesar desses termos “mulher honrada” e “mulher honesta” não serem mais usados na lei, ainda hoje as mulheres são julgadas e classificadas se mereceram ou não a violência sofrida, principalmente no que se refere à vida sexual delas. Isso faz com que o sistema penal aja de forma seletiva, aceitando ainda argumentos que descaracterizam o estupro como violência e o transformam em sexo consentido.

A violência sexual é uma das manifestações da violência de gênero e, de acordo com o artigo 7º da Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, ela é:

Entendida como qualquer conduta que a constranja (a mulher) a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivo (BRASIL, 2006).

As leis com relação à violência sexual sofreram algumas alterações importantes em 2010, pois foi sancionada pela Presidência da República, em sete de agosto do mesmo ano, a Lei /2009, que alterou os crimes denominados “Dos Crimes Contra os Costumes”, Título VI, constante do

Decreto Lei 2848 de 07 de setembro de 1940 para “Dos Crimes Contra a Liberdade Sexual”. Uma das principais alterações na nova legislação foi a revogação do artigo 214 que tipificava o crime de “*Atentado Violento ao Pudor*”. Houve, assim, uma fusão do crime de estupro ao crime de atentado violento ao pudor, os quais agora se encontram no artigo 213 dessa mesma lei. A redação do crime de estupro ficou da seguinte forma: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 2009). O estupro passou a envolver, então, a conjunção carnal e os outros atos libidinosos, desde que haja constrangimento ou ameaça à vítima. Já o abuso sexual, geralmente, é relacionado à violência contra vulneráveis, que consta no artigo 218: “Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem” (BRASIL, 2009). Outra importante alteração é que não se distingue mais o gênero da vítima, podendo homens e mulheres ser autores ou vítimas desse crime, sendo que, na antiga redação da lei, apenas homens poderiam ser os autores e apenas mulheres as vítimas; entendemos que é por isso que o locutor enuncia “histórias de leitores” no título, mostrando que homens podem ser também vítimas de tais crimes.

A cultura do estupro se manifesta de diversas formas: “em um discurso, uma propaganda, uma piada, no senso comum etc., ou seja, a cultura do estupro se materializa de diversas formas e tem um impacto real (não somente simbólico)” (LARA et al., 2016, p. 164). Um caso que ficou conhecido no país e que pode ilustrar isso é o caso do “humorista” Rafinha Bastos que, em entrevista à revista *Rolling Stone Brasil* em 2011 declarou que ‘mulheres feias’ deveriam agradecer caso fossem estupradas, afinal os estupradores estavam lhes fazendo ‘um favor’, uma ‘caridade’. É dessa forma que a violência sexual é naturalizada na nossa sociedade. As pessoas não defendem publicamente o estupro, contudo, as contradições surgem quando prestamos atenção no que se pensa a respeito da vítima.

Procurando apurar o olhar para as possibilidades de sentidos inscritos nos dizeres das testemunhantes, traremos à baila alguns estudos feministas que se fazem pertinentes em nosso trabalho, no sentido de compreender como as relações de gênero são legitimadas por estereótipos e representações em torno das vítimas de violência sexual. Procuraremos essas marcas em nosso *corpus* deixadas pelo enunciador na construção de seu *ethos*.

Santos e Izumino (2005) identificaram três correntes de teóricas nos estudos em relação à violência de gênero. A primeira corrente é chamada por elas de dominação masculina que diz que a violência contra as mulheres é uma expressão de dominação da mulher pelo homem, anulando-

se a autonomia da mulher, que é tida como vítima e cúmplice dessa dominação masculina. A segunda corrente é denominada de dominação patriarcal e é influenciada pela perspectiva feminista e marxista, tomando a violência como expressão do patriarcado, considerando a mulher como um sujeito social autônomo, mas, ainda assim, uma vítima do histórico controle social masculino. A última corrente, nomeada de relacional, relativiza os conceitos de dominação masculina e vitimização feminina, tem a violência “como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é “vítima” senão “cúmplice” (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 148).

A principal representante da primeira corrente é Marilena Chauí, que concebe a violência como “uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir” (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 149). Tal autora acrescenta que a violência contra mulheres decorre de uma ideologia de dominação masculina que é reproduzida na sociedade por homens e mulheres. Ao serem tratadas como objetos, as mulheres perdem sua autonomia e passam a serem cúmplices da violência, não por quererem isso, mas por reproduzirem uma dependência do ser masculino, pois são instrumentos dessa dominância. Essa corrente desconsidera as complexas relações de poder que há na sociedade, pois o poder não opera apenas em um sentido, como, por exemplo, do homem sobre a mulher.

A segunda corrente, que tem a socióloga Heleieth Saffioti como maior expoente, se diferencia da primeira ao vincular a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista. Para a socióloga, o patriarcado não é apenas um sistema de dominação, ele é também um sistema de exploração. Assim, o primeiro sistema pode abranger apenas os campos político e ideológico e o segundo diz respeito ao campo econômico. Saffioti afirma que “o principal beneficiado do patriarcado-capitalismo-racismo é o homem rico, branco e adulto” (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 150). A socióloga não concorda que as mulheres sejam cúmplices da violência, mas as concebe como vítimas que ainda assim são sujeitos dentro de um sistema desigual de poder. Nesse sentido, as mulheres “se submetem à violência não porque “consintam”: elas são forçadas a “ceder” porque não têm poder suficiente para consentir” (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 150). Saffioti leva em conta as desigualdades de poder, sem colocá-las como uma via de mão única, isto é, apenas homens exercem poder sobre as mulheres. Todavia, apesar das mulheres também exercerem poder, eles não são suficientes, muitas vezes, para que elas consigam sair ou evitar a situação de violência.

Tendo como principal trabalho o de Maria Filomena Gregori, a terceira corrente dos

estudos sobre violência contra a mulher faz uma relativização da dominação-vitimização. A principal expoente dessa corrente critica abordagens que colocam homens e mulheres de forma dualista: homens como algozes e mulheres como vítimas. Ela considera que a violência pode ser uma forma de comunicação entre parceiros e não concebe a violência como relação de poder por entender que a noção de dominação não mostra alternativa para a vitimização da mulher. Assim, Gregori “concebe a mulher como “cúmplice” da reprodução dos papéis de gênero que alimentam a violência” (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 152). Essa cumplicidade é explicada não como instrumento de dominação, mas como um protagonismo da mulher nas cenas de violência conjugal, reforçando a reprodução dos papéis de gênero. Todavia, acreditamos que, se houver, esse protagonismo se dá pelos papéis estabelecidos de gêneros na sociedade, em que a mulher se aceita numa posição de submissão e cumpre com as regras de conduta que lhe são estabelecidas, reproduzindo-as e mantendo seu *status quo*.

Santos e Izumino (2005) consideram essa última corrente muito produtiva e consideram que Gregori fez uma grande contribuição nos estudos sobre violência contra a mulher, pois, para elas, é preciso relativizar essa forma de dominação masculina e vitimização feminina para conseguirmos compreender qual o contexto que a violência ocorre. Entretanto, elas fazem algumas ressalvas quanto a essa corrente. A primeira delas é que, como afirma Safiotti, não há como conceber a violência fora de uma relação de poder, pois se pressupõe que há uma igualdade social entre parceiros. A segunda é que, de acordo com as autoras, Gregori não analisa seus dados dentro de seus contextos, além disso, generaliza o significado das queixas tratando-as como “produção de vitimização” desconsiderando que as queixas adquirem significados diversos para as mulheres que as produzem (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 154).

Esses estudos apresentados foram baseados em denúncias formais em delegacias de mulheres, sendo assim, devemos considerar que os testemunhos apresentados em nosso *corpus* fazem parte de um *blog*, uma rede social e, portanto, vão tomar diferentes significados das denúncias formais, pois, inicialmente, não funcionariam como objeto de manobra e poder nas mãos dessas mulheres, dado que os testemunhos são anônimos e não têm nenhum valor judicial.

Joan Scott (1995), ao definir gênero como campo primário de articulação de poder, acresce que as relações de gênero não representam o único campo em que o poder se articula, mas tem se apresentado como um campo permanente e recorrente no qual se estabelece a significação de poder no Ocidente, no mundo judaico-cristão e na tradição islâmica. Izumino

(2003) postula que quando se define violência de gênero como uma relação de dominação patriarcal, o poder das partes segue sendo concebido como algo estático, por isso defende que o paradigma do patriarcado deve ser abandonado, pois não é suficiente para esclarecer as transformações dos papéis sociais e do comportamento de muitas mulheres diante da violência.

Concordamos que deve haver uma relativização da dominação-vitimização nas análises sobre violência contra a mulher, mas dentro das relações de poder que não devem ser tomadas como estáticas. Assim, ainda que o conceito de patriarcado seja um termo problemático nos estudos feministas, se faz importante levarmos esse conceito em consideração, pois este nos permite uma reflexão sobre as relações de gênero, colaborando para compreendermos o papel da mulher dentro de uma constituição histórica na sociedade. Sobre o patriarcado, Saffioti constata que:

Colocar o nome de dominação masculina – patriarcado – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração. Ainda que muitas(os) teóricas(os) adeptas(os) do uso exclusivo do conceito de gênero denunciem a naturalização do domínio dos homens sobre as mulheres, muitas vezes, inconscientes, invisibilizam este processo por meio, por exemplo, da apresentação de dados. À medida que as(os) teóricas(os) feministas forem se desvincilhando das categorias patriarcais, não apenas adquirirão poder para chamar de patriarcado o regime atual de relações homem-mulher, como também abandonarão a acepção de poder paterno do direito patriarcal e o entenderão como direito sexual (SAFFIOTI, 2004, p. 56).

A partir dessas reflexões, a socióloga afirma que o conceito de gênero é muito mais vasto que o de patriarcado. Primeiramente, gênero faz parte da humanidade desde que esta existe, já o patriarcado não. Outra questão é que o patriarcado relaciona-se especificamente à desigualdade e à opressão, sendo apenas uma questão dentro das relações de gênero, não a única. De acordo com Saffioti e Almeida (1995), alguns autores, a partir dos anos de 1990, começaram a usar “violência de gênero” como um termo mais amplo que “violência contra a mulher”, abrangendo também crianças e adolescentes que são alvos da violência masculina. O termo abrange ainda a violência conjugal, pelo fato de juntar diferentes formas de violência que envolvem gênero e poder. Portanto, compreende-se a violência contra a mulher dentro da violência de gênero.

A violência contra a mulher envolve os atos de violência manifestados por meio de relações assimétricas de poder entre homens e mulheres, envolvendo também a discriminação e o preconceito (SANTOS; IZUMINO, 2005). Essas relações de poder não podem ser reduzidas e simplificadas como o homem dominando a mulher, pois ambos são produto e alvo dos padrões de

subjetividade orientados pelos modelos de gênero e pelas relações desiguais de poder em nossa sociedade. Vemos nos testemunhos do *Superblog* que essas desigualdades de poder se manifestam de várias formas, como a força física e a agressividade do homem que são usadas contra a mulher, o poder aquisitivo e a posição social de maior prestígio deste dentro da família.

Essa desigualdade e complexidade são percebidas nos testemunhos escolhidos, principalmente, quando as vítimas discorrem sobre a relação que mantém com suas respectivas famílias e com seus conjugues. Nos últimos anos, a ordem familiar tradicional vem sendo questionada e, especialmente, a sexualidade e os papéis femininos dentro dessa estrutura. Tendo em vista essas relações se faz importante questionarmos como as mulheres dos testemunhos constroem uma imagem de si, procurando esclarecer se elas mesmas se impõem e perpetuam os papéis tradicionais de gênero.

Até a década de 1980, ainda havia uma dualidade entre sexo e gênero nos estudos feministas, sendo o primeiro para a natureza e o segundo, para cultura. Uma das feministas que mais modificou essa concepção, trazendo novas perspectivas para os estudos de gênero, foi Jhoan Scott, que propõe como conceito de gênero:

Minha definição de gênero tem duas partes e vários itens. Eles estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente distintos. O coração da definição reside numa ligação integral entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos (...) Entretanto, minha teorização de gênero está na segunda parte: gênero como uma forma primária de significação das relações de poder. Talvez fosse melhor dizer que gênero é um campo primário no qual ou através do qual o poder é articulado (SCOTT, apud SANTOS; IZUMINO, 2005).

Scott (1995) tem uma visão pós-estruturalista de gênero e explora analíticos de desconstrução e ressignificação desse termo. Influenciada por Jacques Derrida, a autora busca desconstruir algumas cristalizações do pensamento ocidental a respeito de gênero, como a eterna dualidade e oposição entre homens e mulheres. A historiadora também aborda os estudos de Michel Foucault ao conceber gênero como um saber sobre as diferenças sexuais, sendo saber e poder inseparáveis, gênero está conectado a poder. Assim, ela aponta que gênero é uma percepção sobre as diferenças sexuais que são hierarquizadas dentro de um pensamento dual e cristalizado. Todavia, em sua teoria, não se nega que os corpos sexuados são diferentes, mas o que interessa são as formas em que os significados culturais são construídos em cima dessas diferenças.

Essas diferenças são as bases para a construção de símbolos e significados utilizados na compreensão do universo. É assim que a autora coloca a utilidade analítica do gênero como uma

possibilidade de aprofundamento dos sentidos que se constroem sobre os gêneros masculino e feminino. Dessa forma, transformam-se homens e mulheres em perguntas e não em categorias cristalizadas, procurando uma nova forma de enxergar os símbolos e as linguagens.

Para Scott (1995) é através da linguagem e do discurso, um universo simbólico, em que organizam socialmente o saber sobre os corpos. Os usos descritivos de gênero pouco contribuem para a história e o primeiro uso dessa forma foi como sinônimo de mulheres, segundo a autora. Um uso eufemístico, para amenizar o termo “mulheres” no meio acadêmico. Outro uso para o termo é aquele que incorpora também os homens, ou seja, gênero passou a ser sinônimo da relação entre homens e mulheres. Por fim, coloca-se que o uso descritivo predominante de gênero foi como categoria social imposta sobre um corpo sexuado, o ponto central da dicotomia entre sexo e gênero.

Dado o uso limitado das três abordagens acima, opta-se por conceber o gênero como uma categoria de análise e relativizar o que entendemos por homens e mulheres, além de aprofundarmos nas formas como o corpo, o sexo e a biologia são tornados em gênero, ou seja, como eles adquirem sentido na prática social, ao invés de os deixarmos apenas para o âmbito da natureza (SCOTT, 1995). Nessa perspectiva, o corpo de mulheres e homens é fruto de uma construção social, dos estereótipos de gênero de diferenças entre os corpos ao longo dos anos. Assim, eles se inserem num modelo de normas, representações culturais e simbólicas próprias de cada cultura.

É dessa forma que gênero é, desde sua origem, um conceito político que diz respeito às relações de poder, pois a relação entre masculino e feminino em nossa sociedade estrutura-se na diferença, mas especialmente na desigualdade. Sendo assim, o ponto principal, para nós, dessa teoria é que Scott (1995) evidenciou que não há como compreender o corpo fora da cultura porque as experiências corporais só existem dentro dos processos sociais e históricos de construção e significado. Portanto, nossa principal questão será compreender como as questões de gênero estão conectadas com o fenômeno da violência.

Ainda que se reconheça a importância das construções sociais e culturais na constituição do mundo e dos sujeitos tal como os conhecemos, não são bem sucedidas todas as tentativas de ilustrar o caráter social de estruturas que parecem tão naturalizadas: o corpo, o sexo, as diferenças entre machos e fêmeas etc. Sendo assim, a filósofa estadunidense Judith Butler traz, de vez, a biologia para o campo do social. Em meados de 1980-90, ela se concentra em uma crítica ao

feminismo, mexendo em uma série de categorias a princípio tão sólidas, tais como mulher e identidade. Butler (2015) utiliza certos referenciais foucaultianos e questiona se o “sexo” teria uma história ou se é uma estrutura dada, isenta de questionamentos em vista de sua indiscutível materialidade; ela se propõe a historicizar o corpo e o sexo, quebrando essa dicotomia e fornecendo às feministas novas possibilidades de problematização da “natureza biológica” de homens e mulheres.

Para a filósofa, o conceito de gênero legitima a ordem vigente, servindo como um instrumento expresso pela cultura e pelo discurso, sendo assim o gênero aprisiona o sexo em uma natureza inalcançável à crítica e à desconstrução. A repetição de atos, gestos e signos reforçariam a construção dos corpos masculinos e femininos tais como nós os vemos atualmente. É daí que Butler (2015) traça seu conceito de *performatividade*, sendo o gênero um ato intencional, um gesto performativo que produz significados. Ou seja, ao nascermos, atribuem-nos um gênero e nos ensinam como viver esse gênero. A *performatividade* seria uma forma própria de viver o gênero, algumas vezes, recusando esses padrões determinados, é uma zona de liberdade.

Como as diferenças de gênero são socialmente construídas, elas estão a serviço de certos interesses sociais de uma ordem vigente. Então, a socialização das meninas tem sido feita de forma que ela seja construída sobre um corpo frágil, passivo, desprovido de força, onde a beleza física é fundamental. Ao contrário dos meninos, em que um corpo forte, agressivo, viril é o mais estimulado. Essas diferenças reforçam a violência contra a mulher, por validar o corpo do homem como superior em força e agressividade. Assim, o estupro pode, muitas vezes, ser tido como uma falta de controle do desejo sexual masculino, já que o corpo do homem seria superiormente mais forte também nesse quesito. Tal situação pode cair no erro de confundir sexo com violência sexual, relativizando a gravidade desse crime e aceitando que o estupro seria inevitável.

A naturalização do sexo é uma forma de garanti-lo em um *status* pré-cultural, pré-discursivo e, conseqüentemente, a-histórico (BUTLER, 2015). Nessa perspectiva, Scott (1995) afirma que, sendo saberes, a distinção entre sexo e gênero é complexa, de tal forma que não podemos dizer que o gênero é um reflexo do sexo ou que seja imposto sobre este. Pelo contrário, o sexo se torna um efeito do gênero. Isso não significa afirmar que não existam diferenças entre os corpos sexuados, mas significa que sua existência na sociedade só tem sentido a partir de um olhar que é cultural, a partir de um discurso que é construído. Assim sendo, concepções políticas sobre masculino e feminino marcam e orientam a constituição desses saberes. É por isso que

gênero é, desde sua origem, um conceito político que diz respeito às relações de poder (SCOTT, 1995).

Butler (2015) critica os estudos feministas que colocam “mulheres” como uma categoria de identidade definida, constituindo um sujeito a ser representado por elas, dessa forma, a autora considera que as representações são normatizações do que é “ser mulher”. Para a autora, nossa sociedade nutre uma “ordem compulsória” heterossexual que exige coerência entre um sexo, um gênero e um desejo/prática. É por isso que Butler (2015) propõe que essa ordem compulsória seja subvertida, para romper com a reprodução dessa, principalmente através do conceito de gênero, que é um instrumento expresso pela cultura e pelo discurso que colocam as diferenças sexuais fora do campo do social, ou seja, “o gênero aprisiona o sexo em uma natureza inalcançável em nossa crítica e desconstrução”. Sobretudo, “o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado”, defende Butler (2015, p. 25), “[...] tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos”. Portanto, a forma como o gênero é visto – algo coerente, estável e contínuo – é um efeito de normas sociais instituídas e reproduzidas, históricas e discursivamente produzidas.

A heterossexualidade compulsória impõe a *performatividade* de gênero que implica em gestos repetidos dos corpos regidos por uma normatização. Todavia, para Butler (2015), essa repetição disfarça as convenções que produzem os corpos generificados, mas também é através dela que há possibilidade de transformação. Portanto, devemos questionar o que é considerado como natural, levando em consideração a historicidade de nossas práticas sociais. Sendo assim, é possível colocar em dúvida algumas narrativas apresentadas como naturais, tais como o lugar do homem e da mulher e o que lhes cabe, diante de uma situação de violência de gênero. Nesse sentido, é relevante compreender como emergem esses estereótipos e o que dá sustentação a eles, como um caminho para libertação dessas verdades instituídas, abrindo o caminho para novas possibilidades de enfrentar a violência sexual na sociedade.

2 ANÁLISE DO *ETHOS*

Neste capítulo, iremos analisar o *ethos* dos testemunhos da *#ChegaDeSilêncio*. Nossa proposta de análise é observar os mecanismos de funcionamento discursivo e como, no plano linguístico, as marcas, o uso de termos recorrentes, possibilitam a construção discursiva do *ethos* de mulheres que carregam o estigma de terem sofrido violência sexual. Num primeiro momento, trataremos um breve percurso teórico sobre o conceito de *ethos*, enfatizando os trabalhos de Amossy (2007, 2016), pois com base nos estudos da enunciação, a autora nos possibilita articular imagem discursiva e status institucional em um único esquema. Em seguida, pontuaremos especificações sobre os modos de organização do discurso enunciativo, narrativo e descritivo, uma vez que são os modos predominantes em nosso objeto de estudo. Por fim, passaremos para a análise de cada testemunho, a fim de obter uma compreensão global do que é e como é narrado em cada caso.

2.1 O *ethos*

Ethos é um termo que teve a sua primeira elaboração na Retórica de Aristóteles, quando este buscou sistematizar uma ciência que permitisse especificar quais são as formas de persuasão mais apropriadas a cada questão dada. É a partir dessa elaboração do filósofo grego que a análise do discurso fundamenta sua noção enquanto imagem de si construída no discurso. Aristóteles (1998), em sua *Arte Retórica*, sistematizou a arte de persuadir e demonstrou conceitos e passos da arte de convencer pelo discurso, cuja finalidade é trazer provas, já que o objetivo maior da retórica não é apenas persuadir, mas diferenciar os instrumentos de convencer. Logo, a *Arte Retórica* se propõe a diagnosticar situações de discurso para adequá-lo ao seu objetivo maior, que é convencer, isto é, ela pretende observar teoricamente o que, em cada caso, pode gerar a persuasão.

Dentre os tipos de prova que o orador utiliza no discurso persuasivo, Aristóteles (1998) as divide em não técnicas e técnicas. As primeiras fazem parte da retórica judicial, que dizem respeito às provas que já existem como as leis, os testemunhos, os contratos, as confissões sob tortura e os juramentos. Já as provas técnicas podem ser preparadas pelo orador e, dentre elas,

estão as que residem no *ethos*, no *logos* e no *pathos*. Aristóteles (1998) afirma que, muitas vezes, o auditório se deixa persuadir pelo orador mais pela imagem que se faz dele do que pelos seus argumentos. O orador consegue persuadir pelo *ethos* quando este se mostra digno de confiança, assim, o auditório precisa que o orador inspire uma imagem de pessoa prudente, virtuosa e benevolente. Para o filósofo, o *ethos* é consequência do discurso do orador e não de aspectos anteriores e exteriores a tal discurso.

Sobre a Retórica de Aristóteles, Eggs (2005) explica que o *ethos* é relacionado ao aspecto ético e moral que o orador procura vislumbrar em seu discurso; o *logos* diz respeito aos argumentos racionais utilizados; o *pathos* faz parte do envolvimento e convencimento dos interlocutores. O autor mostra que esses três elementos em conjunto se juntam na arte do convencimento, sendo o *ethos* o de maior destaque entre eles.

Um movimento chamado “Nova Retórica” surgiu no final da década de 1950, quando várias vertentes compartilhavam um interesse pela Retórica aristotélica e retomaram seus estudos. Chaïm Perelman fez parte desse movimento e, junto com Lucie Olbrechts-Tyteca, publicou, em 1958, o *Tratado da Argumentação*, uma das obras que renovam esse interesse pelo estudo da Retórica. O que destacamos nos estudos de Perelman é que, para ele, a adesão do auditório é de grande importância, pois implica um contato entre orador e auditório com o intuito do primeiro agir sobre o segundo, modificando suas convicções por meio do discurso. Sendo assim, para Perelman (2005), o *ethos* de que falava Aristóteles é um aspecto do discurso que nenhum orador pode ignorar. Além disso, o autor aponta que se deve atentar tanto para sobre o que se fala quanto para a forma com que se dirige ao seu público, sempre adaptando discurso ao público ao qual fala (PERELMAN, 2005).

Embora a Retórica tenha sido de fundamental contribuição para o conceito de *ethos*, esse conceito começou a ser modificado e expandido dentro dos estudos linguísticos, pois apenas tratava da fala e de textos ligados ao âmbito jurídico. No âmbito da Pragmática, o primeiro a revisitar a noção de *ethos* foi Ducrot (1987), ao propor a separação entre sujeito empírico, locutor e enunciador dentro da teoria polifônica. O autor afirma que é o locutor que está relacionado ao *ethos*, e não o indivíduo em si, sendo o *ethos* tido como uma imagem tecida no evento discursivo pelo enunciador.

Maingueneau (2008) foi o autor que trouxe o estudo do *ethos* para dentro da AD, com a obra *Gênese dos Discursos*, onde ele o concebe como parte constitutiva da enunciação; o autor

retoma o conceito aristotélico de *ethos* em sua definição como a imagem de si no discurso. Todavia, ultrapassa os estudos da Retórica, pois tem como objetivo analisar as imagens criadas pelos enunciadores no discurso em geral e ele toma como objeto não apenas situações de oratória judiciária ou em enunciados orais, mas todo e qualquer discurso, mesmo aqueles que se manifestam em texto escrito.

Ao reelaborar a teoria herdada de Aristóteles, Maingueneau (1997) realizou dois deslocamentos para que ela se inserisse na análise do discurso. O primeiro deslocamento relaciona-se ao fato de que, para ele, os efeitos que o orador produz em seu auditório são propriedades das formações discursivas, e não do sujeito em si. O outro deslocamento é que, para o alcance do *ethos*, “é preciso recorrer a uma concepção de *ethos* que não seja transversal à oposição entre o oral e o escrito” (MAINGUENEAU, 1997, p.46), isto é, que abarque ambas as formas e não as separe.

Ao conceber o *ethos* como parte constitutiva da cena de enunciação, Maingueneau (2016) pressupõe três diferentes instâncias: (i) a cena englobante, que corresponde ao tipo de discurso que corresponde aos discursos associados aos diversos setores de atividade social; (ii) a cena genérica, que se associa a um determinado gênero do discurso; e finalmente (iii) a cenografia, percebida pelo autor como um quadro no qual ocorre a enunciação. Para o autor, “cada gênero dispõe de roteiros prévios nos quais o discurso novo se desenrola” (MAINGUENEAU, 2016, p. 130).

Nesse sentido, em uma perspectiva discursiva, o estudo do *ethos* mostra que no discurso os enunciadores constroem sua imagem a partir de uma interação com os co-enunciadores. De acordo com Amossy (2016, p. 9), “todo ato de tomar a palavra implica uma construção de uma imagem de si”. Portanto, a imagem de si supera a intenção do sujeito quando este age e fala, por ser inseparável das trocas verbais e também por ser submetida a uma ordem sociocultural. Assim, o *ethos* é sujeitado aos papéis sociais e dados situacionais. Na construção do *ethos*, não é necessário o sujeito falar de si explicitamente, pois “suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa” (AMOSSY, 2016, p. 09). Sendo intencionalmente ou não, o locutor faz uma apresentação de si no ato de tomar a palavra, como parte das trocas verbais cotidianas. Assim, entende-se que a produção de um enunciado se dá pela mobilização que o locutor faz da língua, de sua utilização e funcionamento.

Em tempos de globalização e com a propagação em larga escala de informações e de novos lugares de fala, é preciso entender o contexto histórico e operar uma adequação da linguagem para se atingir o público desejado. É assim que os estudos sobre *ethos*, numa elaboração de uma imagem favorável de si, são tão relevantes, pois se tornam uma importante ferramenta de pesquisa de como as imagens de si são projetadas no discurso, de forma a entendermos sua efetividade ou não dentro do projeto de fala do enunciador.

Adotaremos aqui a perspectiva de Amossy (2016), que retoma a abordagem dos pragmáticos na linha de Aristóteles, que consideram o *ethos* como a imagem construída na interação verbal totalmente interno ao discurso. Ela integra essa abordagem com a dos sociólogos que inscrevem o *ethos* numa troca simbólica regida por um aparato social e por posições institucionais, ou seja, de caráter exterior. A autora faz uma integração entre a pragmática e a sociologia, ou seja, imagem discursiva e status institucional em um único esquema. Ela toma como base os estudos da enunciação, considerando que a instância do locutor abrange “a posição assumida de forma implícita pelo ser empírico no campo; a imagem preexistente do locutor ou *ethos* prévio (pré-discursivo); a imagem construída no discurso ou *ethos* propriamente dito.” (AMOSSY, 2016, p. 142).

Além disso, Amossy (2016) defende que o *ethos* é sócio-histórico, por trabalhar “com esquemas coletivos e representações sociais que pertencem à doxa” (ibid) e que ele é fiel a uma concepção retórica da eficácia discursiva. Portanto, ela conceitua *ethos* como “a imagem que o locutor projeta dele mesmo em seu discurso tal como ela se inscreve na enunciação mais do que no enunciado, e como ele retrabalha os dados pré-discursivos” (AMOSSY, 2016, p. 70).

O *ethos*, na tradição retórica, era sempre visto como uma forma de persuasão do auditório, todavia, no âmbito dos estudos da AD, o *ethos* está presente em textos que nem sempre são predominantemente argumentativos. Amossy (2007) afirma que não se pode evitar a dimensão argumentativa do discurso em funcionamento e defende que nem todo ato de tomar a palavra é com o intuito de convencer alguém, mas que a fala exerce influência no outro, no modo como se enxerga o mundo. Portanto, há uma distinção entre a estratégia de persuasão programada e a tendência de todo discurso de orientar as maneiras de ver dos interlocutores, (AMOSSY, 2007). A autora afirma que, “no primeiro caso, o discurso manifesta uma orientação argumentativa” e “no segundo caso, ele comporta simplesmente uma dimensão argumentativa” (AMOSSY, 2007, p. 122). A argumentação é sempre parte integrante do discurso em situação, sendo assim, a análise

deve partir da natureza comunicacional do discurso e as estratégias argumentativas do locutor, serão desenvolvidas em função do seu público.

Para Perelman, explica Amossy (2016), o auditório é uma construção do orador, portanto, “a interação entre o orador e seu auditório se efetua necessariamente por meio da imagem que fazem um do outro, é a representação que o enunciador faz do seu auditório e não sua pessoa concreta, que modelam a empresa da persuasão” (AMOSSY, 2016, p.124) Uma grande importância é atribuída ao auditório e isso leva ao reconhecimento do conjunto de valores, de evidências que conduzem a uma *doxa* comum entre locutor e interlocutor: “É mediante um trabalho sobre a *doxa* que o orador tenta fazer seu interlocutor partilhar seus pontos de vista” (AMOSSY, 2016, p. 124).

Sendo assim, o orador/locutor constrói a imagem de seu público tentando considerar quais são os possíveis valores, saberes e crenças que compartilha com ele para, a partir disso, orientar sua produção discursiva/argumentativa. Ou seja, a enunciação é uma alocação, pois instala um alocutário e estabelece uma dependência mútua entre ele e o locutor: “Dizer que os outros participantes interagem é supor que a imagem de si construída no e pelo discurso participa da influência que exercem um sobre o outro” (AMOSSY, 2016, p. 12). É dessa forma que as locutoras dos testemunhos, que são objeto dessa pesquisa, projetam uma imagem que tente justificar sua condição de vítima, utilizando estratégias de caráter argumentativo para um público que elas imaginam possuir certos valores; em geral, conforme um senso comum que, de alguma forma, responsabilizam a mulher pela violência que sofreu.

Para Amossy (2007), será na enunciação que locutor/interlocutor deixará “marcas” linguageiras que podem ser articuladas aos contextos sociodiscursivo e sociointeracional em que o discurso se inscreve: “pode-se encontrar a figura do interlocutor através do conhecimento, das competências, dos valores e das crenças que lhe são atribuídas” (AMOSSY, 2007, p. 130). O *ethos* está relacionado às marcas da enunciação por se apresentar enquanto materialidade linguística, logo sua análise deve ser ancorada na enunciação, localizando quais são essas marcas linguageiras do locutor e do interlocutor no discurso.

A noção de estereótipo também é introduzida por Amossy (2016) em seus estudos de *ethos* e ela considera a construção de uma imagem de si em sua relação com a representação coletiva cristalizada e com a atividade de estereotipagem. Para ela, toda ação comunicativa precisa de estereótipos para seu funcionamento, pois se trata de representações socialmente

partilhadas. O processo de construção e utilização de estereótipos é algo natural e necessário ao convívio social. Porém, geralmente, seu conceito é popularmente relacionado a conotações pejorativas, como clichês sobre comportamentos e características das pessoas.

O recurso à noção de estereótipo permite destacar uma dimensão importante do *ethos*, chamada “*ethos* prévio”: é a imagem que o auditório faz do locutor no momento em que este toma a palavra (AMOSSY, 2016). Para Maingueneau (2016), o público constrói imagens do *ethos* antes mesmo que o enunciador fale, por isso, ele faz uma distinção entre o *ethos* pré-discursivo e o *ethos* discursivo. O *ethos* pré-discursivo, equivale à imagem que o co-enunciador faz do enunciador antes mesmo que se tome a palavra. Entretanto, Amossy (2016) ressalta que as representações prévias podem ser modificadas através da construção da imagem de si no discurso.

Todavia, ao colocarmos estereótipos como algo cristalizado em uma coletividade, inferimos que sejam algo fixo, imutável. Lysardo-Dias (2012, p. 31) contesta essa rigidez: “os estereótipos são formas convencionalizadas de apreensão do real que os sujeitos vão internalizando e difundindo; são esquemas culturais que instituem uma percepção coletiva, mas nem por isso imutável”. É dessa forma que, a partir da flexibilização da noção de estereótipos, compreendemos que o *ethos* pode ser modificado a partir de um certo discurso. Ou seja, se o público possuía uma imagem prévia negativa do locutor, esta pode ser modificada a partir do discurso desse sujeito. É assim que o estudo de estereótipos, numa abordagem discursiva, deve considerar que efeitos de sentido são produzidos a partir do emprego de saberes coletivamente partilhados. Ao ler os testemunhos do *Superblog*, o interlocutor, para compreender os efeitos de sentido, precisa reconhecer o universo cultural e simbólico em questão, é dessa forma que ele utiliza os estereótipos para conseguir compreender os enunciados em questão.

Para Charaudeau (2008), os *ethé* se sustentam em imaginários sociodiscursivos, que são saberes parcialmente estáveis de conhecimento e crença. Para ele, quem enuncia faz uso de estratégias discursivas que levam em conta tais saberes, de modo a estabelecer-se como “digno de fé”. Portanto, para Charaudeau (2008), o *ethos* ocorre no momento da enunciação, pois, ao enunciar, o sujeito enunciador mostra ao seu destinatário traços de personalidade para causar um efeito positivo em sua imagem – considerando-se que qualquer efeito que se obtém aí não está na enunciação enquanto ato isolado, mas sim na sua dependência a um nível discursivo/semiótico mais amplo (a memória, os saberes, julgamentos prévios, etc.).

A reflexão sobre a questão do *ethos* prévio se relaciona com a maneira pelo qual “o

sujeito mostra-se com sua identidade social de locutor” (CHARAUDEAU, 2008, p. 115). Desse modo, ainda com as palavras de Charaudeau (2008, p. 115), é “a identidade social do sujeito que lhe dá direito à palavra e que funda a sua legitimidade de ser comunicante em função do estatuto e do papel que lhe são atribuídos pela situação de comunicação”. É dessa forma que a situação de comunicação legitima o dizer das testemunhantes e a identidade social desses sujeitos (mulheres vítimas de violência sexual) e legitima seu direito à palavra, influenciando no que pode e deve ser dito na seção e nas imagens de si construídas por elas.

Deste modo, o sujeito enunciador utiliza componentes do dispositivo de comunicação (situação de comunicação, modos de organização do discurso, categorias da língua, texto). No caso dos testemunhos de cunho autobiográfico que analisaremos, a identificação e a análise dos modos de organização do discurso enunciativo, descritivo e narrativo nos auxiliarão no processo de identificação e análise do *ethos*.

2.2 Os modos de organização do discurso

Os modos de organização do discurso, conforme proposto por Charaudeau (2012) no âmbito da TS, são formas que o sujeito falante articula elementos da língua para encenar seu discurso a fim de produzir um sentido específico. É o emprego e a ordenação de determinadas categorias linguísticas segundo um propósito comunicativo. Todavia, devemos lembrar que todo texto é heterogêneo em sua organização discursiva e pode apresentar mais de um modo; assim, o modo depende das escolhas do enunciador na produção de sentidos.

De acordo com a TS, o sujeito falante organiza suas categorias linguísticas de acordo com suas finalidades discursivas no processo chamado modos de organização do discurso. São quatro os modos estabelecidos por Charaudeau (2012): o enunciativo, o descritivo, o narrativo e o argumentativo, sendo que esses modos coexistem nos atos de linguagem e o modo enunciativo comanda os demais modos. Esses modos de organização do discurso são o emprego e a ordenação de categorias linguísticas específicas com um fim comunicativo. Dessa forma, o papel de identificar e qualificar seres, coisas e processos é do modo de organização descritivo; para mostrar a sucessão de ações em uma história, o modo é o narrativo; o argumentativo tem o objetivo de influenciar o interlocutor; e, por fim, a função de identificar a posição do sujeito falante em relação ao interlocutor, a si mesmo ou aos outros, é do modo enunciativo, e é por isso que ele interfere na cena dos outros modos, por dar conta do posicionamento do locutor no

enunciado (CHARAUDEAU, 2012). Abordaremos, a seguir, os três modos predominantes em nosso *corpus*: o enunciativo, o descritivo e o narrativo.

2.2.1 Modo enunciativo

Charaudeau (2012) afirma que o modo enunciativo diz respeito aos seres de fala do ato de linguagem, ao seu circuito interno, e mostra como o sujeito encena seu dizer, ou seja, é uma categoria discursiva, como os demais modos. Já a situação de comunicação engloba os sujeitos sociais, externos ao ato de linguagem. Por sua vez, a modalização compreende os procedimentos linguísticos que mostram o ponto de vista do locutor, ou seja, é uma categoria de língua.

O modo enunciativo organiza e ordena as categorias de língua de acordo com um objetivo comunicativo. Para a AD, esse modo de organização e ordenação das categorias linguísticas ocorre com o fim de mostrar o ponto de vista do enunciador em relação ao que ele diz, ao que o outro diz e ao seu interlocutor. Assim, temos três funções do modo enunciativo: a alocutiva, a elocutiva e a delocutiva (CHARAUDEAU, 2012). Esses comportamentos discursivos serão base para analisarmos como os pontos de vista das testemunhantes do *Superblog* se manifestam, assim como os efeitos de sentido produzidos na enunciação.

Segundo Charaudeau (2012), a modalidade alocutiva é a que o sujeito falante mostra seu ponto de vista e implica ao interlocutor um comportamento, tentando influenciá-lo. Assim, o sujeito falante pode estabelecer dois tipos de relação com o interlocutor: de superioridade ou de inferioridade. No primeiro tipo de relação, o locutor confere ao interlocutor a execução de um dizer/ação (“fazer dizer”/“fazer fazer”). Entre as modalidades estão: interpelação, injunção, autorização, sugestão, proposta, julgamento e aviso. Na relação de inferioridade, o locutor solicita algo ao interlocutor, se colocando no papel de um sujeito que necessita do “saber” ou do “poder fazer” do outro. Entre suas modalidades estão: interrogação e petição.

A modalidade elocutiva é aquela em que o sujeito modaliza seu dizer com o objetivo de explicitar seu ponto de vista sobre o mundo sem implicar o interlocutor (CHARAUDEAU, 2012). O sujeito pode expressar seu posicionamento como: i) um modo de saber que exprime como o sujeito possui conhecimento a respeito de um propósito (modalidades da constatação e do saber/ignorância); ii) um modo que avalia, indica a forma pela qual o sujeito julga um propósito (modalidades da opinião e da apreciação); iii) um modo de motivação, que expressa o porquê de o sujeito realizar o propósito (modalidades da obrigação, da possibilidade e do querer); iv) um

modo de engajamento, especificando o grau de adesão ao objetivo (modalidade da promessa, da aceitação/recusa, do acordo/desacordo e da declaração); v) um modo de engajamento, que aponta o quanto o sujeito aderiu ao propósito (modalidade da promessa, da aceitação/recusa, do acordo/desacordo e da declaração); vi) um modo de decisão, mostrando o sujeito em relação ao tipo de decisão (modalidade da proclamação) (CHARAUDEAU, 2012).

Por fim, há a modalidade delocutiva em que há um apagamento do sujeito falante e do interlocutor (CHARAUDEAU, 2012). Dessa forma, o sujeito se comporta como se fosse apenas um observador da forma como os dizeres sobre o mundo se impõem a ele, produzindo um efeito de objetividade na enunciação, como se o sujeito não tivesse opinião e estivesse retratando o mundo como de fato este o é. Todavia, devemos ressaltar que essa aparente objetividade é apenas um efeito de sentido formulado através de estratégias discursivas e linguísticas (CHARAUDEAU, 2012). Assim, esses modos delocutivos podem acontecer de duas formas: i) por si só, com o sujeito apresentando os dizeres sobre o mundo e os relacionando ao seu grau de asserção (modalidade da evidência, da probabilidade etc); ii) ou produzidos por um outro locutor e relatados pelo enunciador (modalidades de discurso relatado-citado, integrado, narrativizado e evocado).

2.2.2 Modo descritivo

O modo descritivo é um procedimento discursivo que se baseia na atividade de descrever a linguagem que faz os seres existirem, nomeando-os, localizando-os e qualificando-os de forma única, por meio de um ponto de vista sobre o mundo (CHARAUDEAU, 2012). Todavia, descrever está intrinsecamente relacionado ao narrar, pois as ações só têm sentido na relação com as identidades e as qualificações dos actantes, assim como a argumentação, pois a descrição utiliza algumas operações desse outro modo para classificar os seres que possuem alguma identidade e qualificação. Para Charaudeau, “a *descrição* seria estática, fora do tempo e da sucessão dos acontecimentos; o *relato* seria dinâmico, inscrito no tempo, descrevendo a sucessão das ações” (CHARAUDEAU, 2012, p. 111 – grifos do autor).

O modo descritivo possui três componentes (i) nomear, (ii) localizar-situar e (iii) qualificar, que se realizam no discurso através de procedimentos discursivos de identificação (nomear), de construção objetiva do mundo (localizar-situar e qualificar) e de construção subjetiva do mundo (qualificar).

A nomeação, para Charaudeau (2012), consiste em uma dupla operação que é composta pela percepção de uma diferença no *continuum* do universo e, de maneira simultânea, na classificação dessa diferença em uma semelhança. Essas operações dependem do sujeito que percebe – levando-se em conta que o mundo não é algo pré-construído, autônomo e exterior, mas que é construído pelo sujeito através de seu discurso. Porém, esse sujeito não existe somente em sua individualidade, pois ele utiliza o imaginário social de seu grupo para identificar, nomear, localizar e qualificar os seres, isto é, o grupo social ao qual pertence, por meio de aspectos culturais, sobredetermina a sua visão de mundo (CHARAUDEAU, 2012). O autor da teoria afirma que nomear não é apenas um processo de “etiquetagem de uma referência preexistente”, mas é “o resultado de uma operação que consiste em *fazer existir seres significantes no mundo, ao classificá-los*” (CHARAUDEAU, 2012, p. 112 – grifos do autor).

Quanto aos procedimentos discursivos, a nomeação só se torna possível pela identificação, que é um procedimento que faz com que os seres existam, nomeando-os. Esse procedimento discursivo usa diversas categorias linguísticas para nomear e identificar um ser como a denominação, a indeterminação, entre outras. Por consequência, a identificação pode ser genérica, sendo os seres nomeados por nomes comuns que os coloca em uma determinada classe; ou ainda, a identificação pode ser específica, pois, através de nomes próprios, identifica os seres naquilo que lhes é particular (CHARAUDEAU, 2012).

A localização-situação consiste em definir um lugar no espaço e no tempo para um ser. Discursivamente, se constitui através de procedimentos de construção objetiva, que constrói uma visão de verdade sobre o mundo, qualificando os seres através de traços que podem ser verificados por outro sujeito que não o falante. Dessa forma, a construção objetiva do mundo depende de: (i) uma organização sistematizada do mundo, que resulta de um ponto de vista científico sobre o mesmo; (ii) uma observação do mundo que é compartilhada pelos membros de uma comunidade social na forma de um consenso que se constitui para esses mesmos sujeitos como a realidade em si (CHARAUDEAU, 2012).

Por fim, a qualificação é um componente que está relacionado ao nomear, mas enquanto a nomeação classifica os seres, a qualificação atribui sentido particular a eles, especificando-os a partir da subjetividade e da objetividade. Na subjetividade, o sujeito que descreve singulariza o ser não somente pela racionalidade, mas também pelos sentidos e sentimentos. Contudo, por pertencer a uma coletividade, o sujeito descritor sofre influências na qualificação das práticas

sociais nas quais está inserido, assim, a qualificação é uma atividade de conflito constante entre visões normativas e visões subjetivas (CHARAUDEAU, 2012).

2.2.3 Modo narrativo

O modo narrativo de organização constrói uma realidade a partir do desenrolar de ações sucessivas, relacionadas entre si e que influenciam umas às outras. Os actantes, os processos e tempo de ação e a localização espacial são os principais componentes deste modo. Todavia, iremos destacar aqui apenas os actantes, por contribuírem com a análise do *ethos*, pois são os papéis específicos que o sujeito desempenha na narrativa. Em nossa pesquisa, procuramos identificar quais seriam os actantes, quais papéis eles desempenharam e quais suas ações. Neste sentido, deteremos nossa apresentação teórica no que tange às especificações relacionadas aos actantes.

Na *#ChegaDeSilêncio*, os actantes são as testemunhantes que, ao executarem suas ações nas narrativas, desempenham também certos papéis actanciais. Para identificarmos os papéis actanciais dos personagens, Charaudeau (2012) propõe a utilização de um questionário que procura identificar, primeiramente, as ações que compõem a narrativa. Questiona-se a postura do personagem frente à ação principal: ele sofre ou executa a ação? Então, acompanham os desdobramentos desta ação inicial: se o personagem executou a ação, como realizou esta ação? Charaudeau (2012) propõe que o agente pode executar a ação das seguintes maneiras: como *agressor*, efetuando uma ação negativa, isto é, um malefício; como *benfeitor*, efetuando uma ação positiva, isto é, um benefício; como *aliado*, que age na defesa ou ajuda de um actante, agindo diretamente sobre o oponente do actante ou atuando ao mesmo tempo em que seu protegido atua; como *oponente*, que resiste aos projetos ou ações de um actante; como *retribuidor*, dando a outro actante uma recompensa ou punição.

Os papéis mencionados podem ser desempenhados de maneira direta ou indireta e ainda de maneira voluntária ou involuntária. Se, entretanto, o personagem sofrer a ação, ele pode recebê-la como *vítima*, que é afetado negativamente pela ação de outro actante ou como *beneficiário*, sendo afetado positivamente pela ação de outro actante. Se o personagem desempenha o papel de vítima, ela pode reagir por *fuga*, fugindo do afrontamento; por *resposta*, agindo contra seu agressor; por *negociação*, tentando neutralizar a agressão. Todavia, se o beneficiário reagir, pode ser feito por meio de: *retribuição*, quando ele age retribuindo de maneira

benéfica o outro actante e por *recusa*, quando ele recusa o benefício.

Passaremos, então, para a análise dos testemunhos apoiando-nos nos conceitos de Amossy (2007, 2016) que concebe o *ethos* não como uma atividade puramente linguageira na qual o enunciador constrói a imagem de si, mas também o associa à sua posição social. Assim, as imagens de si não acontecem apenas no nível do enunciado/enunciação, mas também se baseia nos lugares que os sujeitos ocupam nas práticas sociais. Como categorias que nos auxiliarão a identificarmos as marcas linguageiras no enunciado estão os modos enunciativo, descritivo e narrativo de Charaudeau (2012).

2.3 A análise

Para realizar a análise do *ethos* será focalizado cada um dos testemunhos. De início será abordada a imagem que os precede na postagem *#ChegaDeSilêncio* para mostrar alguns estereótipos sobre as mulheres que sofreram violência sexual e que a revista demonstra querer combater ao propor a discussão do tema.

De acordo com Lysardo-Dias (2006, p.26), o estereótipo no âmbito da psicologia social “é associado às representações sociais, pois se trata da imagem que os membros do grupo fazem de si próprios e dos outros membros”. Logo, os estereótipos formam um modo de conhecimento da realidade e de identidade social, dando aos indivíduos um “acervo” cultural compartilhado que lhes garante uma compreensão mútua e conseqüentemente, lhes possibilita vida em comunidade.

A figura da postagem em questão começa com a imagem de uma boca com três cores diferentes de batons (FIG. 6):



Figura 7- Postagem inicial do Superblog. Fonte: Superinteressante (On-line).

A boca está com um batom rosa bem claro da esquerda até o centro intitulado como “santa”; no meio da boca há um rosa mais escuro que se refere à “boa moça”; do meio para a direita há um batom vermelho indicado pelo título de “puta”. Dentro do modo descritivo (CHARAUDEAU, 2012), podemos classificar tais procedimentos linguísticos como *nomeação*, pois identifica as mulheres em classes de pertinência através desses qualificativos. Dessa forma, elas apenas podem pertencer a essas três categorias: “santa”, “boa moça” e “puta”, classificações que remetem ao senso comum de categorizar as mulheres de acordo com suas condutas sexuais e em o quanto elas podem ser “boas esposas” ou não, colocando a mulher com o fim de servir ao homem.

De acordo com Bester et al (2016)

Regra geral, em depoimentos perante autoridades policiais ou perante o Poder Judiciário, a vida sexual pregressa da mulher vítima de estupro, a roupa que usava no momento do crime, o local em que a vítima estava, seus hábitos, seus comportamentos, o que dizia, os enfeites que usava, os decotes, as cores e os tons dos batons etc., são objeto de questionamento a todo o momento. Levantam suspeitas. Depõem contra ela. É dizer: em determinados casos procura-se afastar a responsabilidade penal do autor com argumentos que não se refiram ao fato (BESTER et al, 2016, p. 779).

Ocorre, então, uma inversão de valores em que as mulheres são julgadas por suas condutas sexuais e morais e perdem o *status* de vítima, sendo vistas como algozes, sob os argumentos de que a vítima possa ter consentido, gostado ou provocado a violência sofrida. Temos como exemplo desse fato, um excerto do testemunho sete:

[...] minha família acreditou em mim, me apoiou, mas minha sogra e minhas cunhadas passaram a me ofender, e falar que estava inventando essa história para estragar o casamento deles, que estava tentando destruir a família deles, me atacavam de várias formas, questionavam se realmente tinha acontecido, porque eu não gritei, porque eu não contei na hora... como se a culpa fosse minha por não ter tido reação. não entenderam que eu não queria causar mais polêmica, só queria me livrar daquilo antes que ficasse pior [...]

O uso de estereótipos sobre a vítima de violência sexual, como por exemplo, o de que estão denunciando o algoz por vingança ou porque querem destruir casamentos de outras mulheres, se faz como uma estratégia fundada na reutilização de modelos e representações socialmente construídos e legitimados, permitindo que ele seja significado dentro de uma produção discursiva. Então, o efeito de sentido de que mulheres, através de uma conduta sexual socialmente aceita, conseguiriam evitar o estupro, partilha saberes coletivos de que o homem nem sempre consegue evitar seu impulso sexual e, quando não correspondido, é obrigado a conseguir o que quer por meio da violência, já que mulheres do tipo “puta” os provocam para realizarem tais ações violentas. Tais estereótipos também permitem encontrar o direcionamento do sentido visado pelo enunciador. No *Superblog*, esses sentidos visados atuam no sentido de combater esse tipo de estereótipos que ainda circulam em relação às mulheres para que possamos abordar a violência sexual por outra ótica: a das vítimas.

2.3.1 Testemunho 1

Agora damos início à análise dos testemunhos (FIG. 7,8,9).

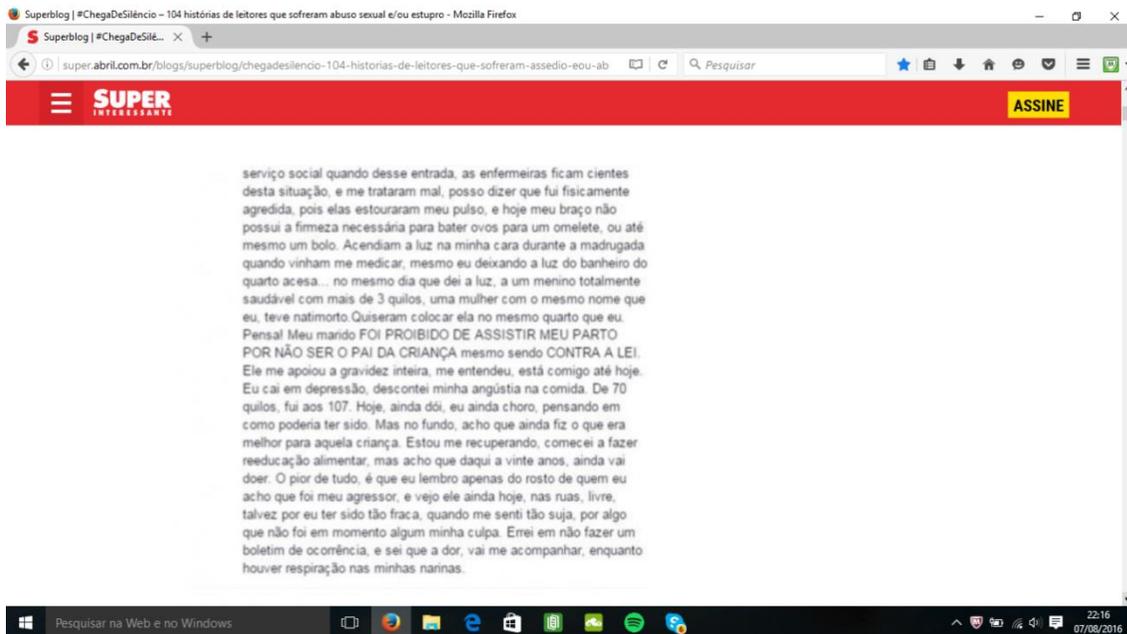


Figura 10- Continuação do Testemunho 1. FONTE: Superinteressante (On-line).

Excerto T1/a:

Revista Superinteressante,

ANTES DE TUDO, SE FOREM DIVULGAR EM QUALQUER MEIO DE COMUNICAÇÃO, QUERO SIGILO DOS MEUS DADOS PESSOAIS (NOME) SE PRECISO, USEM UM PSEUDÔNIMO.

No excerto T1/a, através da conjunção subordinativa “se” (“*se forem*”, “*se preciso*”), a locutora institui uma condição ao seu interlocutor (a revista) em caso de divulgação do testemunho em algum “*meio de comunicação*” – o sigilo dos dados pessoais, o uso do pseudônimo. Tal ação (“*se forem divulgar*”) supõe o *querer fazer* – a divulgação do testemunho – pelo interlocutor, julgando que o interlocutor está apto a realizar tal ação através dos meios de comunicação que possui (revista impressa, *on-line*, *blog*). Pressupondo a aceitação desse contrato (CHARAUDEAU, 2012), a locutora concede à *Superinteressante* o direito de publicar o testemunho, atribuindo a si o papel de garantidora desse direito de publicação.

Há uma convenção de regras de etiqueta para a Internet conhecida como *netiquette*⁶ ou etiqueta na rede. Essas regras não são oficiais nem criadas por autoridades, mas sim pelos próprios usuários no decorrer do tempo. Não se trata de um texto único e definitivo e sim de vários espalhados pela Internet. Todavia, a regra mais conhecida é em relação ao uso de CAIXA ALTA,

⁶ Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/informatica/netiqueta.htm>. Acesso em: 23 jun 2017.

em que se convencionou usá-la para representar que se está gritando ou quando se quer dar ênfase a algumas palavras ou ideia, ou ainda chamar a atenção para o dizer. No caso do excerto T1/a, a locutora, antes de compartilhar a sua história, quer chamar a atenção para um contrato que estabelece com a revista: aceita ter seu testemunho compartilhado desde que isso seja garantido através do anonimato. Após essa proposta de anonimato, a locutora começa a testemunhar os dois episódios de violência sexual que sofreu:

Excerto T1/b:

Fui molestada durante 8 meses da minha infância (na transição entre os 8 e 9 anos) meu padrasto era usuário de drogas, ele tinha uma arma em casa, minha mãe estava grávida do meu irmão, e ela era agredida fisicamente durante a gestação. Graças a Deus, ele morreu de overdose, mas meu problema não terminou aí. Em fevereiro de 2009 fui drogada na balada, jogaram lsd no copo que eu tomava e eu não vi. Saí da balada pois a droga para mim deu depressão, comecei a chorar no meio da pista, decidi ir embora. Quando saí lembro de um rapaz me abordando e daí em seguida ficou um espaço em branco, apaguei e não lembro de nada até a hora em que eu acordei nos fundos de uma casa abandonada com a lingerie abaixada e a blusa branca toda imunda do chão.

Dentre os componentes da lógica narrativa de Charaudeau (2012, p. 160), utilizaremos aqui os *actantes* para analisarmos como eles “desempenham *papéis* relacionados à ação da qual dependem” (itálico do autor). Isto é, como os locutores mostram desempenhar papéis dentro da narrativa, no processo de construção de seu *ethos*. Devemos levar em consideração que “o *sujeito que narra* desempenha essencialmente o papel de uma testemunha que está em contato direto com o vivido [...]” (grifos do autor) (CHARAUDEAU, 2012, p. 157). É assim que no primeiro testemunho a locutora se coloca como testemunhante que *sofre a ação* de ter sido *vítima* de violência sexual: “Fui molestada”; “fui drogada”; “apaguei e não lembro de nada”.

No excerto T1/b, o sujeito enunciador cita pessoas relacionadas à cena da violência sofrida na infância e *acumula detalhes e precisões* sobre estes: “Fui molestada durante 8 meses da minha infância (na transição entre os 8 e 9 anos) meu padrasto era usuário de drogas, ele tinha uma arma em casa, minha mãe estava grávida do meu irmão, e ela era agredida fisicamente durante a gestação”. O EUE qualifica a si e à sua mãe como vítimas (“molestada”, “agredida”) em oposição ao padrasto (“usuário de drogas”, “ele tinha uma arma em casa”), o agressor. Esses papéis elencados garantem um efeito de credibilidade para seu testemunho como alguém que tem autoridade para discutir violência sexual.

Ainda no modo descritivo, o procedimento linguístico para *localizar-situar* também foi utilizado – “durante 8 meses da minha infância (na transição entre os 8 e 9 anos)”, e “Em fevereiro de 2009”. Esse procedimento linguístico gera um efeito de maior realidade, corroborando para a credibilidade da testemunhante e também fazendo surgir uma “objetividade” no texto. O uso dessas categorias de língua (“durante 8 meses”, “entre os 8 e 9 anos”, “Em fevereiro de 2009”) fornece “ao testemunho um enquadre espaço-temporal, jogando com a precisão, o detalhe, a identificação dos lugares e da época de um relato” (CHARAUDEAU, 2012, p. 137).

Excerto T1/c:

Não havia tido muitas experiências sexuais, e não sabia que existia pílula do dia seguinte, achei que um exame de farmácia me diria se estava grávida. Fiz o exame de farmácia que (lógico) deu negativo. Quatro meses depois, eu já estava namorando sério, morávamos juntos, eu tive uma surpresa, estava grávida, porém, daquele estupro. A polícia precisaria de um boletim de ocorrência da noite em questão, para o aborto legal e eu não fiz o b.o. pois me sentia suja, imunda, humilhada”.

Outra forma do sujeito falante agir na encenação do ato de comunicação é através de atos elocutivos: neles o interlocutor não é implicado naquilo que é dito. No excerto T1/c, a locutora se expressa através de procedimentos de *saber/ignorância*: “[...]não sabia que existia[...]”; pois, ao relatar que tinha uma experiência sexual, declara ignorância quanto aos procedimentos que poderiam evitar uma gravidez ou identificá-la mais cedo. Como procedimentos para qualificar, a locutora utiliza os termos “*namorando sério*” e “*morávamos juntos*”, que remetem a um relacionamento estável algum tempo depois que foi violentada (“*quatro meses*”). Esses comportamentos apontados podem contribuir para uma imagem positiva para a locutora, pois mulheres que foram estupradas, recorrentemente, têm que lidar com questões a respeito de suas vidas sexuais e afetivas para se defenderem de julgamentos do tipo “merece/não merece ser estuprada”.

Ainda no excerto anterior (T1/c), a locutora relata o porquê de não ter feito o boletim de ocorrência na delegacia na época do abuso no trecho: “*eu não fiz o b.o. pois me sentia suja, imunda, humilhada*”, fato que lhe garantiria o direito de fazer um aborto dentro da lei. A locutora constrói descritivamente sua justificativa através dos adjetivos que expressam seus sentimentos, sua subjetividade, em relação a si mesma depois da violência sofrida: “*suja, imunda, humilhada*”.

Essa adjetivação gera um efeito de confiança (CHARAUDEAU, 2012) em que, através de uma revelação pessoal do descritor, este mostra a sua apreciação pessoal da situação e utiliza tais sentimentos para apelar para a sensibilidade do interlocutor. Ou seja, esse procedimento gera uma proximidade com o interlocutor para que ele se sensibilize com a situação e participe da visão da locutora de que esta não tinha condições de ter feito um boletim de ocorrência no dia em que a violência ocorreu.

Apesar de a legislação brasileira ter tido alguns avanços em relação ao crime de estupro, ela está num processo também de involução em relação ao aborto, como observa Bester et al (2016):

Porém, há também retrocessos normativos, atualmente anunciados. Uma dessas normas projetadas traduz-se no PL 5.069/2013, que vem alterando, para muito pior, o acesso ao atendimento médico-hospitalar, inclusive para a realização do aborto autorizado por lei, às vítimas de abusos sexuais. O projeto de lei, em tramitação, também visa a deixar o Estado de fornecer a pílula do dia seguinte, além de penalizar os agentes de saúde que queiram atender a tais vítimas mulheres, entre outras involuções. (BESTER et al, 2016, p. 792)

Muitas mulheres, quando sofrem algum tipo de violência, principalmente a sexual, são questionadas sobre o porquê de não terem feito a denúncia ou o exame de corpo e delito. Coulouris (2010), em sua pesquisa sobre processos judiciais de estupro, coloca como questão central a seguinte pergunta: “Qual o motivo para que, ainda hoje, uma denúncia de estupro seja vista com tanta desconfiança a ponto da vítima ser exaustivamente interrogada?” (COULOURIS, 2010, p. 10). O estupro é o único crime em que a vítima também vira ré devido à culpabilização e à responsabilização que se impõem a ela. Não são raros os comentários do tipo: “que roupa a mulher estava”, “onde ela estava andando naquela hora”?, como mostrou a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2014, intitulada “Tolerância social à violência contra a mulher” (IPEA, 2014). O resultado dessa pesquisa gerou uma campanha nas redes sociais com o lema “Eu não mereço ser estuprada” após divulgar que 65% das pessoas entrevistadas haviam concordado com a afirmativa: “Mulheres que usam roupa que mostra o corpo merecem ser atacadas”. A pesquisa levantou um debate sobre a percepção social da violência contra a mulher. No decorrer da discussão, o Ipea anunciou um erro no dado divulgado, e o índice foi corrigido para 26%. O índice passou a ser considerado não tão grave e desviou o foco das discussões.

Assim, a locutora começa a traçar seu *ethos* de idoneidade, mostrando que é uma mulher

dentro da lei, pois justifica as suas ações para lidar com as consequências da violência que sofreu, a gravidez indesejada, por exemplo, como veremos nos excertos abaixo:

Excerto T1/d:

Em um ambiente não legal, eu não faria de forma alguma. A solução foi uma só: ter a criança e fazer de algo “ruim” que aconteceu comigo um milagre na vida de alguém estéril.

Pela *modalidade elocutiva de declaração*, no trecho do excerto acima “eu um ambiente não legal eu não faria (o aborto) de forma alguma”, a locutora detém um saber sobre a idoneidade de sua conduta e quer reforçar isso para o interlocutor. Através do procedimento de *declaração*, ela afirma que é verdadeiro um saber que poderia ser uma dúvida para o interlocutor quanto à sua conduta dentro da legalidade. Levando em conta que o aborto, no Brasil, ainda é muito mal visto pela sociedade, mesmo sendo a gravidez fruto de um estupro. Para Wilza Vieira Villela e Simone Monteiro (2015):

O estigma associado à decisão de interromper a gravidez, somado ao processo de criminalização dessa prática, fomenta a ideia de que o aborto é uma ação pouco responsável da mulher, para corrigir um erro seu. Tal enfoque obscurece a análise das particularidades socioeconômicas relacionadas à prática do aborto, além da influência de uma cadeia de situações na tomada dessa decisão, decorrentes das desigualdades entre homens e mulheres. (VILLELA, MONTEIRO, 2015, p. 536):

Ainda em relação ao excerto T1/d, ao qualificar o nascimento de uma criança como um “milagre”, a locutora, ao decidir ter a criança, mesmo que a dando para a adoção, se coloca como parte de algo extraordinário, sugerindo uma violação das leis naturais, que seria a rejeição até mesmo da gestação dessa criança fruto de um estupro. Esse *ethos* traçado pelo EUE é de alguém que sofreu algo ruim e respeita certos princípios comuns e valorizados na sociedade, observando as leis jurídicas e morais, isto é, confirma seu *ethos* de idoneidade. O conjunto de normas de gênero que prescrevem comportamentos no sentido de masculinidade e feminilidade determinam padrões de comportamento para homens e mulheres e afetam a ambos negativamente. Ainda de acordo com Villela e Monteiro (2015, p. 132), “para as mulheres, as normas de gênero associam a prática do sexo ao amor e à reprodução, criando o pressuposto da maternidade como desejo último de todas, tratada com prioridade sobre as demais alternativas de realização individual”. Portanto, uma recusa à maternidade (o desejo de fazer um aborto) acarreta uma visão negativa

sobre a mulher, ainda que seja de uma gravidez fruto de um estupro, fazendo com que a locutora tenha que reforçar a sua imagem de idoneidade através do cuidado que teve com a criança que gestou.

Excerto T1/e:

Cuidei dessa criança a gestação inteira, fiz todos os exames do meu próprio bolso, me alimentei corretamente, tomei as vacinas, sulfato ferroso...

Excerto T1/f:

[...] no mesmo dia em que dei a luz, a um menino totalmente saudável com mais de 3 quilos [...].

Nos excertos T1/e/f, a locutora continua utilizando um *procedimento enunciativo elocutivo de declaração* para continuar afirmando uma verdade sobre si, ou seja, sua idoneidade: “Cuidei dessa criança a gestação inteira, fiz todos os exames do meu próprio bolso, me alimentei corretamente, tomei as vacinas, sulfato ferroso”, “dei a luz, a um menino totalmente saudável com mais de 3 quilos”. Além disso, também utiliza procedimentos descritivos de *acumulação de detalhes e precisões* para qualificar as ações que declarou tomar a respeito da criança que gerou: “fiz todos os exames do meu próprio bolso, me alimentei corretamente, tomei as vacinas, sulfato ferroso”, “um menino totalmente saudável com mais de 3 quilos”. Dessa forma, a locutora produz uma coerência em seu projeto de imagem que constrói. Essa coerência encontra-se no fato de ela construir um *ethos* de idoneidade através de suas atitudes de cuidado com o bebê que gestou.

Excerto T1/g:

Eu caí em depressão, descontei minha angústia na comida. De 70 quilos, fui aos 107. Hoje, ainda dói, eu ainda choro, pensando em como poderia ter sido. Mas no fundo, acho que ainda fiz o que era melhor para aquela criança. Estou me recuperando, comecei a fazer reeducação alimentar, mas acho que daqui a vinte anos, ainda vai doer.

No excerto acima, a locutora mostra as maneiras de lidar com o trauma das violências que sofreu e suas consequências, que não foram apenas psicológicas, mas também físicas: “descontei minha angústia na comida, de 70 quilos, fui aos 107”. Ela utiliza também a *possibilidade*, dentro do modo elocutivo, para estabelecer no enunciado a ação de recuperar-se, ação esta que depende apenas dela ter aptidão para realizá-la: “Estou me recuperando, comecei a fazer reeducação

alimentar”.

Ao dizer que abriu mão do aborto diante das impossibilidades legais de fazê-lo, a locutora contribui na construção da imagem de uma mulher dentro da lei. Assim, ela se antecipa a qualquer acusação que seu interlocutor pode fazer a seu respeito como, por exemplo, de que teria “merecido” a violência sexual que sofreu e de que teria sido irresponsável com a criança que gerou. A descrição do esmero com que cuidou dessa criança também faz parte da defesa de outra violência: a que viria a sofrer durante e após o parto.

Excerto T1/h:

Sofri preconceito na maternidade, pois tinha de informar ao serviço social quando desse entrada, as enfermeiras ficam cientes desta situação, e me trataram mal, posso dizer que fui fisicamente agredida, pois elas estouraram meu pulso, e hoje meu braço não possui a firmeza necessária para bater ovos para um omelete, ou até mesmo um bolo. Acendiam a luz na minha cara durante a madrugada quando vinham me medicar, mesmo eu deixando a luz do banheiro do quarto acesa [...]

Para Pandjarian (2003), dentro do discurso do Direito, as mulheres sofrem o que ela chama de "duplicação da violência de gênero". Podemos trazer esse conceito para outras esferas da sociedade também, no que diz respeito aos valores sociais, por vezes travestidos em estereótipos e preconceitos discriminatórios, atuando também na culpabilização da vítima. Ou seja, além da violência sexual sofrida, ela sofre outras formas de violência ao ter que lidar com as consequências do ato violento, como neste caso, a violência obstétrica.

Excerto T1/i:

Meu marido FOI PROIBIDO DE ASSISTIR MEU PARTO POR NÃO SER O PAI DA CRIANÇA mesmo sendo CONTRA A LEI.

O uso de maiúsculas no excerto acima mostra a indignação da locutora, como se estivesse gritando e quisesse dar ênfase a mais essa injustiça que sofreu, por não ter tido o direito, que é garantido por lei, do marido ter assistido o parto. Após traçar sua imagem de mulher idônea, no interior do campo discursivo da lei, mostra que não obteve a devida contrapartida por parte dos profissionais de saúde, causa esta da sua indignação. Daí o fato de que projeta um *ethos* de vítima: a parte sobre a qual se exerce uma ação ao qual não pode, em suma, reagir. No caso, pela posição em que se encontra, a saber: de paciente, com todas as constrictões que lhe são impostas pelo aparato institucional do hospital.

Excerto T1/j:

O pior de tudo é que lembro apenas do rosto de quem eu acho que foi meu agressor e vejo ele ainda hoje nas ruas, livre, talvez por eu ter sido tão fraca quando me senti tão suja por algo que não foi em momento algum minha culpa. Errei em não fazer um boletim de ocorrência e sei que a dor, vai me acompanhar, enquanto houver respiração nas minhas narinas.

Em “Errei em não fazer um boletim de ocorrência”, a locutora faz uma *declaração de confissão* (CHARAUDEAU, 2012, p. 98), colocando seu interlocutor como testemunha e dizendo que há um saber (seu erro em não ter feito boletim de ocorrência) e que sua relação com esse saber trará efeitos constantes para sua vida, pois em “a dor, vai me acompanhar” ela mostra tal efeito e constrói o *ethos* de uma mulher traumatizada, que, mesmo melhorando, esse será um peso que ela vai carregar. No excerto acima, a locutora ainda mostra sua indignação por ter agido dentro da lei e seu estuprador não ter tido nenhum tipo de consequência pelo crime que cometeu, ela chega a se culpar por isso, “por ter sido tão fraca”. A sua manifestação no *blog* pode ser entendida como uma necessidade de se justificar e mostrar para seu interlocutor que não foi culpada pela violência que sofreu, mas que sua falta de atitude em não denunciar, foi a causa da impunidade do agressor. Essa necessidade é baseada nos estereótipos ainda vigentes de que a vítima de violência sexual, de alguma forma, é culpada por essa violência.

2.3.2 Testemunho 2

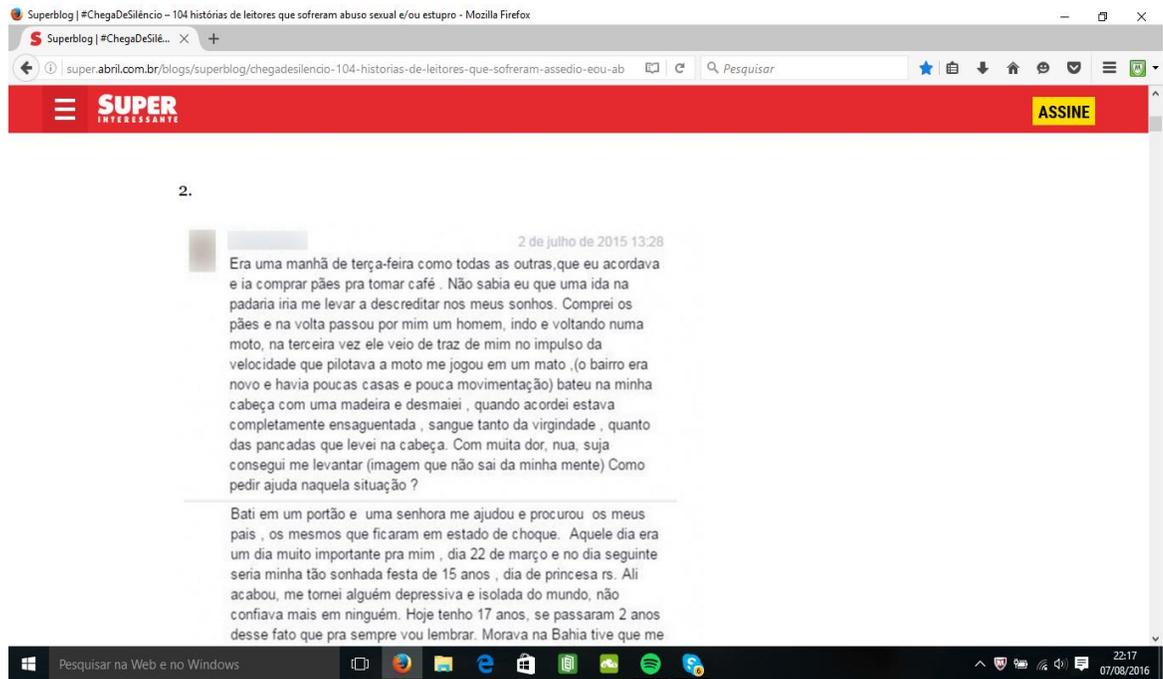


Figura 11 - Testemunho 2. FONTE: Superinteressante (On-line).

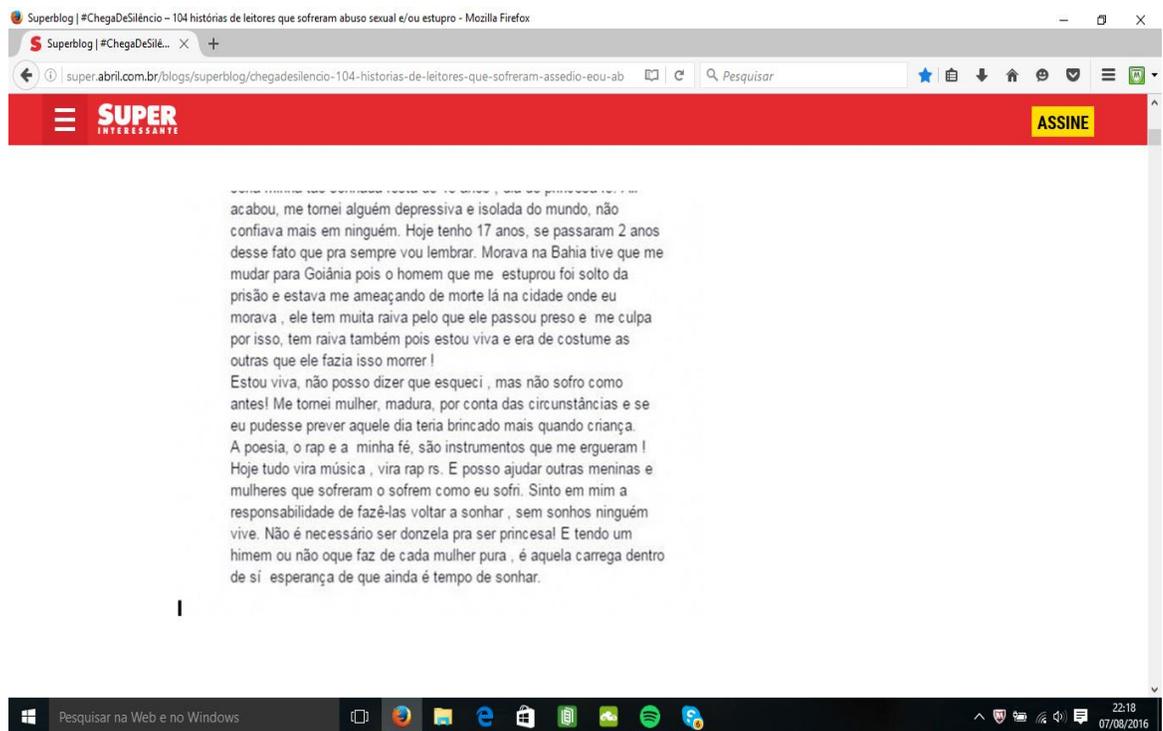


Figura 12- Continuação do Testemunho 2. FONTE: Superinteressante (On-line).

Excerto T2/a:

Era uma manhã de terça-feira como todas as outras, que eu acordava e ia comprar pães para tomar café. Não sabia que uma ida na padaria iria me levar a desacreditar nos meus sonhos. Comprei os pães e na volta passou por mim um homem, indo e voltando numa moto, na terceira vez ele veio de traz de mim no impulso da velocidade que pilotava a moto e me jogou em um mato (o bairro era novo e havia poucas casas e pouca movimentação) bateu na minha cabeça com uma madeira e desmaiei [...]

O testemunho 2, ao utilizar o procedimento linguístico para *localizar-situar*, começa com a narração do episódio de violência situando o interlocutor no tempo e no espaço em que ocorreu: “Era uma manhã de terça-feira como todas as outras, que eu acordava e ia comprar pães para tomar café”. Isso mostra que a locutora começa construindo sua imagem de inocente quanto ao ocorrido, pois não estava em um lugar considerado “indevido” e estava apenas cumprindo uma atividade cotidiana. Ela reforça essa localização ao explicar entre parênteses o porquê de estar em um lugar com mato e pouca movimentação: “(o bairro era novo e havia poucas casas e pouca movimentação)”. De acordo com Machado (1998), o espaço caracterizado como aquele das mulheres que “não são direitas”, é o espaço longe da sociabilidade legítima, ou seja, lugares ermos, vazios. “É como se o espaço, metafórica e metonimicamente, reforçasse a caracterização das “mulheres não direitas” como marginais ao centro da sociabilidade legítima.” (MACHADO, 1998, p. 242) É dessa forma que a locutora busca legitimar sua conduta, se colocando pertencente a um espaço considerado de “mulher direita”.

No que tange ao procedimento narrativo, a locutora aqui se apresenta como actante que sofre a ação: “na terceira vez ele veio de traz de mim no impulso da velocidade que pilotava a moto e me jogou em um mato [...] bateu na minha cabeça com uma madeira e desmaiei”. A locutora mostra ainda que foi uma vítima e que ação do *agente-agressor* a afetou negativamente: “Não sabia que uma ida na padaria iria me levar a desacreditar nos meus sonhos.” No trecho anterior, a locutora, através de um procedimento linguístico elocutivo de *constatação* (CHARAUDEAU, 2012), diz que sua experiência própria a levou a significar o acontecido como uma situação que tirou dela a possibilidade de acreditar em seus sonhos, colocando a sua fala não como um julgamento, mas como uma constatação do ocorrido.

Excerto T2/b:

[...] quando acordei estava completamente ensanguentada, sangue tanto da virgindade quanto das pancadas que levei na cabeça. Com muita dor, nua, suja consegui me levantar (imagem que não sai da minha mente) Como pedir ajuda naquela situação?

A locutora caracteriza sua vida sexual na época do estupro (era virgem): “sangue tanto da virgindade [...]”. No decorrer do testemunho, ela mostra que a virgindade era um fator bem importante para ela (“donzela”, “ser princesa”), deixando entrever um *ethos* de pureza. Sobretudo, pela virgindade da mulher ainda ser um assunto de tabu na sociedade e sua condição muito valorizada em determinadas comunidades religiosas e familiares.

Além disso, ao qualificar como se sentia (“com muita dor, nua, suja”) interpela o interlocutor a se colocar em seu lugar para mostrar como era complicada sua situação através da sua pergunta: “Como pedir ajuda naquela situação?”. Para Charaudeau (2012), o interlocutor se vê obrigado a se reconhecer como alvo do apelo através dessa *interpelação* e, assim, pode-se estabelecer uma maior empatia entre locutor e interlocutor.

Excerto T2/c:

Aquele dia era um dia muito importante pra mim, dia 22 de março e no dia seguinte seria minha tão sonhada festa de 15 anos, dia de princesa rs. Ali acabou, me tornei alguém depressiva e isolada do mundo, não confiava mais em ninguém. Hoje tenho 17 anos, se passaram 2 anos desse fato que pra sempre vou lembrar.

Novamente, a locutora situa seu interlocutor no tempo, mostrando que o ocorrido era relativamente recente e que ela era bem nova: “dia 22 de março”, “Hoje tenho 17 anos, se passaram 2 anos desse fato”. Ela contrapõe a imagem de alguém que sonha, que quer ter seu dia de princesa ao que ela se tornou diante da violência sofrida: depressiva, isolada do mundo e que não era capaz de confiar mais em ninguém. Tais imagens são completamente opostas e se chocam mostrando o quanto o estupro modificou sua vida, sua personalidade. O “rs” é uma abreviação para risos em redes sociais e, ao ser usado após o “dia de princesa”, tem um efeito de ironia diante da situação ocorrida: queria um dia de princesa, com boas recordações, mas teve um dia marcado pela violência.

Excerto T2/d:

Estou viva, não posso dizer que esqueci, mas não sofro como antes! Me tornei

mulher, madura, por conta das circunstâncias e se eu pudesse prever aquele dia teria brincado mais quando criança. A poesia, o rap e a minha fé, são instrumentos que me ergueram! Hoje tudo vira música, vira rap rs. E posso ajudar outras meninas e mulheres que sofreram o que eu sofri. Sinto em mim a responsabilidade de fazê-las voltar a sonhar, sem sonhos ninguém vive.

Neste excerto, a locutora mostra uma imagem diferente da evocada anteriormente: a menina depressiva, sem sonhos e que agora mostra uma superação. O dizer “Estou viva” é um procedimento linguístico elocutivo de *declaração* através dessa *afirmação* em que a locutora declara verdadeiro um saber que ela supõe ser dúvida para seu interlocutor, como a sua recuperação (CHARAUDEAU, 2012, p.98). Portanto, a locutora se coloca agora como mulher madura e não mais como uma princesa, traçando um *ethos* de vencedora, que teve sua recuperação através da fé e da arte e que superou a violência sofrida.

No trecho “E posso ajudar outras meninas e mulheres que sofreram o que eu sofri. Sinto em mim a responsabilidade de fazê-las voltar a sonhar, sem sonhos ninguém vive”, temos um *procedimento elocutivo de possibilidade*, pois a locutora se coloca como responsável por uma ação: a de fazer meninas que passaram por uma violência sexual voltarem a sonhar. Essa possibilidade a coloca como uma agente de mudança social e não mais apenas como uma vítima de abuso sexual. Isto é, a locutora se torna uma *actante-agente*, agindo como *benfeitora* daquelas que também passam por uma violência sexual e o fazendo de *maneira voluntária*, por consciência e decisão próprias. Sendo assim, ela faz uma *qualificação positiva* de si como agente, se atribuindo “prestígio, virtude, força. inteligência” (CHARAUDEAU, 2012, p. 163).

Excerto T2/e:

*Não é necessário ser **donzela** pra ser **princesa**! E tendo um **húmum** ou não o que faz de cada mulher **pura**, é aquela carrega dentro de si a **esperança** de que ainda é tempo de sonhar. (Grifo nosso)*

A locutora começa o excerto acima com uma *constatação* “Não é necessário ser donzela pra ser princesa”. Tal *constatação* mostra que ela se contrapõe a um senso comum de que para uma menina ser considerada uma princesa ela precisa ser virgem (donzela), ou seja, ela reconhece um fato do qual ela observa a existência de maneira mais exterior. Por fim, a locutora reforça seu *ethos* de pureza, tirando essa obrigatoriedade de ser virgem para ser considerada pura. Todavia, mesmo dizendo que não é necessário ser “donzela”, ainda assim é dado muito foco à virgindade,

mostrando o quanto isso é valorizado socialmente.

2.3.3 Testemunho 3



Figura 13 – Testemunho 3. FONTE: Superinteressante (On-line).

Excerto T3/a:

7 dias atrás uma aluna minha 8º ano me relatou estar morando com o pai pq foi violentada pelo companheiro da mãe e ngm acreditou nela. passei meu celular para ela para que quando precisasse viesse conversar comigo, pois passei por isso tbm. fui violentada por um primo quando tinha 5 anos de idade e como ele era adolescente ficou por isso mesmo, ngm acredita em mim até hoje, me isolei da minha família, e o pior é que no final do ano me caso e estão me pressionando para convidá-lo pois, se não o fizer posso acabar ofendendo parte da família.

De início, neste testemunho, a locutora, em sua *lógica narrativa*, é uma actante que age, de forma a se colocar como *aliada* de outra actante (sua aluna), associando-se a ela para auxiliá-la, “seja agindo diretamente sobre o adversário de outro actante, seja agindo ao mesmo tempo que este” (CHARAUDEAU, 2012, p. 162). Ao dizer que “passei meu celular para ela para que quando precisasse viesse conversar comigo, pois passei por isso tbm”, ela constrói uma imagem de si de uma mulher solidária à outra. Ela também utiliza o procedimento de *localização-situação* do acontecimento no passado (aos cinco anos) e chega ao presente da enunciação contrastando

duas atitudes de sua família: desacreditam na violência que ela diz ter sofrido, mas se ofendem com um não convite para uma festa de casamento. Ao se mostrar inconformada com a situação, tal episódio evoca para a locutora um *ethos* de oprimida, por ter que manter uma cordialidade com o primo que a violentou: “ngm acredita em mim até hoje, me isolei da minha família, e o **pior** é que no final do ano me caso e estão me pressionando para convidá-lo pois, se não o fizer posso acabar ofendendo parte da família.” (Grifo nosso).

Excerto T3/b:

traumas, medo das pessoas, tentativas de suicídio são comuns na minha vida e o terror q isso aconteça de novo me corrói. Até notícias sobre isso me desestabiliza.
(Grifo nosso)

O *ethos* que aqui aparece é de vulnerabilidade, pois demonstra que não superou o trauma, sobretudo por ela ter sofrido violência sexual por parte do primo e violência psicológica por parte da família. Assim, a locutora se mostra vulnerável quando assunto é trazido à tona, por não o ter superado. Aqui também ocorre o fenômeno que explicamos no testemunho 1, que é o que Pandjarian (2003) chama de "duplicação da violência de gênero". A locutora descreve as consequências que sofre por conta disso “traumas, medo das pessoas, tentativas de suicídio”, gerando um *efeito de confiança* em que a locutora exprime sua *reflexão pessoal* sobre o reflexo da violência em sua vida (CHARAUDEAU, 2012).

2.3.4 Testemunho 4

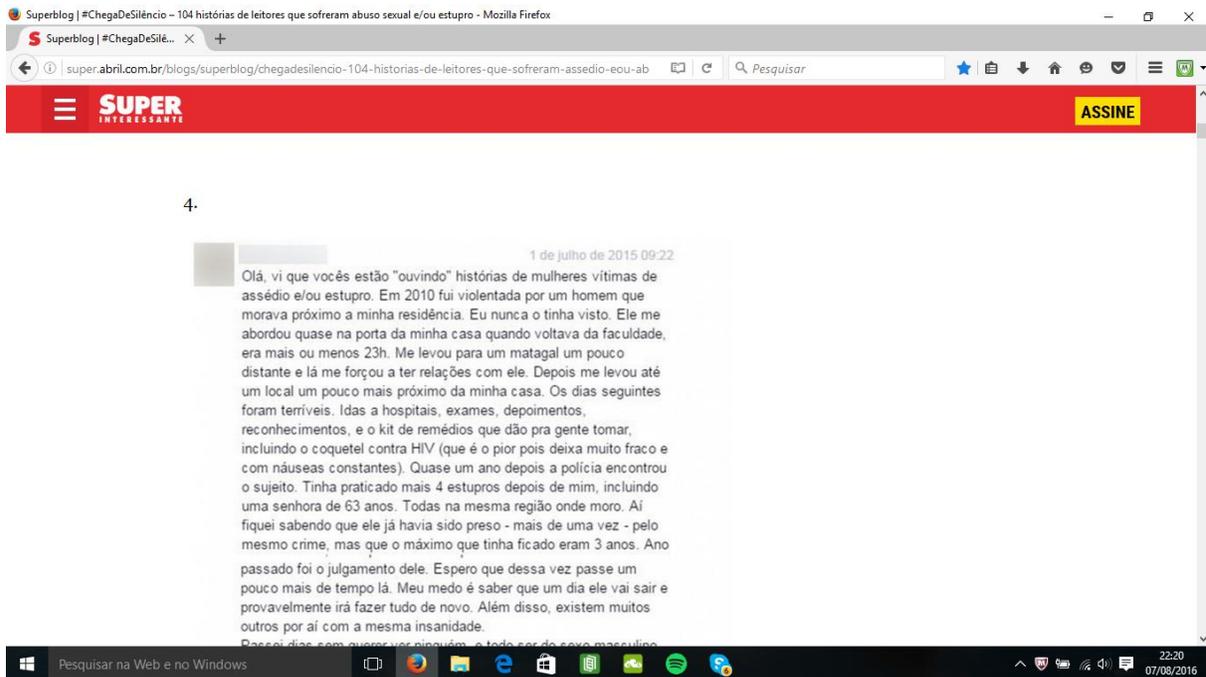


Figura 14- Testemunho 4. FONTE: Superinteressante (On-line).



Figura 15- Continuação do Testemunho 4. FONTE: Superinteressante (On-line).

Excerto T4/a:

Olá, vi que vocês estão “ouvindo” histórias de mulheres vítimas de assédio e/ou estupro. Em 2010 fui violentada por um homem que morava próximo a minha residência. Eu nunca o tinha visto. Ele me abordou quase na porta da minha casa quando voltava da faculdade, era mais ou menos 23h.

Em relação aos *papéis narrativos* do testemunho 4, a locutora é uma *actante que sofre a*

ação de uma violência sexual e se coloca como *vítima* que “é afetada negativamente pela ação de um outro actante” (CHARAUDEAU, 2012, p. 163). Logo no início deste testemunho, a locutora institui a revista como seu interlocutor e a coloca como sua leitora e não apenas como um espaço para depositar seu testemunho. Em seguida, ela se declara vítima de assédio e/ou estupro e passa a narrar sua história, localizando o tempo (“2010”, “23h”) e o espaço em que foi abordada pelo homem (“próximo a minha residência”), num procedimento descritivo de *localização-situação*.

Tais informações se fazem importante para traçar um *ethos* de inocência, pois ao justificar o porquê de estar na rua naquela hora (estava voltando da faculdade), a locutora corrobora para sua imagem de vítima. Isto é, ela não procurou aquilo, apenas estava em uma atividade cotidiana aceitável socialmente, que, supostamente, não oferece perigo à mulher e não faz dela alguém que estaria “pedindo” por aquilo, como ir para a faculdade. Além disso, declara não ter conhecimento sobre quem era seu agressor, estabelecendo que não tinha nenhum vínculo com ele. Mulheres que foram sexualmente violentadas reclamam, frequentemente, que são questionadas se não tinham o costume de ter relações sexuais com seus agressores e se não deram abertura para eles. De acordo com Bester et al (2016, p.784), “perguntas sobre a vida sexual pregressa da vítima, suas vestes, o lugar em que se encontrava, a forma como olhava ou conversava com seu agressor, são frequentes, e mais uma vez coisificam a mulher, como se fosse a culpada por ter sido estuprada.”

Excerto T4/b:

Me levou para um matagal um pouco distante e lá me forçou a ter relações com ele. Depois me levou até um local um pouco mais próximo da minha casa. Os dias seguintes foram terríveis. Idas a hospitais, exames, depoimentos, reconhecimentos, e o kit de remédios que dão pra gente tomar, incluindo o coquetel contra HIV (que é o pior pois deixa muito fraco e com náuseas constantes). Quase um ano depois a polícia encontrou o sujeito. Tinha praticado mais 4 estupros depois de mim, incluindo uma senhora de 63 anos. Todas na mesma região onde moro. Aí fiquei sabendo que ele já havia sido preso – mais de uma vez – pelo mesmo crime, mas que o máximo que tinha ficado eram 3 anos. Ano passado foi o julgamento dele. Espero que dessa vez passe um pouco mais de tempo lá. Meu medo é saber que um dia ele vai sair e provavelmente irá fazer tudo de novo. Além disso, existem muitos outros por aí com a mesma insanidade.

No início do excerto T4/b, a locutora utiliza procedimentos linguísticos para *localizar-situar* como em “um matagal um pouco distante” e “um local um pouco mais próximo da minha casa”. Há também o uso do *procedimento linguístico de enumeração*: “Idas a hospitais, exames, depoimentos, reconhecimentos”. Tais expressões sem o uso dos artigos cria um efeito discursivo

de que o processo que a locutora teve que se submeter após a violência que sofreu foi longo e exaustivo.

Ao dizer que “Espero que dessa vez passe um pouco mais de tempo lá.”, a locutora utiliza uma *modalidade elocutiva de querer* para estabelecer com seu enunciado “uma ação a fazer cuja realização não depende dele” (CHARAUDEAU, 2012, p. 95). Dessa forma, delega aos órgãos competentes para fazerem justiça por ela, como uma beneficiária de tal ato. Todavia, apesar de ter manifestado uma esperança, a locutora, através de um *procedimento de opinião*, revela a sua descrença na justiça, explicitando sua posição em relação ao fato: “Meu medo é saber que um dia ele vai sair e provavelmente irá fazer tudo de novo”.

Excerto T4/c:

Passsei dias sem querer ver ninguém, e todo ser do sexo masculino me causava medo, nojo e repulsa, incluindo meu irmão e meu noivo. Demorei muito tempo para superar, levei meses para conseguir beijar meu noivo novamente, pois sempre me lembrava do que tinha acontecido. Quando vi o caso das 4 meninas em Castelo do Piauí entrei em choque. Não consigo conceber um mundo onde pessoas cometam esse tipo de atrocidade. Mas infelizmente, culpam as vítimas. Eu não pedi por isso. Estava voltando da faculdade apenas. Obrigado por permitirem o desabafo. Abs.”

Neste excerto, a locutora faz uma *apreciação* negativa (“entrei em choque”) do caso de outras mulheres que foram estupradas (o caso das 4 meninas em Castelo do Piauí). Ela mostra seu sentimento em relação à violência sofrida por terceiras e não só pela sua, deixando entrever um *ethos* de revolta, pois a violência sexual que sofreu não foi um ato isolado, outras mulheres passam por isso também. Diante disso ela diz: “Não consigo conceber um mundo onde pessoas cometam esse tipo de atrocidade”. No excerto acima também se faz presente uma *asserção do modo delocutivo*: “Mas infelizmente, culpam as vítimas”. Ou seja, o enunciado é construído de forma que locutor e interlocutor estão desvinculados. Assim, há uma verdade que “*existe em si, e se impõe* aos interlocutores” (itálico do autor) (CHARAUDEAU, 2012, p. 100) fazendo com que o culpar as vítimas seja tido como algo certo pela locutora e ela só fez uma *constatação*. Por fim, novamente, é utilizado um procedimento elocutivo de *apreciação* em que a locutora classifica seu testemunho como um desabafo e aprecia o espaço que lhe foi dado.

Há aqui um *ethos* de inocência, onde a locutora tem a necessidade de se eximir da culpa e de afirmar que não estava fazendo nada de errado voltando da faculdade: “Eu não pedi por isso.

Estava voltando da faculdade apenas. Obrigado por permitirem o desabafo”. Essas imagens de inocência são evocadas para contrapor os estereótipos de que a vítima tem alguma parcela de culpa pela violência que sofreu, tendo questionados os lugares que elas estavam, a sua vida sexual, o horário, entre outras acusações que recebem.

2.3.5 Testemunho 5

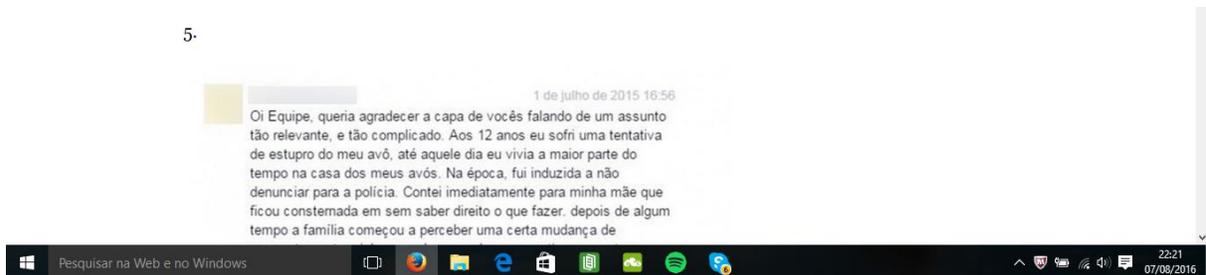


Figura 16- Testemunho 5. FONTE: Superinteressante (On-line).

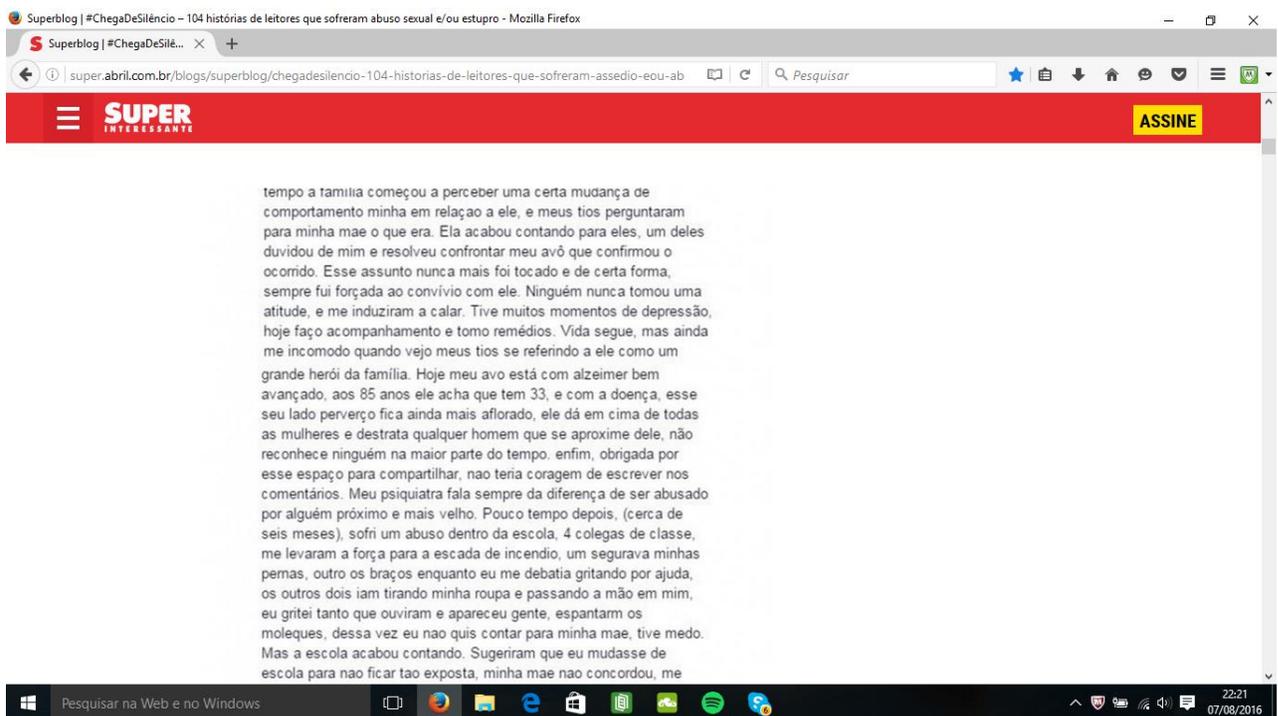


Figura 17- Continuação do testemunho 5. FONTE: Superinteressante (On-line).

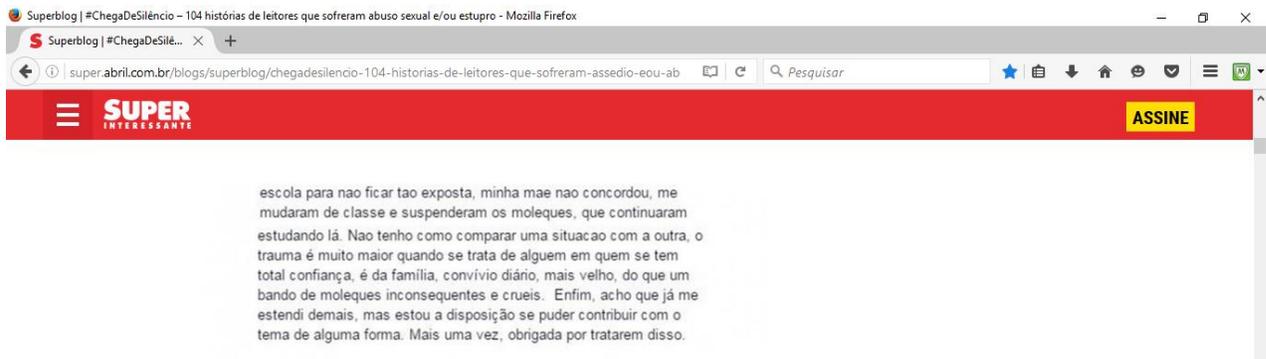


Figura 18- Continuação do testemunho 5. FONTE: Superinteressante (On-line).

Excerto T5/a:

Oi Equipe, queria agradecer a capa de vocês falando de um assunto tão relevante, e tão complicado. Aos 12 anos eu sofri uma tentativa de estupro do meu avô, até aquele dia eu vivia a maior parte do tempo na casa dos meus avós. Na época, fui induzida a não denunciar para a polícia. Conteí imediatamente para minha mãe que ficou consternada em sem saber direito o que fazer, depois de algum tempo a família começou a perceber uma certa mudança de comportamento minha em relação a ele, e meus tios perguntaram para minha mãe o que era. Ela acabou contando para eles, um deles duvidou de mim e resolveu confrontar meu avô que confirmou o ocorrido. Esse assunto nunca mais foi tocado e de certa forma, sempre fui forçada ao convívio com ele. Ninguém nunca tomou uma atitude, e me induziram a calar.

Em relação aos papéis narrativos deste testemunho, a locutora é uma actante que sofre a ação de maneira menos passiva: ela contou imediatamente para sua mãe o ocorrido e mudou seu comportamento em relação ao avô. Ainda assim, ela sofre a ação como vítima, “afetada negativamente pela ação de um outro actante” (CHARAUDEAU, 2012, p. 163). Ela reage, num primeiro momento, por meio de uma *resposta*, agindo contra seu agressor e o denunciando para sua mãe. Porém, num segundo momento, a locutora mostra não reagir, por causa da atitude de sua família: “me induziram a calar”.

Neste excerto do testemunho, a locutora deixa entrever um *ethos* de oprimida, sendo que o silêncio não partiu dela e sim foi “induzida” a não denunciar seu avô e a não falar mais sobre o assunto. Como já dito no capítulo anterior, Orlandi define o silenciamento como “pôr em silêncio” (ORLANDI, 2007, p. 12) e é desta forma que o silêncio imposto à locutora por um grupo dominante - os homens de sua família - interveio na formação e no movimento dos sentidos em relação à violência sofrida, ou seja, numa denúncia e numa consequente mudança de sentido que

a violência poderia ter tomado para a locutora.

O testemunho cinco começa com um procedimento alocutivo de *interpelação* “Oi, Equipe”, estabelecendo no enunciado a identidade de um interlocutor denominado de “equipe”, cabendo ao interlocutor se reconhecer como alvo dessa identificação. Na mesma frase, temos um *procedimento elocutivo de apreciação* que, para Charaudeau (2012, p. 93), revela “*seus próprios sentimentos*” a respeito de um propósito, não importando mais a sua verdade, mas seu valor. A locutora qualifica o assunto tratado como “relevante” e “complicado” e aprecia o espaço que é dado. Além disso, há um *ethos* de uma colaboradora da revista, já que a locutora atende ao chamado para a *#ChegaDeSilêncio*.

Excerto T5/b:

Tive muitos momentos de depressão, hoje faço acompanhamento e tomo remédios. Vida segue, mas ainda me incomoda quando vejo meus tios se referindo a ele como um grande herói da família. Hoje meu avô está com alzheimer bem avançado, aos 85 anos ele acha que tem 33, e com a doença, esse seu lado perverso fica ainda mais aflorado, ele dá em cima de todas as mulheres e destrata qualquer homem que se aproxime dele, não reconhece ninguém na maior parte do tempo. enfim, obrigada por esse espaço para compartilhar, não teria coragem de escrever nos comentários.

Para descrever a forma com que lidou com as consequências da violência que sofreu, a locutora utiliza procedimentos de qualificação como *acumulação de detalhes e precisões*: “Tive muitos momentos de depressão, hoje faço acompanhamento e tomo remédios”. O mesmo procedimento é utilizado pela locutora para descrever o estado de seu avô no momento da enunciação: “Hoje meu avô está com alzheimer bem avançado, aos 85 anos ele acha que tem 33, e com a doença, esse seu lado perverso fica ainda mais aflorado, ele dá em cima de todas as mulheres e destrata qualquer homem que se aproxime dele, não reconhece ninguém na maior parte do tempo”.

Por fim, neste excerto, a locutora utiliza novamente um *procedimento elocutivo de apreciação* em relação ao espaço aberto a ela e a outras pessoas para compartilharem suas histórias de forma privada, sem serem nominalmente reconhecidas: “enfim, obrigada por esse espaço para compartilhar, não teria coragem de escrever nos comentários”. Essas formas da locutora se manifestar em seu testemunho deixam entrever o *ethos* de traumatizada, que ainda precisa de cuidados para lidar com o trauma. Como *actante* na narrativa, ela começa o

testemunho e continua como *actante que sofre a ação*, todavia, agora ela reage e o faz por meio de *negociação* que, para Charaudeau (2012, p. 163), o *actante-vítima* “tenta neutralizar a agressão”: “Tive muitos momentos de depressão, hoje faço acompanhamento e tomo remédios. Vida segue [...]”.

Excerto T5/c:

Meu psiquiatra fala sempre da diferença de ser abusado por alguém próximo e mais velho. Pouco tempo depois, (cerca de seis meses), sofri um abuso dentro da escola, colegas de classe, me levaram a força para a escada de incêndio, um segurava minhas pernas, outros os braços enquanto eu me debatia gritando por ajuda, os outros dois iam tirando minha roupa e passando a mão em mim, eu gritei tanto que ouviram e apareceu gente, espantam os moleques, dessa vez eu não quis contar para minha mãe, tive medo. Mas a escola acabou contando. Sugeriram que eu mudasse de escola para não ficar tão exposta, minha mãe não concordou, me mudaram de classe e suspenderam os moleques, que continuaram estudando lá. Não tenho como comparar uma situação com a outra, o trauma é muito maior quando se trata de alguém em quem se tem total confiança, é da família, convívio diário, mais velho, do que um bando de moleques inconsequentes e cruéis. Enfim, acho que já me estendi demais, mas estou a disposição se puder contribuir com o tema de alguma forma. Mais uma vez, obrigada por tratarem disso.

Este excerto começa com a locutora fazendo um paralelo entre as duas violências que sofreu, ela coloca a tentativa de estupro pelo avô numa escala maior do que a violência que ela trata a seguir: “o trauma é muito maior quando se trata de alguém em quem se tem total confiança, é da família, convívio diário, mais velho, do que um bando de moleques inconsequentes e cruéis”. Em seguida, ela faz uma descrição de *localização-situação* de tempo e espaço em que a segunda violência aconteceu “Pouco tempo depois, (cerca de seis meses), sofri um abuso dentro da escola [...]”. Ela passa a descrever então como foi de fato, que seus agressores a violentaram por meio do procedimento descritivo de *acumulação de detalhes e precisões* que servem para dar um “efeito de coerência realista” (CHARAUDEAU, 2012, p. 138): “me levaram a força para a escada de incêndio, um segurava minhas pernas, outros os braços enquanto eu me debatia gritando por ajuda, os outros dois iam tirando minha roupa e passando a mão em mim [...]”.

Novamente há um *ethos* de oprimida, mas dessa vez pelo medo que a locutora teve de denunciar. A imagem que se forma é de que a locutora é, de alguma forma, sempre forçada ao convívio com seus agressores, assim, ela é injustiçada e desprotegida por todos os lados, tanto da família quanto da escola, instituições que socialmente são tidas como responsáveis por preservar

e garantir a segurança de uma criança.

2.3.6 Testemunho 6

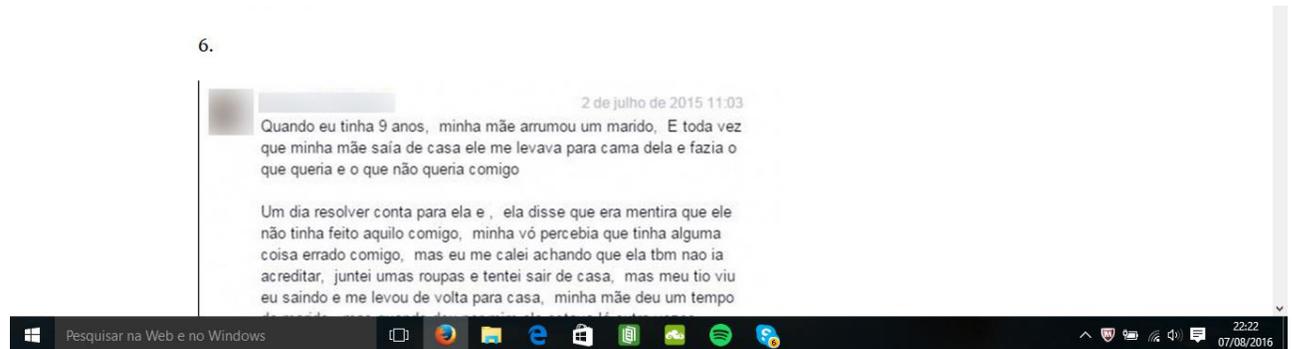


Figura 19- Testemunho 6. FONTE: Superinteressante (On-line).

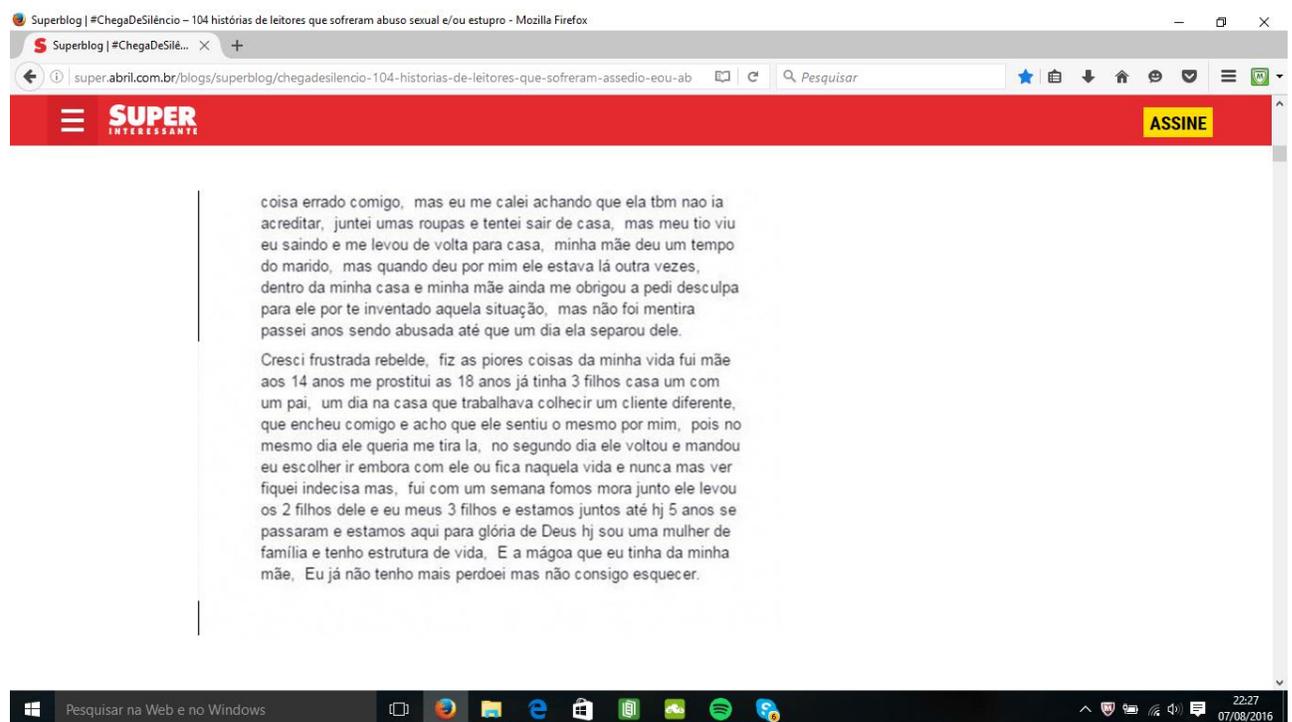


Figura 20- Continuação do Testemunho 6. FONTE: Superinteressante (On-line).

Excerto T6/a:

Quando eu tinha 9 anos, minha mãe arrumou um marido. E toda vez que minha mãe saía de casa ele me levava para a cama dela e fazia o que queria e o que não queria comigo. Um dia resolvi contar pra ela e, ela disse que era mentira que ele não tinha feito aquilo comigo, minha avó percebia que tinha alguma coisa errado

comigo, mas eu me calei achando que ela tbm nao ia acreditar, juntei umas roupas e tentei sair de casa, mas meu tio viu eu saindo e me levou de volta para casa, minha mãe deu um tempo do marido, mas quando deu por mim ele estava lá outra vezes, dentro da minha casa e minha mãe ainda me obrigou a pedi desculpa para ele por ter inventado aquela situação, mas não foi mentira passei anos sendo abusada até que um dia ela separou dele.

A actante, neste testemunho, *sofre a ação* como uma *vítima*: “E toda vez que minha mãe saía de casa ele me levava para a cama dela e fazia o que queria e o que não queria comigo.” O actante-vítima reage por meio de uma *resposta*, agindo contra seu agressor: “Um dia resolvi contar pra ela [...]”, “juntei umas roupas e tentei sair de casa”. Todavia, a actante-vítima continua sofrendo a ação: “minha mãe deu um tempo do marido, mas quando deu por mim ele estava lá outra vezes”, “mas não foi mentira passei anos sendo abusada até que um dia ela separou dele.”

O testemunho seis também começa com a locutora utilizando um procedimento de *localização-situação* ao mostrar que o acontecimento ocorreu na infância (nove anos), mostrando a vulnerabilidade de uma criança que, talvez, nem sabia quais são os limites do outro com o seu corpo. Assim, a locutora não nomeia o que aconteceu diretamente como estupro, mas faz uma *descrição-qualificação* do ato dizendo que o marido da mãe a “levava para a cama dela e fazia o que queria e o que não queria” com ela. De acordo com Luci Pfeiffer e Edila Pizzato Salvagn (2005, p. 199), até a adolescência, a forma mais frequente de violência sexual é decorrente de incesto, ou seja, o agressor mantém alguma relação de parentesco com a vítima “determinando muito mais grave lesão psicológica do que na agressão sofrida por estranhos”. A violência sexual na infância e adolescência é uma forma de violência doméstica que acontece repetidamente, sem que a vítima tenha, de início, consciência do ato abusivo por parte do adulto, que a convence de que é participante, provocadora e até mesmo culpada pela violência que sofre (LUCI PFEIFFER e EDILA PIZZATO SALVAGN, 2005).

Os testemunhos até aqui analisados têm nos mostrado o quanto a palavra da vítima é desacreditada quando esta resolve denunciar a violência que sofreu, a começar do âmbito familiar até o judicial. É o que acontece com a locutora do testemunho seis, que constrói seu *ethos* de desacreditada pela mãe quando essa disse que era mentira que o marido a violentava, obrigando, mais tarde, a filha a pedir desculpas para aquele homem. O outro *ethos* que aparece é o de oprimida, pois ao ser silenciada, mais uma vez, pelo medo, a locutora exime de si a culpa por não continuar denunciando: “Um dia resolvi contar pra ela e , ela disse que era mentira que ele não

tinha feito aquilo comigo [...]”, “[...]minha mãe ainda me obrigou a pedi desculpa para ele por ter inventado aquela situação, mas não foi mentira passei anos sendo abusada até que um dia ela separou dele.” Em relação a essa prática, Pfeiffer e Salvagn (2005, p. 200) afirmam:

Em algumas situações, quando o incesto é revelado, a mãe reage com ciúmes, como rival e passa a colocar na filha a responsabilidade pelo ocorrido. Para corroborar com essa prática, estaria a dificuldade de a mãe reconhecer o incesto, pois seria o reconhecimento de seu fracasso como mãe e esposa, enquanto que o abusador usa de todos os meios para manter seus atos em silêncio e encobertos.

Para que as imagens projetadas pelo locutor sejam legitimadas pelo auditório, é preciso que elas sejam partilhadas pelos interlocutores e sejam admitidas como representações ancoradas socialmente. De acordo com Amossy (2016), se o discurso se apoiar em crenças não compartilhadas pelo auditório, ele tende a ser rejeitado. A locutora precisa contar com as representações de mulheres que valorizam mais o relacionamento amoroso com o cônjuge do que com os filhos para poder ser aceita como inocente e desacreditada. Se o interlocutor não compartilhar dessas representações e acreditar na mãe, o que é muito difícil por não termos a visão dela dos fatos, essas imagens não se projetam.

Excerto T6/b:

Cresci frustrada rebelde, fiz as piores coisas da minha vida fui mãe aos 14 anos me prostitui as 18 anos já tinha 3 filhos casa com um pai, um dia na casa que trabalhava colheci um cliente diferente, que encheu comigo e acho que ele sentiu o mesmo por mim, pois no mesmo dia ele queria me tira la, no segundo dia ele voltou e mandou eu escolher ir embora com ele ou fica naquela vida e nunca mais ver fiquei indecisa mas, fui com uma semana fomos mora junto ele levou os 2 filhos dele e eu meus 3 filhos e estamos juntos até hj 5 anos se passaram e estamos aqui para glória de Deus hj sou uma mulher de família e tenho estrutura de vida. E a mágoa que eu tinha da minha mãe, Eu já não tenho mais perdoei mas não consigo esquecer.

A partir dessa descrição de como foi sua vida após os episódios de violência que sofreu, a locutora traça seu percurso da perdição à redenção para formar seu *ethos* de mulher forte e de “mulher de família”. Sua vida entre 14 e 18 anos foi sua queda, causada pelas consequências da violência que sofreu pelo padrasto que durou até ser resgatada pelo marido e conseguir mudar de vida. No início do excerto T6/b, a locutora usa um procedimento linguístico elocutivo *de declaração* através de uma *confissão*, em que ela revela ao interlocutor que tem uma parcela de

culpa com o que ocorreu com sua vida, se prostituindo e sendo mãe muito nova.

A locutora demonstra um *ethos* de uma mulher de fé (“para a glória de Deus”) que concede o perdão à mãe, ação muito valorizada no meio cristão, perdoar os pecados do outro contra si. Aqui, a actante-vítima reage contra a violência que sofreu, por meio de uma *negociação* e “tenta neutralizar a agressão” (CHARAUDEAU, 2012, p. 163), concedendo o perdão à mãe e se colocando como uma “mulher de família”. A adjetivação “de família” lhe confere uma dignidade que não tinha na prostituição, pois a prostituta é marginalizada na sociedade, enquanto a mulher considerada “de família” possui uma valorização de moralidade que, por um lado, pode parecer positiva, mas também a aprisiona em uma rede de estereótipos e costumes que a subjagam a um domínio masculino.

2.3.7 Testemunho 7

Superblog | #ChegaDeSilêncio – 104 histórias de leitores que sofreram abuso sexual e/ou estupro - Mozilla Firefox

super.abril.com.br/blogs/superblog/chegadoasilencio-104-historias-de-leitores-que-sofreram-assedio-e-ou-ab

7.

1 de julho de 2015 09:26

Oil eu fui estuprada pelo meu ex marido, enquanto ainda éramos noivos, e eu estava grávida de 6 meses do nosso filho. Eu tentei relevar o ocorrido, pensei q de nada adiantaria tomar uma atitude contra ele, não contei pra ninguém. eu o amava, e não queria terminar o nosso relacionamento por causa disso, íamos nos casar, e eu estava esperando um filho dele. me fiz acreditar que foi um momento de desatino da parte dele, q não iria se repetir, pois ele sempre havia sido tão carinhoso comigo. Foi meu grande erro. Depois de casados, toda vez que eu não queria manter relações com ele, ele me forçava, me obrigava, fazia mesmo contra a minha vontade. foram várias às vezes em q isso aconteceu, nos dois anos em que nós ficamos juntos. nunca tomei nenhuma atitude, por achar justamente que não teria apoio de ninguém, afinal, ele era meu marido, quem ia dar ouvidos a mim? mas isso não foi tudo. Nós morávamos no fundo da casa da mãe e do padrasto dele, um dia ele foi ao mercado com a mãe dele fazer as compras para o jantar, e eu fiquei em casa adiantando as coisas para o jantar. então o padrasto dele se aproximou, começou a puxa assunto, fez como se fosse brincar com

Pesquisar na Web e no Windows

22:28 07/08/2016

Figura 21- Testemunho 7. FONTE: Superinteressante (On-line).

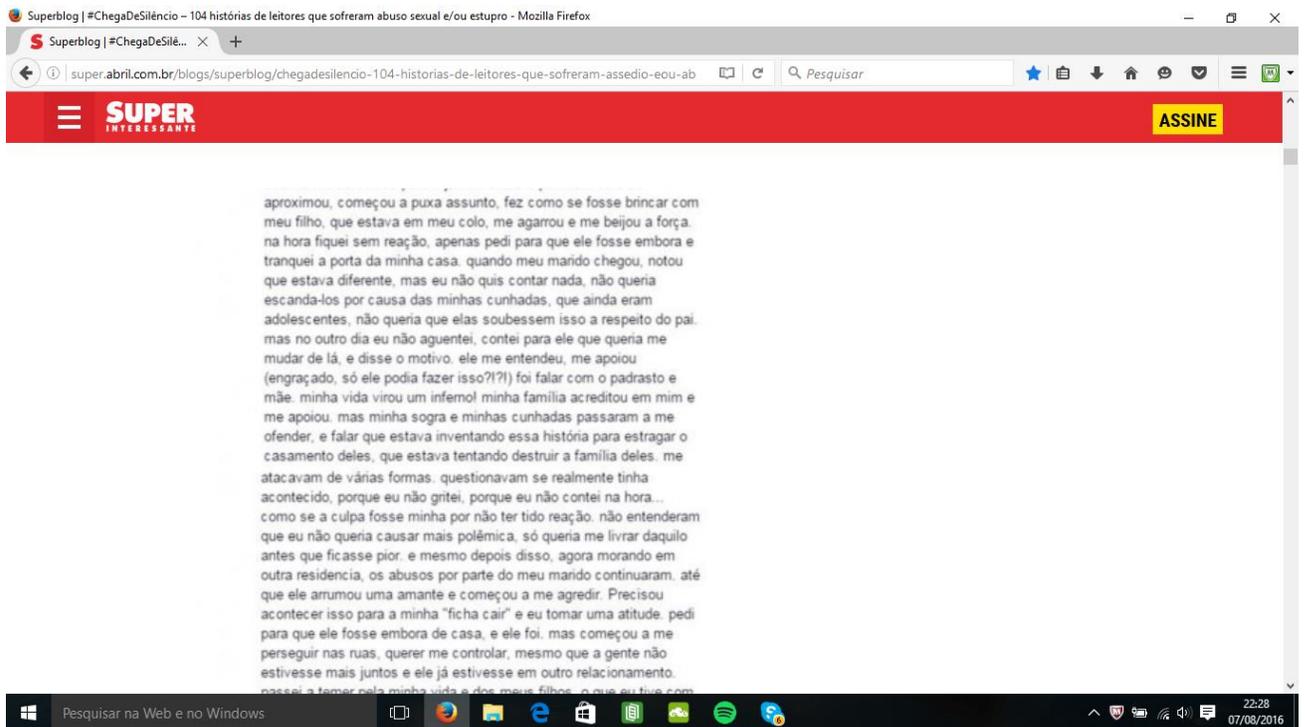


Figura 22- Continuação do Testemunho 7. FONTE: Superinteressante (On-line).

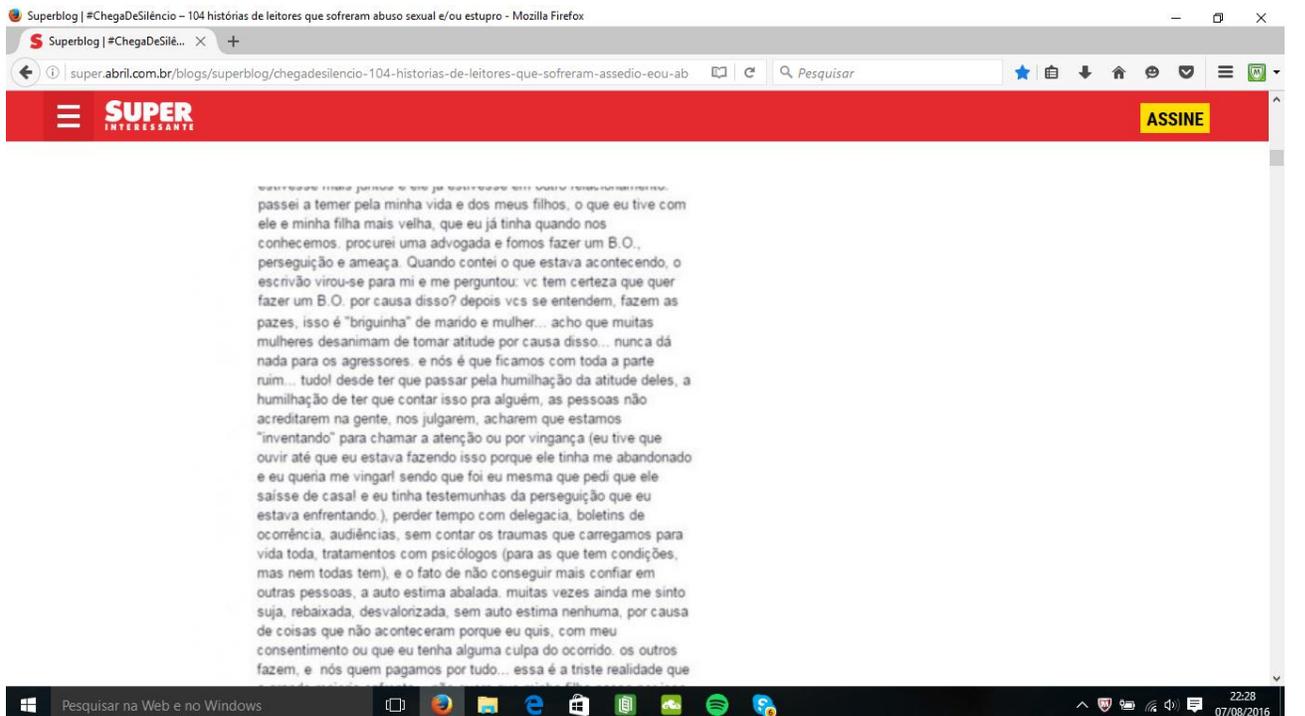


Figura 23- Continuação do Testemunho 7. FONTE: Superinteressante (On-line).

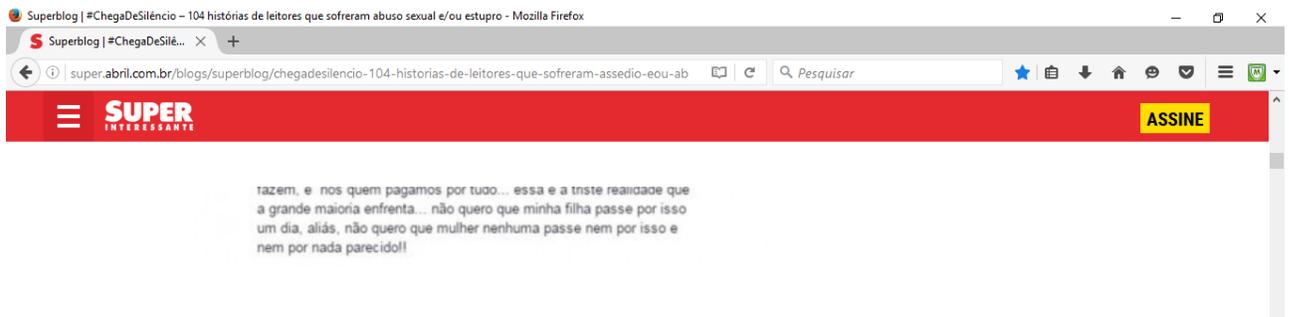


Figura 24- Continuação do Testemunho 7. FONTE: Superinteressante (On-line).

Excerto T7/a:

Oi! eu fui estuprada pelo meu ex marido, enquanto ainda éramos noivos, e eu estava grávida de 6 meses do nosso filho. Eu tentei relevar o ocorrido, pensei que nada adiantaria tomar uma atitude contra ele, não contei pra ninguém, eu o amava, e não queria terminar o nosso relacionamento por causa disso. Íamos casar, e eu estava esperando um filho dele, me fiz acreditar que foi um momento de desatino da parte dele, que não iria se repetir, pois ele sempre havia sido tão carinhoso comigo. Foi meu grande erro.

A locutora institui seu interlocutor, por meio de um *procedimento linguístico alocutivo de interpelação* no início do testemunho, fazendo desse uma espécie de conversa, já que, como dissemos, os testemunhos foram enviados por mensagens privadas via *Facebook* para o *Superblog*: “Oi!”. Já de início, a locutora nomeia a violência que sofreu: estupro. Vemos, nos testemunhos, que nem sempre as locutoras conseguem nomear a violência que sofreram, apenas a descrevem. Todavia, ela constrói um *ethos* de culpada pelas situações de violência pelas quais passou: “não contei”, “me fiz acreditar”, “meu grande erro”. A locutora o faz por meio de um *procedimento elocutivo de declaração e confissão*, transmitindo ao interlocutor o saber sobre sua opção por não contar. Além disso, a locutora se coloca como uma actante-vítima que não reage à violência a ela praticada.

Ao dizer que não queria terminar o relacionamento “por causa disso”, ela minimiza a gravidade de uma mulher ser forçada e ter relações sexuais com quem quer seja, mesmo que seja seu parceiro estável (namorado, noivo, marido).

Excerto T7/b:

Depois de casados, toda vez que eu não queria manter relações com ele, ele me forçava, me obrigava, fazia mesmo contra a minha vontade, foram várias às vezes em q isso aconteceu, nos dois anos em que nós ficamos juntos. nunca tomei

nenhuma atitude, por achar justamente que não teria apoio de ninguém, afinal, ele era meu marido, quem ia dar ouvidos a mim?

No excerto T7/b, a locutora retoma sua justificativa com uma *declaração elocutiva de confirmação* “nunca tomei nenhuma atitude, por achar justamente que não teria apoio de ninguém”. Nessa declaração, a locutora apenas “*acrescenta* sua declaração a outras que já consideravam o saber em questão como verdadeiro” (itálico do autor) (CHARAUDEAU, 2012, p. 98), ou seja, apesar dela já ter manifestado sua culpa, ela justifica para o interlocutor o porquê de ter se calado.

Excerto T7/c:

Mas isso não foi tudo. Nós morávamos no fundo da casa da mãe e do padrasto dele, um dia ele foi ao mercado com a mãe dele fazer as compras para o jantar, e eu fiquei em casa adiantando as coisas para o jantar, então o padrasto dele se aproximou, começou a puxar assunto, fez como se fosse brincar com meu filho, que estava no meu colo, me agarrou e me beijou a força. ***na hora fiquei sem reação, apenas pedi para que ele fosse embora e tranquei a porta da minha casa,*** quando meu marido chegou, notou que estava diferente, ***mas eu não quis contar nada, não queria encanda-los por causa das minhas cunhadas, que ainda eram adolescentes, não queria que elas soubessem isso a respeito do pai,*** mas no outro dia eu não aguentei, contei para ele que queria me mudar de lá, e disse o motivo, ele me entendeu, me apoiou (***engraçado, só ele podia fazer isso?!?!***) foi falar com o padrasto e mãe, minha vida virou um inferno! minha família acreditou em mim, me apoiou, mas minha sogra e minhas cunhadas passaram a me ofender, e falar que estava inventando essa história para estragar o casamento deles, que estava tentando destruir a família deles, me atacavam de várias formas, questionavam se realmente tinha acontecido, porque eu não gritei, porque eu não contei na hora...***como se a culpa fosse minha por não ter tido reação.*** não entenderam que eu não queria causar mais polêmica, só queria me livrar daquilo antes que ficasse pior [...] (Grifo nosso).

A primeira frase do excerto T7/c revela uma nova informação a respeito da história da locutora: com um *procedimento elocutivo de declaração e revelação*, ela compartilha um saber – o de que ela viria sofrer uma nova violência – que os interlocutores não tinham acesso e se coloca na posição de denunciadora (CHARAUDEAU, 2012). Logo em seguida, ela narra como foi esse episódio e como foi sua reação diante disso: “na hora fiquei sem reação, apenas pedi para que ele fosse embora e tranquei a porta da minha casa”. O seu silêncio e a sua reação são justificados pelo desejo de não querer escândalos e querer proteger suas cunhadas. Aqui a locutora utiliza um *procedimento elocutivo de querer* em que “*estabelece*, com seu enunciado, uma ação a fazer cuja

realização não depende” dela (itálico do autor) (CHARAUDEAU, 2012, p. 95). Ou seja, apesar de seu esforço em manter um silêncio a respeito da verdade sobre o padrasto de seu marido, tal situação não dependia dela. Tal atitude revela um *ethos* de mulher submissa aos valores patriarcais, em que a mulher é a principal responsável pela união da família. De acordo com Alice Bianchini (2011), uma das razões que fazem as mulheres não denunciarem seus agressores é a sensação de que é dever da mulher preservar o casamento e a família. Assim, é dessa forma que a locutora justifica a sua não-denúncia, se colocando como uma mulher que tentou corresponder a esse papel dado às mulheres na sociedade.

Adiante, há um procedimento alocutivo de *interrogação* que produz um efeito de ironia “(engraçado, só ele podia fazer isso?!?)”. Ao colocar entre parênteses a sua questão, a locutora se aproxima do interlocutor e lhe dirige uma pergunta retórica, atribuindo a si o direito de questionar o posicionamento de seu então marido. A locutora se mostra inconformada de que o marido ache errado alguém de fora forçar algum contato físico com ela, mas a force a fazer sexo, sem conceber ambos como um crime contra a mulher. Dessa forma, o crime do homem passa a ser contra a honra de outro homem e não contra a mulher. A locutora parte do pressuposto que sua denúncia não teria crédito, pois há uma *doxa* partilhada de que maridos têm posse do corpo de suas esposas e que essas não podem negar sexo para eles. Assim, ela joga a pergunta para o interlocutor para comprovar a falta de apoio que uma mulher tem ao denunciar seus agressores, sendo desacreditada de qualquer forma, pois, se as vítimas de violência sexual já são desacreditadas, quanto mais uma vítima de seu próprio marido.

Em “como se a culpa fosse minha por não ter tido reação”, a locutora usa um procedimento elocutivo de *concordância/discordância* em que diz que não adere à verdade propagada por sua sogra e cunhadas, em que não reagir à violência a torna inexistente. A locutora se mostra inconformada por ter sido desacreditada diante da sua não reação à violência sofrida, dessa vez o *ethos* é de inocência, de alguém que se exime da culpa.

Excerto T7/d:

[...] e mesmo depois disso, agora morando em outra residência, os abusos do meu marido continuaram até que ele arrumou uma amante e começou a me agredir. Precisou acontecer isso para a minha “ficha cair” e eu tomar uma atitude. pedi para que ele fosse embora de casa, e ele foi, mas começou a me perseguir nas ruas, querer me controlar, mesmo que a gente não estivesse mais juntos e ele já estivesse em outro relacionamento. passei a temer pela minha filha mais velha, que eu já tinha quando nos conhecemos, procurei uma advogada e fomos fazer um

B.O... perseguição e ameaça.

O excerto T7/d é uma narração de como a locutora começou a mudar sua situação. Na frase “Precisou acontecer isso para a minha “ficha cair” e eu tomar uma atitude”, através de um *procedimento elocutivo de constatação*, ela busca mostrar que verificou uma verdade, de forma que não se coloca como avaliadora da situação, mas como observadora de sua própria história. Além disso, é a partir desse trecho que a locutora se coloca como protagonista ativa de sua história, tomando atitudes para sair da situação de violência em que estava vivendo há anos. Ela agora é uma actante-vítima que reage contra seu agressor por meio de uma *resposta*: “procurei uma advogada e fomos fazer um B.O... perseguição e ameaça”. É assim que ela deixa entrever seu *ethos* de luta, pois ela sai da condição de submissa para a de uma mulher que não mais se submete ao poder dominador de seu cônjuge.

Excerto T7/e:

Quando contei o que estava acontecendo o escrivão virou-se para mi e me perguntou: vc tem certeza que quer fazer um B.O. por causa disso? depois vcs se entendem, fazem as pazes, isso é “briguinha” de marido e mulher... acho que muitas mulheres desanimam de tomar atitude por causa disso... nunca dá nada para os agressores e nós é que ficamos com toda a parte ruim... tudo! desde ter que passar pela humilhação da atitude deles, a humilhação de ter que contar isso pra alguém, as pessoas não acreditarem na gente, nos julgarem, acharem que estamos “inventando” para chamar atenção ou por vingança (eu tive que ouvir até que eu estava fazendo isso porque ele tinha me abandonado e eu queria me vingar! sendo que foi eu mesma que pedi que ele saísse de casa! e eu tinha testemunhas da perseguição que eu estava enfrentando), perder tempo com delegacia, boletins de ocorrência, audiências, sem contar os traumas que carregamos para vida toda, tratamentos com psicólogos (para as que tem condições, mas nem todas tem), e o fato de não conseguir mais confiar em outras pessoas, a auto estima abalada muitas vezes ainda me sinto suja, rebaixada, desvalorizada, sem auto estima nenhuma, por causa de coisas que não acontecerem porque eu quis, com meu consentimento ou que tenha alguma culpa do ocorrido, os outros fazem, e nós quem pagamos por tudo... essa é a triste realidade que a maioria enfrenta... não quero que minha filha passe por isso um dia, aliás, não quero que mulher nenhuma passe nem por isso e nem por nada parecido!! (Grifo nosso)

No primeiro trecho destacado do excerto T7/e, a locutora se posiciona quanto ao tema da publicação do *Superblog*, entender o porquê do silêncio em relação ao tema violência sexual: “... acho que muitas mulheres desanimam de tomar atitude por causa disso... nunca dá nada para os

agressores e nós é que ficamos com toda a parte ruim... tudo!” Assim, é usado um *procedimento elocutivo de opinião*, em que a locutora avalia a verdade do silêncio causado por agentes públicos responsáveis por acolherem as denúncias das mulheres violentadas, revelando assim o seu ponto de vista a respeito. O trecho acima é uma descrição do quão penoso ela acredita ser o processo de denunciar o homem pela agressão sofrida: “desde ter que passar pela humilhação da atitude deles, a humilhação de ter que contar isso pra alguém, as pessoas não acreditarem na gente, nos julgarem, acharem que estamos “inventando” para chamar atenção ou por vingança [...], perder tempo com delegacia, boletins de ocorrência, audiências,”.

Depois de percorrer um caminho da justificação no seu texto, ela reafirma que não tem culpa do que sofreu e ainda se mostra inconformada, pois acredita que a justiça nunca será feita: “... acho que muitas mulheres desanimam de tomar atitude por causa disso... nunca dá nada para os agressores e nós é que ficamos com toda a parte ruim... tudo!”. Às vezes, o processo de denunciar acaba sendo mais violento pra essas mulheres do que a própria violência. A esse respeito:

Deve-se ter em mente também que a utilização do sistema penal para regular essas situações sociais problemáticas produz uma dupla vitimização à mulher. Não basta ter sido estuprada, tem que reviver o fato em depoimentos perante autoridades policiais e judiciais, não raramente realizados por pessoas do gênero masculino, sem qualquer identificação com a vítima do estupro, quando não se encontram identificadas com a figura do estuprador. (BESTER et al, 2016, p. 783, 784)

No próximo trecho destacado, a locutora, novamente entre parênteses, se aproxima do interlocutor com um *procedimento elocutivo de declaração e revelação*, em que se coloca como denunciadora, mostrando sua indignação com a situação com o uso de pontos de exclamação: “(eu tive que ouvir até que eu estava fazendo isso porque ele tinha me abandonado e eu queria me vingar! sendo que foi eu mesma que pedi que ele saísse de casa! e eu tinha testemunhas da perseguição que eu estava enfrentando)”. O terceiro trecho em destaque é, novamente, um recurso da locutora para se aproximar com o interlocutor com sua fala entre parênteses: “(para as que tem condições, mas nem todas tem)”. Ali ela faz uma *constatação*, pois ela, de maneira objetiva, mostra reconhecer a realidade dos tratamentos das consequências que mulheres violentadas precisam enfrentar. Bianchini (2011, *on-line*) sistematiza os seguintes fatores mencionados em entrevistas como motivadores da passividade feminina frente ao problema da violência:

1. medo do agressor
2. dependência financeira em relação ao agressor
3. dependência afetiva em relação ao agressor
4. não conhecer os seus direitos
5. não ter onde denunciar
6. percepção de que nada acontece com o agressor quando denunciado
7. falta de autoestima
8. preocupação com a criação dos filhos
9. sensação de que é dever da mulher preservar o casamento e a família
10. vergonha de se separar e de admitir que é agredida
11. acreditar que seria a última vez
12. ser aconselhada pela família a não denunciar
13. ser aconselhada pelo delegado a não denunciar
14. não poder mais retirar a “queixa”

A locutora também faz uma descrição qualificando como ainda a violência a afeta “o fato de não conseguir mais confiar em outras pessoas, a auto estima abalada muitas vezes ainda me sinto suja, rebaixada, desvalorizada, sem auto estima nenhuma”. Assim, através dessa *acumulação de detalhes e precisões*, a locutora cria um efeito de realidade de como é a sua vida após a violência. E, por fim, ela faz, novamente, uma *constatação*, de que não possui culpa “por causa de coisas que não acontecerem porque eu quis, com meu consentimento ou que tenha alguma culpa do ocorrido, os outros fazem, e nós quem pagamos por tudo... essa é a triste realidade que a maioria enfrenta...”. Essa constatação acontece a partir da observação de tudo que a locutora já testemunhou e foi entendendo sobre sua própria história.

2.3.8 Testemunho 8

8.

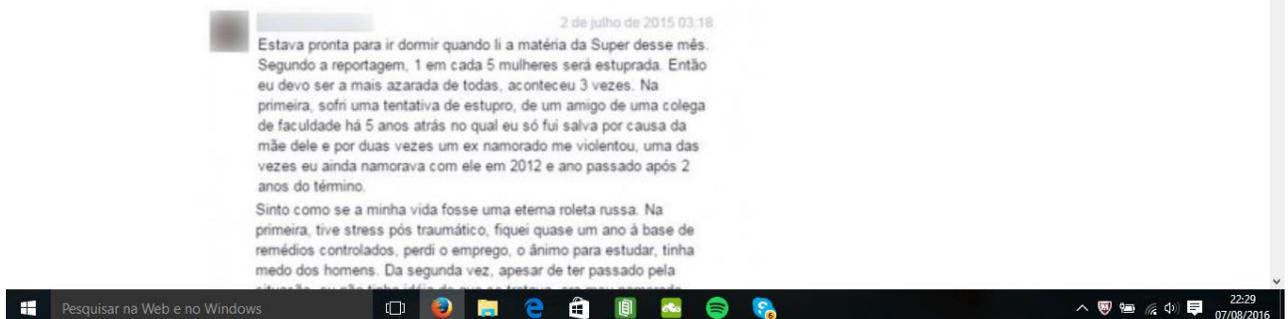


Figura 25- Testemunho 8. FONTE: Superinteressante (On-line).

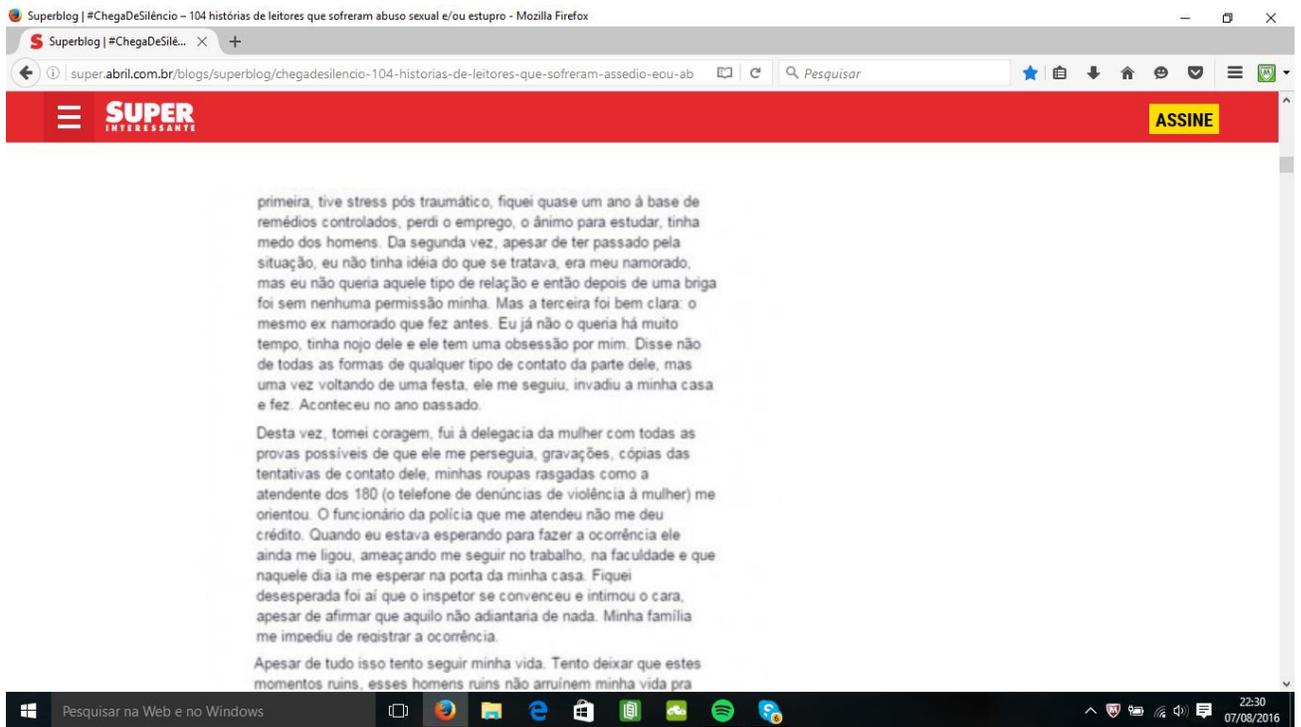


Figura 26- Continuação do Testemunho 8. FONTE: Superinteressante (On-line).

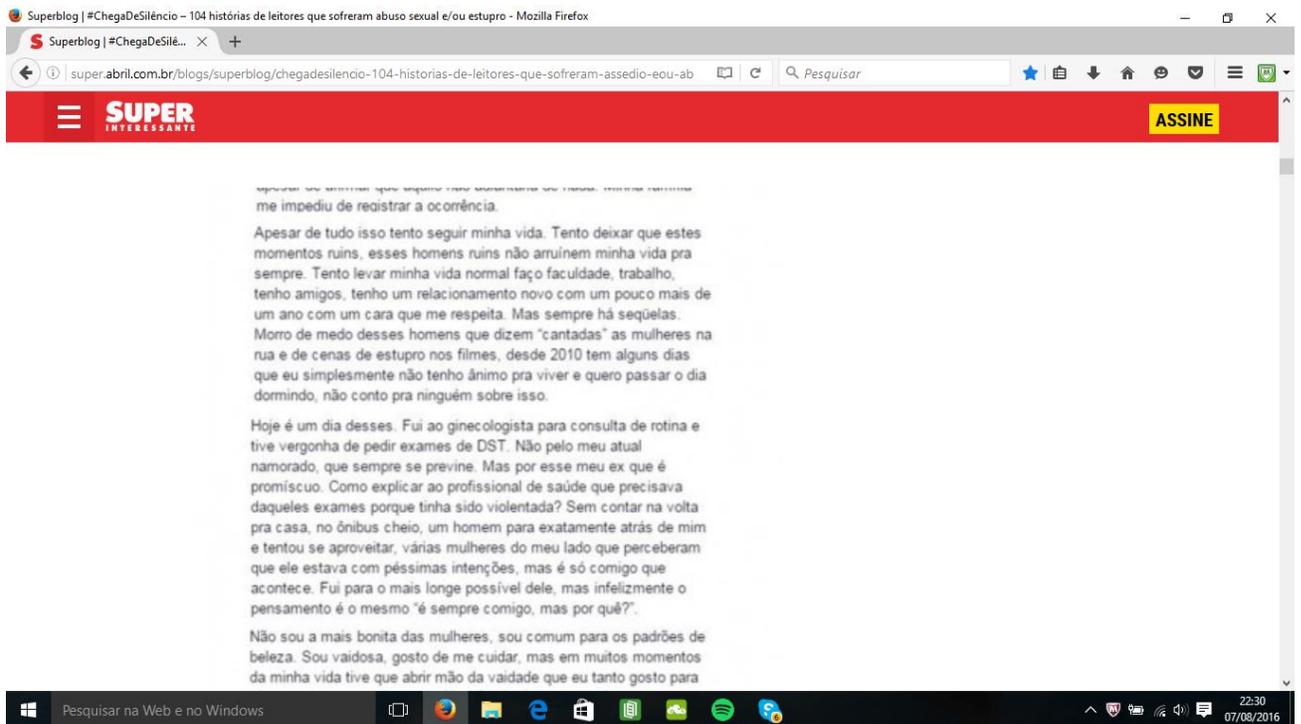


Figura 27- Continuação do Testemunho 8. FONTE: Superinteressante (On-line).

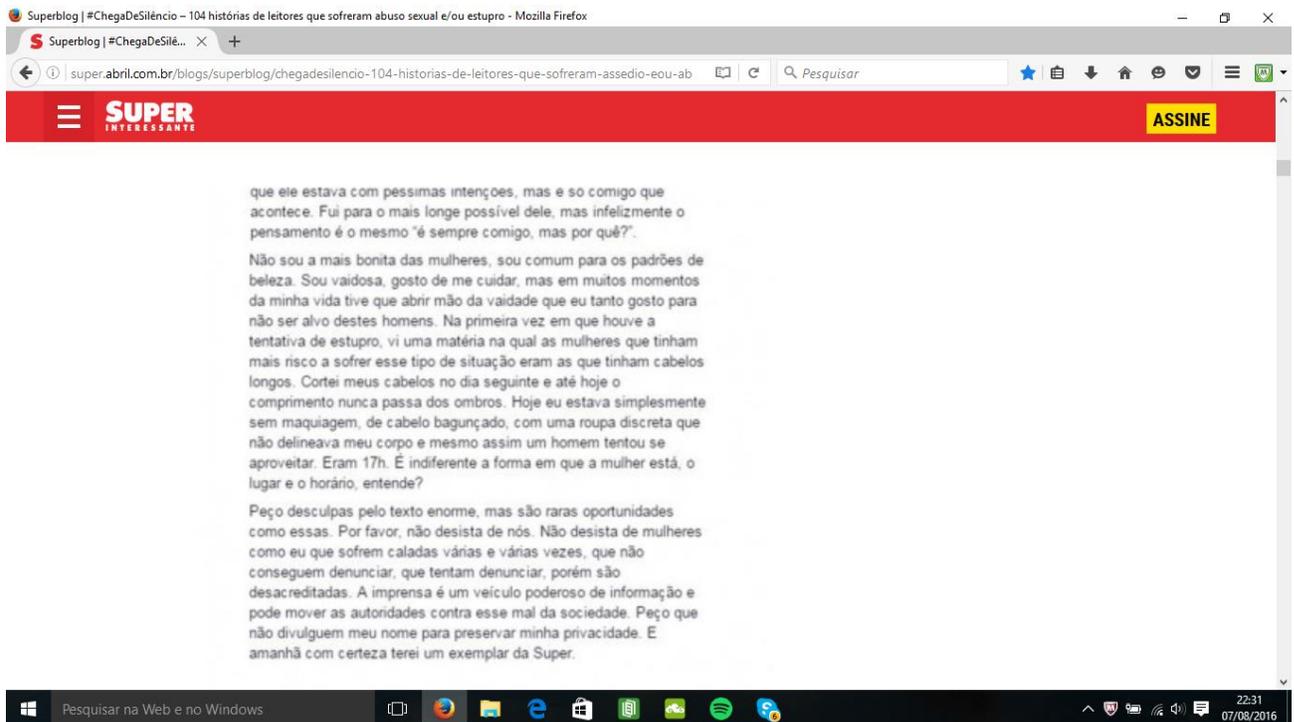


Figura 28- Continuação do Testemunho 8. FONTE: Superinteressante (On-line).

Excerto T8/a:

Estava pronta para ir dormir quando li a matéria da Super desse mês. Segundo a reportagem, 1 em cada 5 mulheres será estuprada. Então eu devo ser a mais azarada de todas, aconteceu 3 vezes. Na primeira, sofri uma tentativa de estupro, de um amigo de uma colega de faculdade há 5 anos atrás no qual eu só fui salva por causa da mãe dele por duas vezes e um ex namorado que me violentou, uma das vezes eu ainda namorava com ele em 2012 e ano passado após 2 anos do término.

O testemunho oito começa com uma reflexão da locutora sobre os números apresentados pela revista *Superinteressante* a respeito do estupro. Ela faz uma *constatação*, reconhecendo um fato por experiência própria e examinando-o de maneira objetiva: “Então eu devo ser a mais azarada de todas, aconteceu 3 vezes”. Ao se colocar como “azarada”, a locutora deste testemunho, se coloca também como uma actante-vítima, pois o azar não é algo que se procura, ele é fruto da casualidade. Isto é, os três episódios de violência sexual que sofreu não foi por um conjunto de características comportamentais e físicas da locutora, como as roupas que usava ou o horário que andava na rua, mas é culpa de uma cultura violenta contra as mulheres. Para Bester (2016, *on-line*), a chamada cultura do estupro está inserida em:

[...] uma cultura mais ampla, que é a da violência contra as mulheres nas sociedades contemporâneas, sejam ocidentais ou orientais. Essa, por sua vez, insere-se em um ainda maior e mais profundo círculo danoso, que é o da reinante cultura da violência e dos ódios na atualidade (BESTER, 2016, *on-line*).

Sendo assim, a crise de violência na qual estamos inseridos é um problema que afeta a todos e não deve ser tratado apenas como algo exclusivo ao gênero feminino. Ainda para a autora, tal situação deixa uma dívida histórica que deve ser solucionada pelos Estados, através de políticas de inclusão e de ações afirmativas.

Excerto T8/b:

Sinto como se minha vida fosse uma eterna roleta russa. Na primeira, tive stress pós traumático, fiquei quase um ano à base de remédios controlados, perdi o emprego, o ânimo pra estudar, tinha medo dos homens. Da segunda vez, apesar de ter passado pela situação, eu não tinha ideia do que se tratava, era meu namorado, mas eu não queria aquele tipo de relação e então depois de uma briga foi sem nenhuma permissão minha. Mas a terceira foi bem clara: o mesmo ex namorado que fez antes. Eu já não o queria há muito tempo, tinha nojo dele e ele tem uma obsessão por mim. Disse não de todas as formas de qualquer tipo de contato da parte dele, mas uma vez voltando de uma festa, ele me seguiu, invadiu a minha casa e fez. Aconteceu no ano passado.

Neste excerto T8/b, a locutora opera através de um procedimento descritivo para qualificar de *acumulação de detalhes e precisões*: “Na primeira, tive stress pós traumático, fiquei quase um ano à base de remédios controlados, perdi o emprego, o ânimo pra estudar, tinha medo dos homens.” Essa acumulação de detalhes factuais sobre os episódios de violência que sofreu geram um efeito de “coerência realista” (CHARAUDEAU, 2012, p. 138) no testemunho. Ela descreve as três vezes em que foi violentada como uma questão de sorte: “Sinto como se minha vida fosse uma eterna roleta russa.” Esse é um jogo de azar em que os participantes colocam uma bala em uma das câmaras de um revólver e o giram até que não se saiba mais onde a colocaram, depois apontam a arma para suas cabeças e atiram, correndo o risco de que a bala esteja na câmara engatilhada. Dessa forma, a locutora corrobora para seu *ethos* de vítima, pois considera que os episódios de violência sexual que sofreu foram obra do acaso e do azar, já que foi vítima do mesmo tipo de violência três vezes e não estava em seu poder evita-los.

Excerto T8/c:

Desta vez tomei coragem, fui à delegacia da mulher com todas as provas possíveis

de que ele me perseguia, gravações, cópias das tentativas de contato dele, minhas roupas rasgadas como a atendente do 180 (o telefone de denúncias de violência à mulher) me orientou. O funcionário da polícia que me atendeu não me deu crédito. Quando eu estava esperando para fazer a ocorrência ele ainda me ligou ameaçando me seguir no trabalho, na faculdade e que naquele dia ia me esperar na porta da minha casa. Fiquei desesperada foi aí que o inspetor se convenceu e intimou o cara, apesar de afirmar que aquilo não adiantaria de nada. Minha família me impediu de fazer a ocorrência.

Novamente, no trecho em destaque no excerto T8/c, a locutora utiliza um procedimento descritivo para qualificar de *acumulação de detalhes e precisões* para gerar um efeito de realidade e de consistência nas provas que ela levava para a delegacia na tentativa de denunciar seu algoz: “gravações, cópias das tentativas de contato dele, minhas roupas rasgadas como a atendente do 180 (o telefone de denúncias de violência à mulher) me orientou”. Para Bester et al (2016, *on-line*):

Ao já exposto acresça-se uma forte e enraizada questão cultural, que, ao reforçar mecanismos de culpabilização das vítimas, favorece a impunidade dos seus agressores, dificultando que os registros de denúncias sejam feitos, uma vez que muitas das próprias mulheres agredidas passam a se sentirem culpadas.

Diante disso, a locutora se vê desencorajada a denunciar e, sobretudo, é silenciada pela família que a impediu de fazer a ocorrência: “Fiquei desesperada foi aí que o inspetor se convenceu e intimou o cara, apesar de afirmar que aquilo não adiantaria de nada. Minha família me impediu de fazer a ocorrência.”

Excerto T8/d:

Não sou a mais bonita das mulheres, sou comum para os padrões de beleza. Sou vaidosa, gosto de me cuidar, mas em muitos momentos da minha vida tive que abrir mão da vaidade que eu tanto gosto para não ser alvo destes homens. Na primeira vez em que houve a tentativa de estupro, vi uma matéria na qual as mulheres que tinham mais riscos a sofrer esse tipo de situação eram as que tinham cabelos longos. Cortei meus cabelos no dia seguinte e até hoje o comprimento nunca passa dos ombros. Hoje eu estava simplesmente sem maquiagem, de cabelo bagunçado, com uma roupa discreta que não delineava meu corpo e mesmo assim um homem tentou se aproveitar. Eram 17h. É indiferente a forma em que a mulher está, o lugar e o horário, entende?

No excerto T8/d, a locutora também utiliza a *acumulação de detalhes e precisões* para descrever e qualificar como é em relação ao seu corpo. Para Bester (2016, p. 774), no Brasil,

ainda há muitos “mecanismos sociais, culturais e jurídicos que, historicamente, viabilizam a negação da autonomia da mulher sobre a sexualidade e o próprio corpo [...]”. A locutora traça seu perfil, descrevendo-se para provar de que não tem culpa de ter sido estuprada, ou seja, ela quer provar o contrário de um senso comum que ainda existe de que alguma responsabilidade da mulher na violência que sofre.

Todavia, ela não culpa uma pessoa em específico pela violência que sofre, ela coloca que várias instâncias da sociedade atuam nessa forma de violência, como os algozes, as delegacias e até a própria família, todos contribuindo no reforço da violência física e simbólica que a vítima de violência sexual sofre. Ela joga a pergunta para o interlocutor num *procedimento alocutivo de interrogação* e o convida a compreender o que ela busca provar: “É indiferente a forma em que a mulher está, o lugar e o horário, entende?”

Excerto T8/e:

Peço desculpas pelo texto enorme, mas são raras oportunidades como essas. Por favor, não desista de nós. Não desista de mulheres como eu que sofrem caladas várias e várias vezes, que não conseguem denunciar, que tentam denunciar, porém são desacreditadas. A imprensa é um veículo poderoso de informação e pode mover as autoridades contra esse mal da sociedade. Peço que não divulguem meu nome para preservar minha privacidade. E amanhã com certeza terei um exemplar da Super.

Há, neste trecho, um grande destaque para a importância do espaço de fala para mulheres que não conseguem fazer denúncias formais contra seus agressores. Assim, a locutora utiliza um *procedimento elocutivo de apreciação* da oportunidade pelo espaço, baseado em seu afeto, em seu julgamento: “Peço desculpas pelo texto enorme, mas são raras oportunidades como essas. Por favor, não desista de nós. Não desista de mulheres como eu que sofrem caladas várias e várias vezes, que não conseguem denunciar, que tentam denunciar, porém são desacreditadas.” Ela projeta uma imagem de que atende ao apelo da revista *#ChegaDeSilêncio* e espera que essa seja uma forma de despertar a sociedade: “A imprensa é um veículo poderoso de informação e pode mover as autoridades contra esse mal da sociedade.”. Sobretudo, ela coloca a revista como uma instituição que pode fazer algo pelas mulheres, que tem poder de ação.

Além disso, os trechos em destaque no excerto T8/e são procedimentos de *interpelação* da locutora com a revista: “Por favor, não desista de nós”, obrigando-a se reconhecer “como alvo do apelo que a identifica” (CHARAUDEAU, 2012, p. 86). Portanto, ela apela pela sensibilização da

revista pelo assunto tratado, para que não seja alvo apenas de uma publicação e seja esquecido. É dessa forma que, no final do testemunho, a locutora constrói seu *ethos* de mulher engajada numa mudança social contra a violência sexual, que quer sair do seu status de actante-vítima que não reage para uma que reage contra todas as instâncias que a subjugam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo I, analisamos o objeto da pesquisa a partir das suas condições sócio-históricas e suas características materiais. Assim, fizemos uma descrição discursiva do nosso objeto a partir de conceitos de vários autores que puderam nos oferecer uma melhor compreensão dele. Em uma análise dos circuitos de comunicação relativos à produção das postagens, observamos o delinear delas como um ato comunicativo, em que o *Superblog* estabeleceu um contrato com os leitores a respeito do surgimento dos testemunhos da *#ChegaDeSilencio*. Vislumbramos as duas instâncias que eles passaram: foram escritos em formato de conversa por mensagem privada do *Facebook* entre o perfil das testemunhantes para o perfil da revista *Superinteressante* e publicados no *Superblog*.

Posteriormente, ao serem publicados no *Superblog*, um novo contrato de comunicação foi estabelecido, agora entre as testemunhantes, o novo EUC, e os leitores do *blog*, pois o contrato deixou de ser de um diálogo informal em uma rede social (*Facebook*) para se tornar um testemunho em um *blog*. Observamos que na passagem de uma rede social para a outra, os responsáveis pelo *blog* apenas publicaram as imagens das mensagens enviadas a eles para diminuir a distância entre testemunhantes e leitores, produzindo um efeito intimista, abrindo a conversa para o público que, antes foi estabelecida apenas entre a revista e cada mulher que enviou o testemunho. Então, foram todos colocados em um mesmo espaço de fala, no qual as vozes somaram-se umas às outras pela semelhança dos acontecimentos e pelos mesmos desafios que as mulheres violentadas sexualmente têm que enfrentar. O *Superblog*, assim, cria um espaço de testemunho e reflexão a partir de situações de cunho pessoal que servem para discussão de um assunto de interesse público.

Em relação aos termos silêncio e silenciamento, observamos de que forma eles atuam em nosso *corpus*: através do silêncio local principalmente, em que o sujeito é impedido pela censura de dizer o que pode ser dito. Assim, o silenciamento atua como uma nova forma de violência às vítimas de violência sexual, pois a censura que ocorre nesses casos ainda é predominante. Todavia, a gravidade e a brutalidade em alguns casos de violência sexual, e que tomam proporções nacionais nos noticiários, rompem o silêncio da violência epidêmica contra a mulher, realçando seu componente cultural como expressão de relações de poder historicamente desiguais

e assimétricas entre homens e mulheres.

No estudo sobre as redes sociais, analisamos como os atores e as conexões atuam, sendo o *blog* um moderador entre seus leitores e as testemunhantes. Essa interação mediada é que gere e mantém relações complexas na Internet que podem criar relações sociais que gerarão laços sociais. Dessa forma, no *Superblog*, esse laço social entre as testemunhantes e os leitores que se identificam com a discussão proposta, tratando um assunto de interesse público por meio de afetos e emoções projetados nos testemunhos, pode abrir caminhos para o ciberativismo. As tecnologias de informação representam uma alternativa aos meios de comunicação de massa tradicionais e viabilizam uma forma de ativismo pela Internet, também chamada de ativismo digital, que usa a Internet para divulgar causas, fazer reivindicações e organizar mobilizações.

Na Internet, e nela inclui-se o *Superblog*, movimentos de mulheres transformam *blogs* e *sites* em fóruns de discussão sobre os direitos e desafios da mulher. Neste contexto, é visível o auxílio das redes sociais na mobilização do movimento feminista. Sem a Internet e a interatividade democrática que ela permite, seriam muito mais difíceis as nossas reflexões acerca da sociedade, as ações de repúdio e as mobilizações que têm tomado cada vez mais amplitude, como o *Coletivo Não Me Kahlo*, o *Coletivo Olga*, entre tantos outros que têm militado ciberneticamente em favor da igualdade de gênero. A Internet também tem auxiliado no combate ao machismo na mídia, questionando seu conteúdo, como certas propagandas que reforçam o papel dominador do homem sobre a mulher. Vários *blogs* e páginas feministas produzem e propagam um contraponto fundamental às ações de cunho machista dos velhos conteúdos midiáticos, como o *Blogueiras Feministas* e o *Think Olga*. O *Superblog* atua nesse ciberativismo através dos testemunhos em primeira pessoa, abordando o assunto através da perspectiva de quem já passou por esse tipo de violência e que tem pouca voz e espaço para falar sobre.

No primeiro capítulo, apresentamos as leis que tratam a violência sexual na constituição brasileira e percebemos, no decorrer dos testemunhos analisados que as testemunhantes não conhecem as leis que as protegem. É por isso que uma das ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher é informar a sociedade a respeito das leis a respeito da violência sexual. Esse pacto foi lançado em 2007, envolvendo todas as esferas federativas com o objetivo de consolidar uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por meio da implementação de políticas públicas integradas. Portanto, a Lei Maria da Penha inaugurou uma política integrada para prevenir, investigar, sancionar e reparar a violência contra

a mulher. Entre os desafios do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, destaca-se o combate à violência de gênero, principal vetor que perpetua e naturaliza a violência sexual. Portanto, promover a igualdade de gênero e combater os estereótipos de gênero baseados em preconceito que ameaçam a credibilidade da mulher, levando até ao desprezo de suas denúncias, é o principal desafio enfrentado.

No segundo capítulo, de forma geral, nos oito testemunhos analisados, as locutoras dos testemunhos se apresentaram como dignas de fé, inspirando confiança e usando efeitos de realidade através de uma escrita intimista, em que elas demonstram transparência a seus interlocutores ao falarem diretamente de si e de suas experiências pessoais em relação ao tema abordado.

Por não se tratar de um material de análise com um único enunciador, não conseguimos traçar e identificar qual seria o *ethos* prévio das mulheres desses testemunhos, todavia conseguimos identificar estereótipos a respeito de vítimas de violência sexual que as locutoras tentavam ir contra. Ou seja, justificavam-se a fim de combater estereótipos de gênero baseados em preconceito que ameaçam a credibilidade da mulher, levando ao desprezo de suas denúncias. Identificar alguns saberes e crenças compartilhados sobre a violência sexual que emergiram em nosso *corpus*, como a culpabilização da vítima e a falsa ideia de que o silêncio a respeito do tema parte unicamente dela, nos permite, através da materialidade linguística, observarmos a materialidade histórica e algumas das implicações dos estereótipos na atuação dos sujeitos nas relações sociais.

Ao analisarmos o modo enunciativo, pudemos reconhecer qual era a posição de cada sujeito enunciador em relação à sua história, conseqüentemente, ao assunto abordado. Além disso, o testemunho de cunho autobiográfico cria um efeito de proximidade com o interlocutor e de confiança, em que este deposita no seu interlocutor a confiança e a esperança de que, a partir de sua história, ele seja sensível ao tema tratado no *Superblog*. A linguagem coloquial também contribuiu para certa aproximação com o interlocutor, criando uma esfera de informalidade, em que as mulheres testemunham para seus ouvintes o que passaram e o que colhem como consequência disso, contribuindo para um *ethos* de credibilidade, isto é, de que estavam sendo sinceras sobre o conteúdo de seus testemunhos. Ainda no modo enunciativo, houve pouca ocorrência do modo delocutivo (3% das ocorrências – 1 ocorrência em 33)⁷, que poderia causar

⁷ As informações a respeito da ocorrência das categorias de análise encontram-se no apêndice.

uma maior sensação de objetividade ao interlocutor. Os modos mais presentes foram o alocutivo (18% - 6 ocorrências em 33) e o elocutivo (79% - 26 ocorrências em 33). O alocutivo, quando aparece, estabelece uma relação de força com o interlocutor, é por isso que ele ainda é menos utilizado que o elocutivo, que apenas coloca o interlocutor como uma testemunha do que é dito.

O modo descritivo indicou uma subjetividade dos testemunhos, pois este modo explicita o imaginário individual e coletivo que se tem a respeito da violência sexual, permitindo a partir disso, uma manifestação do *ethos* do sujeito enunciativo, visto que suas escolhas lexicais deixam entrever uma imagem de si. Pela postagem ser de cunho autobiográfico, espera-se grande recorrência das qualificações de si, porém, há mais descrições e qualificações da cena de violência, o que produz um efeito de credibilidade e um efeito de realidade.

No modo narrativo, as testemunhantes se colocavam como actantes-vítima, que sofreram a ação violenta, demonstrando serem muito afetadas pelo ocorrido e, quando reagiam, ora o faziam por meio de uma negociação (13% - 2 ocorrências em 15), em que tentavam neutralizar a agressão sofrida e, em algumas vezes, reagiam por meio de uma resposta (20% - 3 ocorrências em 15), tomando atitudes contra o agressor. Em ambos os casos, as testemunhantes, de alguma forma, parece que tentavam lidar com os efeitos do trauma causado pelas várias formas que a violência se materializou na vida delas. Ou seja, além da violência sexual, tiveram que lidar com a violência obstétrica, com o silenciamento e a violência psicológica. Portanto, os *ethé* que mais predominam nos testemunhos são os que possuem um tom de justificação de conduta ética e moral das locutoras, como os *ethé* de vítima, que é idônea, mas também desacreditada e o de mulher traumatizada.

Foi através da análise desses elementos linguístico-discursivos evidenciando os *ethé* emergidos nos testemunhos, que pudemos relacioná-los com questões articuladas à violência de gênero. De uma forma geral, as análises concretizadas mostram que é um processo constante a mulher ter que provar sua credibilidade, pois os estereótipos de gênero, por um lado, desmoralizam a palavra da vítima e, por outro, a tira da condição de vítima, por naturalizarem o homem como o sexo forte e de libido incontrolável, enquanto o sexo feminino representa o objeto de desejo, provocante e que deve ajudar o outro a não desejá-la.

Todavia, apesar da grande frequência de *ethé* que deixaram entrever a situação de vítima submissa e culpada, há nos testemunhos também a imagem de mulher forte e disposta a denunciar. Dessa forma, há um movimento de contra-cultura em alguns desses testemunhos, pois as

locutoras demonstram ter consciência do estereótipo de “sexo frágil” mas também discordar dele.

Portanto, devemos repensar as políticas públicas e a legislação que não levam em consideração a violência de gênero dentro de uma complexidade relacional e que a violência sexual também pode estar dentro disso. Apenas as mulheres são foco de políticas, legislações e, conseqüentemente, serviços voltados para a violência contra as mulheres, reafirmando a distinção sexual em detrimento da ordem de gênero. O próprio projeto da Lei Maria da Penha foi elaborado com objetivo de enfrentar a violência de gênero em uma perspectiva mais abrangente, com medidas de prevenção e acompanhamento dos envolvidos na violência doméstica. Nos artigos 30 e 35 dessa Lei foi prevista a possibilidade de criarem-se trabalhos de orientação e de criação de centros de reabilitação de agressores. Essas políticas foram pouco desenvolvidas e conhecidas até o momento, pois há ainda uma cristalização e aceitação de comportamentos baseados no dualismo “homem-agressor” e “mulher-vítima”, como vimos no *ethos* das locutoras. Isso acontece, sobretudo, porque a mulher ainda, em boa parte dos casos de violência sexual, tem que provar que não provocou ou mereceu a violência sofrida. Prevalece, assim, o estereótipo de que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupro”, ou seja, de que elas são responsáveis pela agressão que sofrem, e que cabe a elas cuidar de suas atitudes e condutas, do que vestem e por onde andam para não “provocar” a violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, Ruth. **O lugar da argumentação na Análise do Discurso:** abordagens e desafios contemporâneos. *Filologia Linguística port.* n° 9, p.121-146, 2007.

AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso:** a construção do *ethos*. Trad. de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2016.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico:** dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e a arte poética.** Trad. de Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: Ediouro, 1998.

BESTER, Gisela Maria; BOZZA, Fábio da Silva; PINTO, Bonfim Santana. **As culturas do estupro, da violência e da paz:** um corte transversal nos estudos da violência de gênero sob as óticas da Vitimologia e da Criminologia Feminista. *Revista Jurídica Consulex*, Brasília, DF, ano XX, n. 466, 2016.

BESTER, Gisela Maria. **Gênero, Criminologia Crítica e Vitimologia: uma tríade privilegiada para olhar a misógina e patriarcal violência contra as mulheres no Brasil a partir do Direito e da Educação.** Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/genero-criminologia-critica-e-vitimologia-uma-triade-privilegiada-para-olhar-a-misogina-e-patriarcal-violencia-contras-mulheres-no-brasil-a-partir-do-direito-e-da-educacao-por-gisela-maria/>>. (2016) Acesso em: 20 de junho de 2017.

BIANCHINI, Alice. **Por que as mulheres não denunciam seus agressores? Com a palavra, a sociedade.** (2011) Disponível em: <<http://institutoavantebrasil.com.br/por-que-as-mulheres-nao-denunciam-seus-agressores-com-a-palavra-a-sociedade/>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

BOSI, Alfredo. **A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere.** *Estud. av.* vol.9 no.23 São Paulo Jan./Apr. 1995.

BRASIL. Lei n° 11.340, de 7 de agosto 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, 07 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Lei n° 12;015, de 7 de agosto 2009. **Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 07 ago. 2009.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm>
Acesso em: 13 de fevereiro de 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

CEGALLA, D. P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

COULOURIS, Daniella Georges. **A Desconfiança em relação à palavra da vítima e o sentido da punição em processos judiciais de estupro**. 242f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) - Universidade de São Paulo, 2010.

CHARAUDEAU, P. **Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual**. In: MACHADO, Ida Lúcia & MELLO, Renato. (Org). **Gêneros: reflexões em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Poslin/FALE/ NAD UFMG, 2004.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. Trad. de Dilson Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Trad. de Aparecida Pauliukonis e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2012.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Rev. Téc. Trad. GUIMARÃES, E. Campinas, SP: Pontes, 1987.

GOBBI, Maria Cristina. **Comunicação em redes de afetos e emoções**. In: BARBOSA, Marialva; MORAIS, Osvando (Ed.) **Comunicação em tempo de redes sociais: afetos, emoções, subjetividades**, p. 93-114. São Paulo: INTERCOM, 2013.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça para Todos: Os Juizados Especiais Criminais e a Violência de Gênero**. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

KOLLERITZ, Fernando. **Testemunho, juízo político e história**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 48, p.73-100, 2004.

LARA, Bruna de et al. **#MeuAmigoSecreto: Feminismo além das redes / [Não me Kahlo]**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Trad. de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2008.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LYSARDO-DIAS, Dylia. **O discurso do estereótipo na mídia**. In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I.L.; MENEZES, W. (Orgs) *Análise do Discurso: Gêneros, Comunicação e Sociedade*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 25-36.

LYSARDO-DIAS, Dylia. **Espaços dialógicos em relatos biográficos**, Synergies Monde , v. 10, p. 83-90, 2012.

LYSARDO-DIAS, D. **O fazer biográfico: questões em torno do sujeito da enunciação**. In: Alberto Ferreira da Rocha Junior. (Org.). *Narrativas (auto)biográficas: literatura, discurso e teatro*. 01ed. São João del-Rei: Editora da UFSJ, 2014, v. 01, p. 63-74.

LYSARDO-DIAS, Dylia. **Posicionamento argumentativo e memória discursiva em perfis autobiográficos**. *Anais do III Seminário Internacional de Estudos Sobre Discurso e Argumentação (III SEDIAR)*, Sergipe, p.1208-1217, 2016. Disponível em: <<http://octeventos.com/sediar/anais.php>>. Acesso em: 15 de julho de 2016.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 3. ed. Trad. de Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes/ Ed. da UNICAMP, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília Pérez de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Trad. de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Ethos, cenografia, incorporação**. Trad. de Sírio Possenti. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2016.

MARCUSCHI, LUIZ ANTONIO. **Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital**. In: MARCUSCHI, L. A. & Xavier, A. *Hipertexto e Gêneros Digitais: novas formas de construção do sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**. A Nova Retórica. Trad. de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. **Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência.** *Jornal de Pediatria*. Porto Alegre. Vol. 81, N°5(supl), p.197 - 204. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/jped/v81n5s0/v81n5Sa10.pdf>>. Acesso em: 18 de junho de 2017.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROSSI, Marina. **As mulheres brasileiras dizem basta.** *El País (on-line)*, São Paulo, 04 nov. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/03/politica/1446573312_949111.html>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

SAFFIOTI, H. e ALMEIDA, S. **A captura da história.** In: SAFFIOTI, H. e ALMEIDA, S. *Violência de gênero: poder e impotência.* Rio de Janeiro: REVINTER, 1995.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTAELLA, Lucia. **O DNA das redes sociais digitais.** In: BARBOSA, Marialva; MORAIS, Osvando (Ed.) *Comunicação em tempo de redes sociais: afetos, emoções, subjetividades*, p. 93-114. São Paulo: INTERCOM, 2013.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero:** Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, Tel Aviv, v. 16, n. 1, p.147-164, 2005. Disponível em: <eial.tau.ac.il>. Acesso em: 14 de junho de 2016.

SCHITTINE, Denise. **Blog:** comunicação e escrita íntima na Internet. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para a análise histórica. Trad. de Christine Rufino Dabat. Recife, 1995.

SIBILIA, P. **O 'eu' dos blogs e das webcams:** autor, narrador ou personagem?. Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Disponível: <<http://docplayer.com.br/19725393-O-eu-dos-blogs-e-das-webcams-autor-narrador-ou-personagem-1.html>>. Acesso em: 25 de novembro de 2016.

SIBILIA, Paula. **O show do eu:** a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

VISCONTI, Harumi. **#MeuAmigoSecreto:** nova campanha na Internet denuncia o machismo do

dia a dia. *Época (on-line)*. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2015/11/meuamigosecreto-nova-campanha-na-internet-denuncia-o-machismo-nosso-de-cada-dia.html>>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

APÊNDICE

Ocorrência das categorias de análise:

	Modalidade Alocutiva	Modalidade Elocutiva	Modalidade Delocutiva
Modo Enunciativo	6	26	1

	Procedimentos linguísticos para Nomear	Procedimentos linguísticos para Localizar-Situar	Procedimentos linguísticos para Qualificar
Modo Descritivo	1	7	7

	Actante que age como benfeitor	Actante que age como aliado	Actante que sofre a ação como vítima	Actante-vítima que reage por resposta	Actante-vítima que reage por negociação
Modo Narrativo	1	1	8	3	2